

VIAGEM PELA HABITAÇÃO SOCIAL

um novo caminho

Filipa Crespo Osório

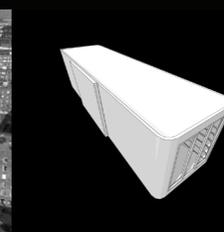
VIAGEM PELA HABITAÇÃO SOCIAL _ um novo caminho



sec. xix



sec.xx



sec. xxi

Filipa Peres Frangolho Crespo Osório
Prova Final de Licenciatura em Arquitectura
Orientada pelo Arq. Armando Rabaça

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra . Outubro de 2006



Obrigada:

Ao Arquitecto Rabaça pela crítica sempre construtiva .
Ao Prof. Dr. Arq.º Bandeirinha pela sugestão de um livro que influenciou toda a Prova .
Aos meus pais pelo apoio e paciência .
Ao Gonçalo pelas conversas fora de horas e pela sua visão "económica" .
À Mafalda pelas ajudas, conversas e por me fazer sempre rir .
Ao Zé por tudo e mais alguma coisa, por ser o melhor namorado do mundo, pela
paciência, pela companhia nas visitas aos bairros e pelas leituras minuciosas .
À Joana F., Joana P., Sabina, Jerónima e Ana Sofia, por todas as conversas e
desabafos trocados, de trabalho ou não, e por resistirem a tantos "Nãos!" .
Ao João pela compreensão e cumplicidade de 10 anos de amizade .
À Raquel P., ao Tiago S. e ao Pedro C. pela amizade e por todas as ajudas
"informáticas" e outras .
À Inês, à Ana e à Rita pelos cafés rápidos, descontração e alegria .
A todos os Frangolhos e Crespos por se interessarem e preocuparem .
A todos os outros que de alguma forma influenciaram e contribuíram para a
realização desta prova .



Índice

Introdução	7
Capítulo 1 _ A Revolução Industrial, o Arranque da <i>Viagem</i>	11
1.1 _ As primeiras aproximações	
1.1.1 _ As propostas de Owen	18
1.1.2 _ A Falange e o Falanstério	21
1.1.3 _ O Familistério de Godin	23
1.2 _ Reflexões	24
Capítulo 2 _ A Industrialização em Portugal	27
2.1 _ Os primeiros alojamentos operários em Portugal	32
2.1.1 _ As Vilas de Lisboa	32
2.1.2 _ As Ilhas do Porto	39
2.2 _ Reflexões	45
Capítulo 3 _ A Intervenção do Estado de 1910 a 1945	47
3.1 _ 1910 a 1926, a Primeira República	49
3.2 _ O primeiro período de intervenção do Estado Novo, 1926/45	51
3.2.1 _ Bairros Construídos pelo Programa das Casas Económicas	59
3.3 _ Reflexões	64
Capítulo 4 _ A Intervenção do Estado de 1945 a 1974	67
4.1 _ As realizações do segundo período do Estado Novo	80
4.1.1 _ O Bairro de Alvalade	82
4.1.2 _ O Bloco do Ouro	89
4.1.3 _ Olivais Norte	90
4.1.4 _ O Bairro da Pasteleira	96
4.2 _ Reflexões	98
Capítulo 5 _ A Habitação Social de 1974 a 2004	101
5.1 _ As realizações dos últimos 30 anos	114
5.1.1 _ Algumas realizações do SAAL	114
5.1.2 _ O Plano de Chelas	117
5.1.3 _ Outras realizações lisboetas	123
5.1.4 _ Realizações no Porto	126
5.2 _ Reflexões	129
Capítulo 6 _ Ponto de Chegada para uma Nova Partida	131
6.1 _ Estratégia	138
6.2 _ Reflexão prática, um possível caminho	143
6.3 _ Proposta Virtual	148
Cronologia	161
Bibliografia	169





A presente Prova Final revelou-se um excelente pretexto para o estudo de um tipo específico de habitação do qual eu sabia muito pouco. Assim, tem como objectivo constituir um estudo fundamentado sobre a criação de habitação para as classes mais desfavorecidas durante os últimos dois séculos, numa breve viagem que pretende focar o nascimento da questão e a forma como foi sendo abordada especificamente em Portugal. Pretende ser rigorosa na descrição das políticas criadas para este tipo de habitação e explorar as formas como a Arquitectura respondeu às várias solicitações, condicionada ou libertada pela conjuntura política de então.

O estudo das obras centra-se especialmente nas cidades de Lisboa e Porto, não que outras cidades não tenham conjuntos de grande interesse, mas sim porque era necessário restringir o estudo, e sendo estas duas cidades os principais pólos da vida nacional e focos de atracção populacional por excelência, são naturalmente os que revelaram desde sempre maiores carências de habitação social e são por isso os mais representativos.

A Prova foi dividida em 6 capítulos com um subcapítulo final, *Reflexões*, em cada um deles.

O primeiro capítulo pretende fazer entender como se iniciou a consciencialização do problema da falta de habitação para este estrato social. Com a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, e o desequilíbrio que esta provocou na distribuição da população no território, o surgimento das metrópoles industriais, levaram a uma consciência de classe, de sociedade e de direitos que se reflectiram nas propostas arquitectónicas da época, importantes por isso mesmo, por serem as primeiras tentativas de resolução de um problema desconhecido até então e de grande interesse para o arranque da produção que se seguiu.

No segundo capítulo inicia-se o estudo específico do caso português. Passamos pela fase de industrialização portuguesa, de força muito inferior à de outros países, mas que ainda assim provocou também uma significativa migração dos meios rurais para os meios urbanos. Durante esta fase o Estado manteve-se completamente ausente na criação de medidas para estes migrantes tendo sido a habitação providenciada por outros dando origem aos fenómenos das Vilas de

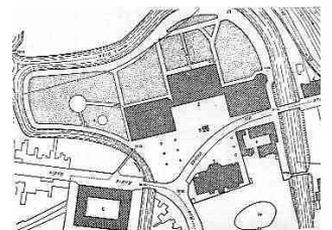
Lisboa e das Ilhas do Porto.

No terceiro capítulo são descritas as medidas e realizações formuladas no 1º período de vigência do Estado Novo. Um período em que a tipificação da sociedade portuguesa ditou o ideal de "casa portuguesa" marcando o urbanismo e a arquitectura dos bairros económicos.

No quarto capítulo faz-se a análise da 2ª fase do Estado Novo, o período do pós-guerra. Nesta fase o país tentou lentamente abrir-se mais ao exterior, modernizar-se, começou a haver mais trocas de conhecimentos com outros países e a Arquitectura começou a assumir um papel mais activo nas questões sociais ao mesmo tempo que lhe era dada mais liberdade de criação. Foi o período dos grandes planos de urbanização, do abandono da habitação unifamiliar económica e o início na experimentação da habitação colectiva social.

No quinto capítulo analisam-se os últimos 30 anos, desde a queda do regime até aos dias de hoje. Foi o capítulo para o qual foi mais difícil encontrar bibliografia e talvez por isso algumas obras de qualidade tenham sido deixadas de parte, mas por isso mesmo permitiu uma maior liberdade na escolha e análise das obras. O período focado é extremamente rico em soluções arquitectónicas, é sem dúvida o que apresenta maior diversidade e liberdade na produção de habitação social. O sexto capítulo é o final da viagem e o sugerir de um novo caminho. Este capítulo é uma conclusão, tenta rever os principais ensinamentos retirados do estudo de modo a apontar o novo caminho. Assim, tenta focar os pontos mais importantes para a correcta produção de habitação social e sugerir uma estratégia para essa produção. Por fim é feita uma reflexão prática tentando abarcar todos esses pontos.





Capítulo 1
A Revolução Industrial, o Arranque da Viagem



Durante a segunda metade do séc. XVIII, a Europa conheceu profundas transformações que alteraram para sempre, a fisionomia, a composição social e a forma de viver e de planejar as cidades. Nesta altura, os avanços científicos e tecnológicos e o grande progresso do conhecimento a todos os níveis, levaram à Revolução Industrial e, simultaneamente a uma Revolução Demográfica¹. Estes fenómenos verificaram-se primeiro em Inglaterra, depois em França e mais tarde no resto da Europa.

Em Inglaterra, em apenas 20 anos (1760/90), consolidaram-se os processos técnicos que tornaram possível um aumento ilimitado da produção industrial e que geraram profundas alterações no país, cujas marcas são bem visíveis ainda hoje. *“Este conjunto de transformações originou a mudança de domicílio e de modo de vida da maior parte da população inglesa, e modificou a utilização do solo e a própria paisagem. É totalmente nova a natureza dos fenómenos – a multidão dos habitantes, o número de novas casas, a capacidade das novas zonas industriais e comerciais, os quilómetros de novas estradas e canais, o número de veículos que circulam nas estradas da cidade – e a velocidade das transformações não tem precedentes: cidades que nascem e duplicam numa geração. Iniciativas especulativas que se concretizam prontamente em estabelecimentos, estradas, canais e minas abertas em poucos anos na paisagem agreste, altos fornos e chaminés apontadas para o céu ao lado das torres das catedrais.”*²

O caminho-de-ferro³ tornou possível uma mobilidade de pessoas e bens nunca antes vista. O desenvolvimento das indústrias e a sua concentração em grandes oficinas no Norte e Centro de Inglaterra atraíram muitas famílias dos distritos agrícolas do Sul criando um enorme desequilíbrio populacional entre cidade e campo. Estas famílias instalaram-se em bairros compactos, construídos próximo das oficinas, nascendo assim, improvisadamente, novas cidades e fazendo crescer muitas das antigas desmesuradamente. Até então, as cidades cresciam lentamente, era fácil planeá-las e controlar o seu crescimento, agora acolhiam milhares de pessoas em poucos anos sem estarem preparadas para tal. Londres, por exemplo, no final do séc. XVIII tinha 1 milhão de habitantes e em 1841 tinha já duplicado este número, convertendo-se então na maior cidade do mundo. Estas massas de

1 _ Com os novos conhecimentos nos campos da medicina e higiene, houve uma grande queda na taxa de mortalidade gerando assim o aumento de população;

2 _ In Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*; p.13;

3 _ As vias-férreas foram primeiro experimentadas nas minas, no início do séc. XIX começaram a ser utilizadas pelo público em geral com carruagens puxadas por cavalos, a verdadeira revolução que estas permitiram deu-se em 1825, com a invenção da locomotiva;

novos imigrantes urbanos “ao princípio inundaram as velhas cidades, adensaram-se nos edifícios existentes, construíram barracas em todo o espaço livre, ocuparam parques, baldios onde não se podia edificar, monumentos históricos desabitados; depois nas cidades industriais foram construídos os primeiros “tugúrios legalizados”, isto é, uma série de casinhotos inumanos, sem instalações sanitárias e sem ar, nos quais foram metidos, encasalados e numerados, os proletários.”⁴

A adaptação dos espaços vazios e a construção de novas casas estava a cargo de especuladores privados, os *jerry builders*. Os salários eram baixos, os alugueres altos, e os operários que se tinham mudado para as áreas industriais em busca de melhores condições, viviam numa situação miserável, em casas mínimas, de má qualidade e na grande maioria dos casos sem condições de higiene, arejamento ou saneamento. Estas concentrações operárias cresceram rápidas e compactas, e depressa os seus inconvenientes higiénicos puseram em perigo as próprias cidades. “As epidemias de cólera, a vertigem nas estatísticas dos mortos e nascimentos e os gráficos da tuberculose são os adjectivos inseparáveis do urbanismo do séc. XIX.”⁵

Chegados a esta situação não era possível ignorar as desigualdades sociais nem as péssimas condições de vida dos operários. Vozes indignadas começam a levantar-se na tentativa de alertar e tentar resolver a situação. Uma das primeiras, e mais importantes destas vozes foi a de **Robert Owen**⁶ que acreditava que “é o ambiente que deve ser reconstruído ao serviço do Homem, antes de se pensar em qualquer vantagem económica, individual ou colectiva.”⁷

Em 1799, Owen comprou as fiações de New Lanark, na Escócia, onde introduziu uma série de melhorias nas condições laborais e de vida dos operários, melhores remunerações, horários mais reduzidos, casas dignas. Em 1816, juntou-lhes um centro de assistência, a *Instituição para a Formação do Carácter*, com o objectivo de criar uma organização educativa estável e a partir desta envolver a vida de toda a comunidade de trabalhadores.

Em 1817, no relatório a um inquérito parlamentar sobre a lei dos pobres, Owen apresenta uma proposta como remédio universal para o problema da indigência⁸ com o objectivo de “encontrar um emprego vantajoso para todos os trabalhadores, num sistema que permita continuar o progresso mecânico de modo ilimitado”⁹, em vez de se deixar que a máquina substituísse o homem, pois isso levaria a uma

4 _ in Zevi, Bruno; *História da Arquitectura Moderna*; p. 61;

5 _ in Zevi, Bruno; *História da Arquitectura Moderna*; p.63;

6 _ Robert Owen, 1771-1858;

7 _ Robert Owen in Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*; p.53;

8 _ Nesta altura Inglaterra debatia-se com um grave problema de desemprego;

9 _ Robert Owen in Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*; p.54;

situação de desemprego generalizado. Descreve a sua proposta em pormenor no *Report to the County of Lanark*¹⁰, o qual incluía um plano urbanístico desenvolvido em todas as suas partes. Owen tenta pôr este seu plano em prática nos EUA, com a aldeia de **New Harmony**, mas sem resultado. Depois das suas experiências falhadas retorna a Inglaterra e toma a direcção do movimento cooperativo.

Também **Fourier**¹¹ faz uma proposta para resolver os problemas da sociedade de então. Considera absurda uma sociedade baseada na competição dos interesses individuais ou de classes e propõe uma união de esforços para alcançar a harmonia universal. Para isso, em 1808, propõe um sistema descrito no tratado *Théorie des Quatres Mouvements*, que consiste numa metódica e exacta utopia, baseada num engenhoso sistema filosófico-político. Para Fourier a humanidade tinha de passar por 6 estados até atingir a harmonia, o sétimo estado, nessa altura a cidade ideal para acolher esta nova sociedade seria a **Falange**, constituída por unidades colectivas, o **Falanstério**. As teorias de Fourier alcançaram grande popularidade e o Falanstério foi posto em prática por várias comunidades nos finais da primeira metade do século XIX nunca atingindo, no entanto, os resultados esperados.

Mais tarde, **Jean Baptiste Godin** pega nos princípios de Fourier e altera-os tentando corrigir os erros que levaram ao fiasco das tentativas fourieristas, criando um complexo diferente, o **Familistério**. A sua construção começou em 1859 e foi a única que alcançou resultados verdadeiramente positivos, vindo a influenciar várias das produções posteriores, incluindo o *Unité d'Habitation* de Le Corbusier.

Ao mesmo tempo que estas experiências eram desenvolvidas, reformadores e sociólogos utopistas, como Saint-Simon e Etienne Cabet, exasperavam a crítica contra a metrópole industrial, alertavam para as necessidades de uma classe emergente, o proletariado, e os problemas que esta acarretava para as cidades. As soluções que propunham não resultaram por tenderem a ser demasiado controladoras e por o problema ser demasiado desconhecido ainda, por carecer de experimentação, no entanto serviram para animar a discussão e provocar os ensaios necessários que conduziriam mais tarde à resolução do problema.

Friedrich Engels¹² no seu livro *A Situação da Classe Operária em Inglaterra*, de 1845, denuncia as péssimas condições em que vivia a classe operária, através da descrição da cidade de Manchester. Descreve-a como tendo ruas estreitas

10 _ 1st of May, 1820, incluído em *A New View of Society and Other Writings*;

11 _ Charles Fourier, 1772-1837;

12 _ Friedrich Engels, 1820 -1895;

e sinuosas, ladeadas por casas imundas e por detrás destas mais casas e pequenos pátios a que se acedia por ruelas onde só passava uma pessoa. As casas estavam todas amontoadas aproveitando o mais pequeno espaço, não tinham ventilação nem iluminação e localizavam-se, muitas vezes, demasiado próximo das indústrias, que descarregavam os seus detritos directamente nos rios. As ruas não eram pavimentadas nem providas de valetas para escoamento, aliás, não havia mesmo, em muitos casos, qualquer infra-estrutura para escoamento de águas pluviais ou esgotos, e muitos dos pátios eram abaixo da cota da rua, bem como as caves habitadas. Por esta descrição compreende-se facilmente as péssimas condições em que viviam os operários e como era fácil a propagação de epidemias.

Em 1848, Engels publica um dramático livro sobre as habitações do proletariado inglês e no mesmo ano, juntamente com **Karl Marx**¹³, escreve o Manifesto do Partido Comunista.

Até a literatura estava impregnada de humanitarismo, toda a simpatia dos escritores ia para as figuras de filantropos ou industriais iluminados. Os escritores insistiam muito nas questões higiénicas e chegavam a propor utopias, fazendo muitas vezes alusões ou baseando-se nas propostas de Owen e Fourier.

Paralelamente, os próprios operários se revoltaram contra as péssimas condições em que eram forçados a viver. O primeiro incidente ocorreu em 1819, em Manchester, e ficou conhecido como a "batalha de Peterloo", na qual uma multidão ordenada e desarmada de 60.000 pessoas, foi rapidamente desmobilizada pelas autoridades que feriram e prenderam centenas de pessoas, tendo mesmo morto algumas. Mais tarde, em 1848 depois do Manifesto de Marx e Engels, deu-se uma revolução dos operários em França. Todos estes acontecimentos se influenciaram entre si e influenciaram a Europa e a América, dando assim início ao movimento socialista moderno. Provocaram uma consciência de sociedade, de direitos comuns às várias classes e de urgência em descobrir soluções para a resolução dos problemas criados pela nova sociedade industrial.

A urbanística moderna surge como parte das tentativas em curso para estender a todas as classes sociais os benefícios potenciais da revolução industrial, não apenas como representação, mas assumindo-se como factor cooperante na construção

13 _ Karl Marx, 1818 -1883;

de uma comunidade democrática, apresentando-se como uma das técnicas necessárias para definir o equilíbrio entre os conflitos sociais. A urbanística moderna não tenta alcançar a forma perfeita a realizar à partida, mas sim determinar uma série de modificações parciais, num compromisso razoável entre as várias forças em jogo. Assim, verificaram-se uma série de reformas e realizaram-se as grandes intervenções nas cidades europeias de Paris, Bruxelas, Viena, Barcelona, Florença e Londres.

Outras medidas e experiências foram realizadas, entre as quais se destacam os primeiros modelos de casas operárias expostos, em 1844, por Lord Shaftesbury na filantrópica *Society for Improving the Dwellings of the Labouring Class*. Outra sociedade semelhante foi fundada em França, em 1853, a *Société Malhousienne des Cités Ouvrières*, financiada por particulares juntamente com o Estado. Em 1865, deu-se início à construção de casas populares em torno das fábricas Krupp, em Essen na Alemanha.

E por último, Letchworth a primeira cidade-jardim, que constitui simultaneamente a realização final das utopias do séc. XIX e o documento concreto do nascimento do urbanismo moderno.

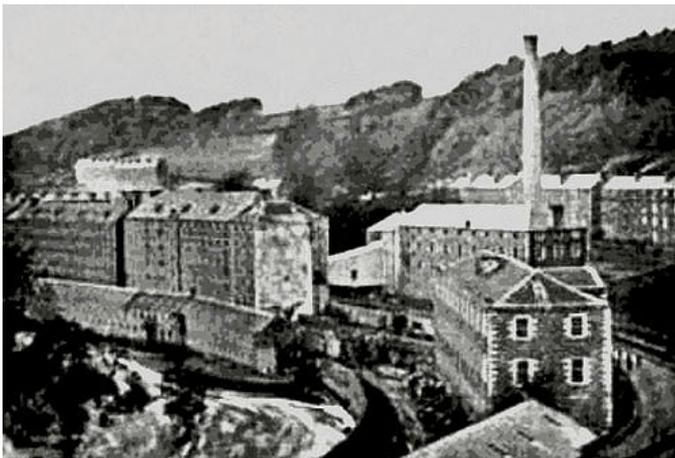
1.1_ As primeiras aproximações

1.1.1_ As propostas de Owen

Nas fiações de New Lanark, Robert Owen experimentou a “reconstrução do ambiente ao serviço do homem” onde introduziu as melhorias atrás mencionadas, melhores remunerações, horários mais reduzidos e casas dignas. Em 1816, acrescentou ao complexo de New Lanark a *Instituição para a Formação do Carácter*, que servia sobretudo para as crianças serem instruídas até aos 10 anos, idade antes da qual não podiam ser admitidas ao trabalho. Owen queria também que os filhos dos seus operários aprendessem a dançar e, os que tivessem dotes musicais, a cantar e a tocar algum instrumento. Fora do horário escolar a Instituição servia o resto da população do complexo, como sala de baile e diversões, e também como escola para os idosos e adultos que quisessem aperfeiçoar os seus conhecimentos. Owen pretendia ainda que esta instituição fosse utilizada por toda a população de Lanark que o desejasse.

Esta foi a primeira iniciativa filantrópica para concretizar uma organização educativa estável através da qual se envolveria toda a vida da comunidade, completando o trabalho da oficina com o estudo e os tempos livres.

Em *A New View of Society and Other Writings*, Owen faz uma séria análise dos problemas da época, e sugere um sistema que, segundo ele, poderia resolver os problemas da sociedade industrial. Neste sistema, o emprego, a subsistência e a



New Lanark

Fonte: Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*

vida em comunidade dos trabalhadores estavam previstos e determinados a nível económico e social e todos os custos, foram estudados ao pormenor. Segundo Owen, qualquer sistema para melhorar as condições dos trabalhadores deveria prever o ensino e a educação dos seus filhos e não deveria nunca ser criado para famílias isoladas nem para comunidades demasiado numerosas, estas deveriam ter entre 500 a 1500 indivíduos.

Desenvolve assim a **Teoria dos Paralelogramos**, em que cada paralelogramo correspondia a um aldeamento. Estes distribuíam-se pelo território, eram completamente auto-suficientes e estavam interligados por estradas criando uma rede. Cada aldeamento tinha cerca de 1000/1500 acres¹⁴. Compreendia edifícios com capacidade para albergar 1200 pessoas dispostos em quadrado, e edifícios públicos distribuídos por sectores em torno do terreno. No centro estava o edifício com a cozinha pública e as despensas, à sua volta as escolas para as várias idades, biblioteca e salas de oração e de reuniões e, na área livre dentro do quadrado, os espaços para os exercícios físicos e recreio, que seriam arborizados. Três dos lados do quadrado eram destinados à habitação, e no outro estavam a enfermaria, a hospedaria para os visitantes e os dormitórios para as crianças, que a partir dos 3 anos iriam à escola, comeriam e dormiriam em conjunto.

Por trás das casas situavam-se as hortas e depois destas os edifícios dos trabalhos mecânicos e produtivos, estábulos, matadouros, lavandaria, construções rurais e instalações necessárias ao fabrico do malte, cerveja e moagem do trigo. Em torno



Proposta de Robert Owen para a realização dos Paralelogramos, 1817
Fonte: Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*

14 _ 404,69/ 607,03 hectares;

de todo este complexo localizavam-se os campos de cultivo e os pastos e, no limite, os pomares.

Todos os trabalhadores deveriam, para além de trabalhar nos sectores industriais e de cuidar das suas famílias, zelar pelo bom funcionamento da comunidade, através de uma série de tarefas comunitárias.

Esta proposta de Owen é o primeiro plano urbanístico moderno desenvolvido em cada uma das suas partes, desde as premissas político-económicas ao programa de construção e ao orçamento financeiro. Foi verdadeiramente inovador e, apesar de cativar a opinião pública, não conseguiu cativar nenhum financiador, levando Owen a pô-lo em prática pessoalmente.

Muda-se para a América, que na época era considerada um campo aberto às experiências “impossíveis” de levar a cabo na Europa e, em 1825, adquire a aldeia de Harmony¹⁵, em Indiana, uma aldeia traçada em xadrez, com uma praça no centro rodeada de grandes edifícios em tijolo, onde se estabelece no ano seguinte com a família e 800 seguidores, fundando assim **New Harmony**. Muitos americanos foram atraídos ao local, entre eles homens da ciência e educadores. Foram feitas importantes experiências, sobretudo a nível educativo, mas as dificuldades económicas e os desentendimentos internos acabaram por destruir a iniciativa e, em 1828, apenas dois anos depois de iniciada a experiência, Owen viu-se obrigado a vender a propriedade.

15 _ Fundada por George Rapp;

1.1.2_ A Falange e o Falanstério de Fourier

Charles Fourier, no tratado de 1808, defende que a realização da harmonia universal deveria ocorrer gradualmente, ao longo de 7 períodos históricos, estando a humanidade, naquela altura, entre o 4º (barbárie) e o 5º (civilização). Caracteriza o período da civilização pela propriedade individual descontrolada, e determina que a sociedade só poderia passar ao período seguinte (garantismo) quando uma série de limitações fossem estabelecidas convertendo a desordem e a anarquia da cidade contemporânea numa ordem minuciosa.

Propõe então uma cidade do 6º período, a **Falange**. Esta deveria ter 3 cinturas com diferentes dimensões, na primeira estaria a cidade central, na segunda os subúrbios e as grandes fábricas e na terceira as avenidas e a periferia. As 3 zonas seriam separadas por cercas, sebes e plantações que não podiam obstruir as vistas.

Fourier determina também as regras de dimensionamento de ruas, distância entre casas, das componentes obrigatórias dos telhados, etc... Cada edifício teria, obrigatoriamente, espaços livres, ajardinados, variando a sua área consoante a zona, os edifícios da zona central eram os menores e iam aumentando à medida que se aproximavam da periferia. As empenas dos edifícios eram livres e os muros relativamente baixos permitindo ver 2 terços da altura dos edifícios. Os edifícios eram colectivos favorecendo a concentração dos serviços e consequentemente as relações mútuas.

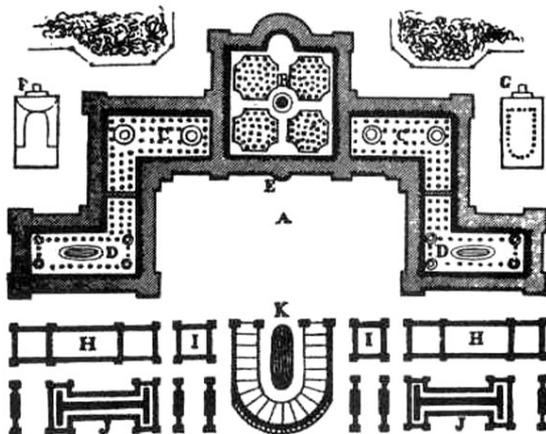


Gravura da Falange

Fonte: Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*

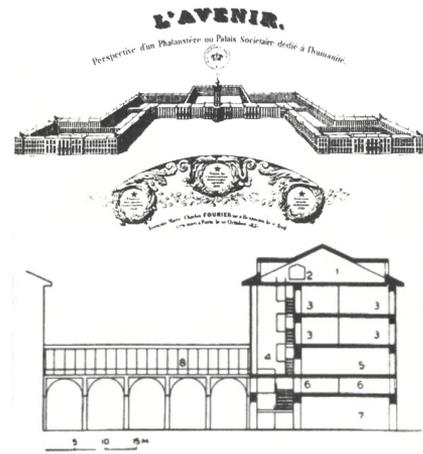
Para Fourier, quando se atingisse o sétimo, e último período (a harmonia universal) o problema do povoamento seria reformulado de raiz, contrapondo à comunidade indeterminada um grupo funcional racionalmente composto, e à cidade indiferenciada um dispositivo arquitectónico unitário, o **Falanstério**.

Fourier declara-se sempre confiante em transformar a sua utopia em realidade, tentou realizar o Falanstério em França, onde nunca se alcançou o sucesso preconizado. Apesar disso, o ideal fourierista conquistou vários seguidores, que tentaram pô-lo em prática na Rússia, na Argélia e, entre 1840/50, 41 comunidades experimentais foram levantadas nos EUA. Entre elas, a mais bem sucedida foi a de Ripley, criada em 1841. Era um centro agrícola e educativo, em que todas as componentes de uma pequena cidade estavam contempladas, e em que se vivia em perfeita comunidade. O complexo foi crescendo e ganhando adeptos de tal forma que lhe chamaram Falange e chegou-se mesmo a construir o Falanstério, com todas as componentes descritas por Fourier mas, assim que ficou pronto, foi completamente destruído por um incêndio em 1846, e a comunidade desfez-se. Todas as tentativas práticas de seguir os ideais de Fourier se desmoronaram mais cedo ou mais tarde, ou por insuficiência de capitais, ou porque simplesmente a vida “demasiado comunitária” levava a desentendimentos e as comunidades desfaziam-se. No entanto, esta proposta influenciou imenso os regulamentos da construção oitocentista e a prática urbanística que se lhe seguiu.



Planta do Falanstério

Fonte: Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*



Perspectiva e Corte do Falanstério

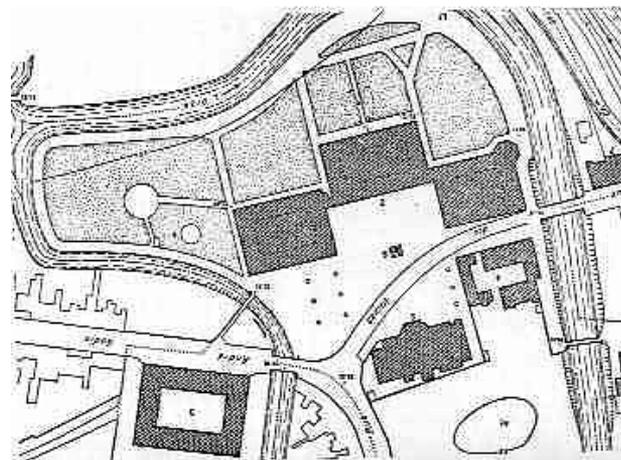
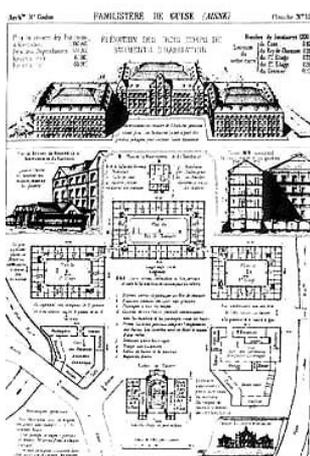
1.3 _ O Familistério de Godin

Jean Baptiste Godin foi um dos financiadores de uma das tentativas, frustradas, de pôr em prática o Falanstério. Mais tarde fez uma nova tentativa para o realizar mas modificando-o de acordo com a sua própria experiência, criando o **Familistério**, a única variante do Falanstério verdadeiramente bem sucedida.

A teoria de Godin, que expôs no seu livro *Solutions Sociales*, partia do princípio cooperativo de Fourier e preconizava também a divisão proporcional dos lucros entre os habitantes da comunidade, mas o êxito da experiência dependia de duas importantes inovações, do seu carácter industrial em vez de agrícola, e a renúncia à vida totalmente em comum do Falanstério. No Familistério cada família tinha o seu alojamento privado e só os serviços eram comuns, garantindo assim a autonomia das famílias ao mesmo tempo que facilitava as relações sociais.

O Familistério de Godin era uma redução do modelo de Fourier, o edifício era igualmente composto por 3 blocos fechados, mas os pátios, pequenos e interiores, eram cobertos de vidro. Tal como no Falanstério o Familistério continha os serviços gerais, creche, jardim-escola, escolas, teatro, banhos e lavandaria.

A construção do 1º bloco começou em 1859 e o terceiro em 1877. Em 1886 a comunidade compreendia cerca de 400 famílias, e pode considerar-se a experiência mais feliz entre as que foram tentadas no séc. XIX pelos teóricos do socialismo. Esteve ainda na base do raciocínio da "Unidade de Habitação" de Le Corbusier.



O Familistério

Fonte: Benévolo, Leonardo; *As Origens da Urbanística Moderna*

1.2 _ Reflexões

As propostas e, sobretudo, as experiências desta altura tiveram inegavelmente um grande valor como primeiro passo para a produção urbanística que se seguiu. Constituem as primeiras tentativas para resolver o problema das péssimas condições em que vivia o proletariado, mas não se limitam a propor novos tipos de habitação. Estes conjuntos vão muito mais longe do que isso, rejeitam o monofuncionalismo habitacional contemplando todas as componentes necessárias para uma vida completa e com qualidade. Integram a habitação, alimentação, educação, saúde, espaços de oração, desporto, divertimentos e ocupações várias, com o objectivo de nada descurar para que as experiências resultassem.

Na Teoria dos Paralelogramos e na Falange chega-se a um nível de detalhe impressionante. Tudo foi estudado para aquele número de habitantes, desde as áreas de habitação e dos equipamentos às regras de edificação e de organização do conjunto. O tamanho dos edifícios, a distância entre eles e as medidas de arruamentos e de espaços livres foram regulamentados. Os custos de construção dos planos e sua posterior sustentabilidade foram previstos, até o dia-a-dia dos habitantes estava definido, bem como as regras de utilização dos equipamentos.

Neste sentido estas propostas foram verdadeiramente pioneiras, pela primeira vez são criados verdadeiros planos urbanísticos contemplando todas as vertentes de uma vida urbana em comunidade. Foi captada a importância da integralidade. No entanto, ao tentarem solucionar um problema novo, sem precedentes, estas propostas acabam por partir de base nenhuma, pretendem criar urbanidade de raiz sem atenção a preexistências ou condicionantes e sem deixar espaço à flexibilidade. Traduzem-se em planos de grande escala, auto-suficientes que não se apoiam, nem complementam, nenhuma outra estrutura preexistente mas erguem-se sós, individualistas, como se estivessem dentro de uma redoma e não precisassem de nada do "mundo exterior". No entanto, são erigidas sobre a ideia de uma forte vida comunitária o que, de certa forma, é uma contradição.

Este carácter de introversão é facilmente perceptível tanto nos Paralelogramos de Owen como no Falanstério de Fourier o que, aliado à vida totalmente comunitária, parece ter sido a verdadeira causa do colapso destas experiências. No Paralelogramo, os edifícios são construídos em torno de um espaço central para as diversas actividades, portanto quem quer que usasse este espaço seria sempre visível a partir dos edifícios, o que podia até ser benéfico no caso das

crianças, pois deste modo era fácil o seu controlo, mas no caso de um adulto era criada uma situação de perda de liberdade e privacidade.

O mesmo sucedia na obrigação de viver em plena comunidade, isto é, não só as actividades quotidianas, como trabalhar, comer, tratar a roupa, orar, etc. eram feitas em comum, mas todo o dia e noite eram passados em comunidade, os alojamentos não eram familiares mas sim comunitários. No Falanstério a situação era ainda mais clara pelo facto de ser um único edifício que conformava três grandes pátios onde se passavam estas actividades, transformando o “espaço exterior” em interior, como grandes claustros.

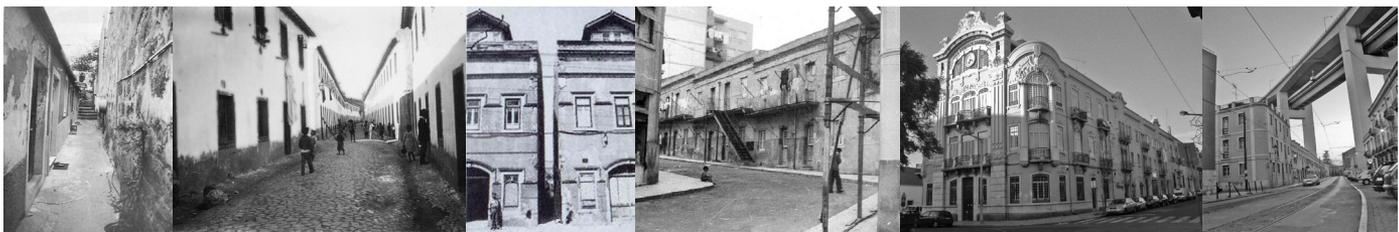
Estas propostas eram pouco flexíveis, não deixavam espaço para a transformação, para a diversificação, não permitiam que as necessidades se fossem verificando e resolvendo, tentando lançar de uma só vez todas as bases sem assumir que é impossível prever todas as necessidades de uma comunidade em que as pessoas não são formatadas, não são cópias exactas umas das outras e podem aspirar a diferentes coisas e a diferentes modos de vida. Este facto levou naturalmente a reacções contra o apertado controlo que foram a causa do insucesso destas experiências.

A solução de Godin foi sem dúvida a mais equilibrada de todas e por isso a que melhor resultou. Claro que este equilíbrio foi também conseguido à custa das anteriores experiências uma vez que Godin começa a construir o seu Familistério em 1859, mais de 30 anos depois de New Harmony e depois das experiências do Falanstério, tendo assim hipótese de alterar algumas das premissas das experiências anteriores.

O Familistério funcionava como o apoio dos trabalhadores das indústrias de Godin, fornecendo-lhes o necessário para uma vida com qualidade, embora sendo mais pequeno do que o Falanstério conseguia conter os mesmos serviços e com a sua menor dimensão e pátios cobertos comportava-se realmente como um edifício na cidade e não como uma cidade num edifício. Assim, funcionava como uma unidade que providenciava tudo o necessário para os trabalhadores ao mesmo tempo que lhes dava liberdade de movimentos pela proximidade a Guise.

Terá sido provavelmente por tudo isto que foi a experiência mais bem sucedida, mas a razão mais importante foi a renúncia à vida totalmente comunitária. No Familistério só os serviços eram comuns, os alojamentos eram privados, familiares e assim foi possível promover o contacto social e o interrelacionamento e, ao mesmo tempo, permitir a liberdade de escolha entre o recolhimento e a vida social.





Capítulo 2
A Industrialização em Portugal



Em Portugal o processo de industrialização começou muito mais tarde do que em Inglaterra ou França, e foi de tal modo lento que não se lhe pode chamar, verdadeiramente uma Revolução Industrial, pois nunca houve um desenvolvimento industrial maciço que fizesse da indústria a actividade dominante na economia do país. Oliveira Martins¹, sintetizou as características essenciais do antigo regime português: “*Dois entidades únicas nós conhecíamos: o Rei e o frade; e só uma industria: o Brasil.*”²

Apesar dos vários acontecimentos do séc. XIX, das revoltas e guerras que poderiam ter sido marcos de progresso para o país, a verdade é que a situação da indústria quase não se alterou ao longo de todo o século, continuando a estar subordinada ao comércio colonial com África e com o Brasil independente. Ainda assim, pode dividir-se a história da industrialização portuguesa durante o séc. XIX, em quatro fases distintas de desenvolvimento industrial.

A primeira (1812/26) foi a fase de retoma após as invasões napoleónicas e compreendeu a Revolução Burguesa de 1820³ e a independência do Brasil em 1822. Esta foi uma fase de desenvolvimento pouco acentuado em que a indústria manteve o seu carácter artesanal, constituindo o Porto, nesta altura, a cidade mais industrializada de Portugal⁴.

A fase que se seguiu (1835/50) corresponde ao período pós guerra civil⁵, e compreende o Setembrismo⁶, a expressão política da breve supremacia das classes industriais na estrutura social portuguesa. O seu principal objectivo era a protecção da indústria portuguesa, no entanto apenas 6 anos depois, em 1842, o golpe de estado Cartista pôs fim ao Setembrismo e, conseqüentemente, à supremacia política e económica da burguesia industrial.

Devido à guerra civil várias extensões de terra, tanto no campo como nas cidades, passaram para as mãos da burguesia, por expropriação e venda em hasta pública das propriedades pertencentes à nobreza absolutista, derrotada, e às ordens religiosas. Esta nova burguesia fundiária, estava muito pouco interessada no desenvolvimento da agricultura, o seu principal interesse era o recebimento de rendas. A terra era arrendada por períodos curtos e rendas elevadas arruinando tanto a terra como o rendeiro. Além disso, o inadequado sistema de crédito estatal

1 _ Historiador do séc. XIX;

2 _ in Teixeira, Manuel C.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista _ As Ilhas do Porto*;

3 _ A Revolução de 1820 deu-se por reacção ao tratado que Portugal negociou com Inglaterra e que abria os portos brasileiros ao comércio internacional perdendo-se o monopólio português;

4 _ Sendo superado por Lisboa em 1830;

5 _ Guerra civil – 1832/34, terminou com a vitória da burguesia liberal;

6 _ Movimento iniciado com a Revolução de 9 de Setembro de 1836;

à actividade agrícola e as elevadas taxas de juro cobradas pelos usurários, a quem os rendeiros e pequenos proprietários se viam obrigados a recorrer, levaram a uma profunda crise nas zonas rurais e a uma emigração maciça para as cidades.

Mouzinho da Silveira⁷, criou legislação para reformar e reestruturar a economia portuguesa após a independência do Brasil, no entanto, esta não surtiu os resultados esperados. *“O que depois da legislação de Mouzinho se viu implantado no nosso país não foi afinal o liberalismo económico verdadeiramente criador e produtor, isto é, o capitalismo dos empresários industriais e agrícolas: foi essencialmente o do parasitismo e do jogo – o dos recebedores de rendas, o dos simples agiotes, o dos especuladores da Bolsa, unido ao sistema do comunitarismo de Estado.”*⁸

Apesar de todos os fracassos nesta segunda fase de industrialização, houve uma tentativa importante de modernizar a indústria, a introdução da máquina a vapor. Em 1835 chega a primeira máquina a vapor a Portugal e até 1852 foram instaladas 70 em todo o país, das quais 8 no Porto e 53 em Lisboa, o que demonstra bem a diferença entre as duas cidades e destas em relação ao resto do país. Estes números revelam também o incrível atraso de Portugal em relação ao Norte da Europa. Em 1838, a indústria britânica tinha 10.000 máquinas a vapor e, em 1842, a Bélgica, mais pequena que Portugal, tinha já 1300.

A terceira fase do desenvolvimento industrial português começa após 1851, com a Regeneração, esta foi crucial no desenvolvimento económico e industrialização de Portugal. *“Em 1852 começa uma nova epocha de regeneração das nossas industrias, coincidindo o impulso dado à viação ordinaria e accelerada com a criação do ministerio das obras publicas, conselho geral de commercio, agricultura e manufacturas, instituto industrial de Lisboa, escola industrial do Porto, e repartição de manufacturas.”*⁹

Os governos da Regeneração deram especial atenção à criação de condições para o aumento de produção, encorajaram a construção de estradas e caminhos-de-ferro¹⁰, dando assim um importante impulso ao desenvolvimento das actividades comerciais, tanto nacionais como internacionais.

Com as políticas de desenvolvimento da Regeneração, o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano que lhe esteve associado melhoraram, inicialmente, as condições de vida das classes trabalhadoras, pois proporcionaram um mercado de trabalho mais alargado nas cidades, o aumento dos salários e

7 _ Ministro das Finanças e da Justiça em 1832/33;

8 _ Sérgio, António; *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*; p.196;

9 _ Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Repartição de Estatística, *Inquerito Industrial de 1881*; vol. VI; p. XXII;

10 _ Devido à Regeneração foram lançados, até 1884, 1.685 km de vias férreas e em 1900, 2.356 km. Em 1852 havia 218 km de estradas modernas e em 1900 14.230 km;

a estabilização do preço dos alimentos. No entanto, entre 1861/72 as rendas de casa tinham “*geralmente augmentado de preço em todas as terras do reino, com especialidade em Lisboa e Porto*”¹¹, e durante a década de 70 as condições de vida dos trabalhadores pioraram substancialmente.

A Regeneração iniciou um lento, mas contínuo, processo de desenvolvimento social e económico e lançou os alicerces da última fase de desenvolvimento industrial do séc. XIX. Este último período iniciou-se na década de 1880 e terminou entre 1910/14. Foi marcado por acontecimentos políticos e transformações sociais muito importantes para a estrutura social portuguesa, como o ultimato inglês de 1890, a revolta republicana de 1891 e a implantação do regime republicano em 1910. Para os operários o início desta fase foi ainda mais difícil, porque a tentativa de aumentar a produtividade da indústria, a partir de 1880, levou a uma queda dos salários agravada pelo aumento dos preços da alimentação¹², vestuário e habitação.

Durante o processo de industrialização da segunda metade do século, verificou-se o crescimento populacional dos núcleos urbanos industrializados, especialmente Lisboa e Porto. Entre 1864 e 1900 a população total do país aumentou 29%, enquanto a população urbana cresceu 75%, sendo a maior parte desta nova população oriunda do campo. A chegada desta população a Lisboa e ao Porto provocou uma modificação da composição social, o crescimento da população operária e o desenvolvimento e diversificação da burguesia. Esta classe operária crescente provocou uma grande procura de habitação de baixo custo, o que deu origem aos fenómenos das Vilas em Lisboa e das Ilhas no Porto.

	País	Pop.urbana	Porto	Lisboa
1864	4.188.410	492.131	86.761	163.763
1878	4.550.699	565.023	105.838	187.404
1890	5.049.729	751.586	138.860	301.206
1900	5.423.132	859.753	167.955	356.009
1911	5.999.146	1.127.420	194.009	435.359

Crescimento da população Urbana de 1864 a 1911

Fonte: Teixeira; Manuel C.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista_ As Ilhas do Porto*; p.93

11 _ Câmara dos Senhores Deputados, Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa (Lisboa, 1873), pp.36, 494-495; in Teixeira; Manuel C.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista_ As Ilhas do Porto*;

12 _ No Porto, por exemplo, os preços dos alimentos nos mercados aumentaram em média 57,5% entre 1880 e 1895. Nesta altura, numa família típica da classe trabalhadora, cerca de 4 quintos do orçamento eram gastos só com a alimentação, apesar desta ser bastante pobre;

2.1 _ Os primeiros alojamentos operários em Portugal

2.1.1 _ As Vilas de Lisboa

Com o crescimento da burguesia e da classe operária, deu-se um surto de procura imobiliária em Lisboa. Para a burguesia rasgaram-se avenidas e criaram-se novos bairros, mas para a classe operária nada foi feito. Assim, inicialmente, esta viu-se obrigada a alugar quartos em conventos e palácios, adquiridos em hasta pública após a guerra civil, a alugar caves insalubres, ou a procurar alojamento em espaços desocupados ou arruinados onde improvisavam precárias habitações, mediante o pagamento de uma renda a um proprietário, fazendo assim nascer os **pátios** de Lisboa.

Passado algum tempo, com o desenvolvimento deste processo e uma procura de habitação cada vez mais intensa, esta modalidade começou a cativar a iniciativa privada. Estes promotores privados começaram a comprar terrenos especificamente para construir casas para os operários, onde as condições não seriam tão miseráveis como nos pátios e dariam provavelmente um bom lucro, institucionalizando-se assim, nas últimas décadas de oitocentos, a modalidade das **Vilas operárias** e, *“é essa finalidade expressa, presente desde a promoção, embora cobrindo tipologias muito variadas, que distingue o pátio da vila.”*¹³

Mais tarde, as próprias empresas, começaram a envolver-se na construção de Vilas, pois a falta de alojamento começava a constituir um sério entrave ao desenvolvimento industrial. Assim, iniciaram a construção de blocos de habitação para facilitar a fixação de mão-de-obra pois com salários tão baixos, o fornecimento de alojamento era um poderoso factor de atracção, funcionando também, como instrumento de controlo e de pressão sobre os assalariados. Por vezes, este fornecimento de habitação por parte da empresa, inscrevia-se mais numa atitude filantrópica, como no bairro Grandela.

As Vilas constituem os primeiros exemplos de uma tentativa consciente para a resolução do problema da falta de habitação para um estrato social específico. Estes foram os primeiros conjuntos portugueses de “habitação social”. Na sua realização teve grande importância o Inquérito Industrial de 1881, ao revelar as condições miseráveis em que vivia a classe operária, e os reformistas sociais que se empenhavam em obter a melhoria das condições de habitação para as classes

13 _ Pereira, Nuno Teotónio, *Jornal dos Arquitectos*, nº204, 2002, p.19;

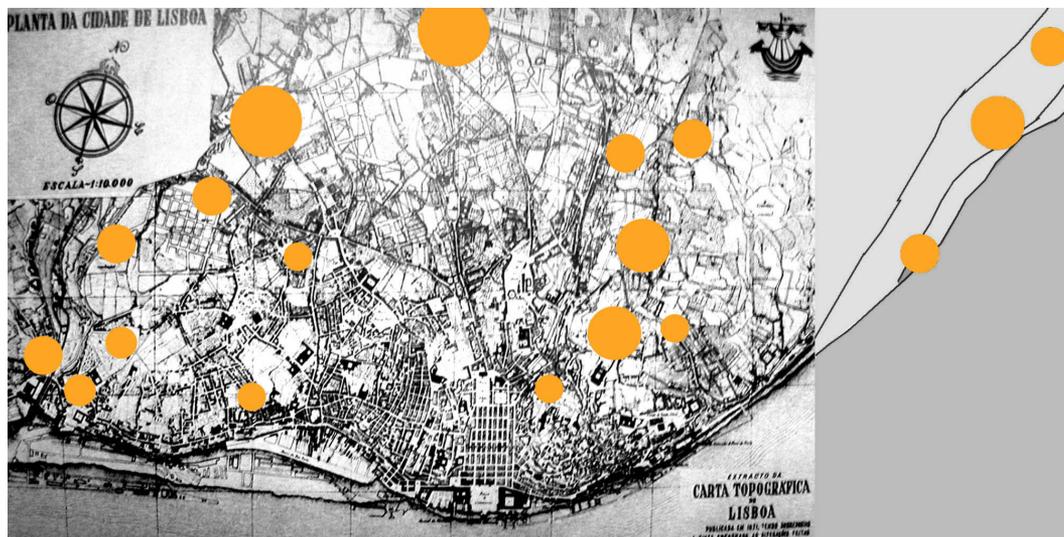
trabalhadoras.

As Vilas localizam-se, principalmente, no interior dos bairros antigos ou nas zonas onde se construíram as fábricas na 2ª metade do séc. XIX, zonas de periferia, e/ou à beira-rio, servidas por caminho de ferro, estando as maiores concentrações em Alcântara e na faixa marginal entre Xabregas e o Poço do Bispo.

Foram uma solução de tal modo generalizada que, ainda hoje, têm uma importância considerável na configuração do tecido de certas zonas da cidade de Lisboa, existindo ainda cerca de 350 vilas¹⁴ em 1979.

A construção de Vilas deu-se essencialmente ao longo do período de 1850 a 1930, e foi entre 1890/1910 que se construíram a maior parte das Vilas. Deixaram de ser construídas a partir de 1930 quando o Estado Novo proibiu a sua construção por muitas delas serem agrupamentos profundamente degradados, que punham em risco a saúde pública, descrevendo-as como *“grupos de edificações, destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa, quer indirecta, com a via pública por meio de serventia”*¹⁵.

Uma das características das Vilas era o aproveitamento máximo da área disponível, concentrando-se o espaço livre, inútil ou pouco lucrativo, de forma a construir o maior número possível de fogos, também estes reduzidos a áreas mínimas. Esta exigência conduziu a uma organização espacial em que as habitações se agrupavam à volta do terreno, ocupando todo o seu perímetro,



Localização das principais áreas de Vilas em Lisboa
Planta de 1911; Fonte: ANBA; *Lisboa Oitocentista*

14 _ *Anuário Geral de Portugal*, 1979;

15 _ *Regulamento da CML*, 1930; in Pereira, Nuno Teotónio: *Prédios e Vilas de Lisboa*;

com acesso através de um espaço central. Esta era a forma mais generalizada de Vila, sendo o espaço central de acesso normalmente estreito e alongado, em forma de corredor ou por vezes mais alargado, tipo pátio, permitindo algum desafogo. As construções eram simples, de custos reduzidos e na maioria dos casos os logradouros privativos das traseiras não existiam ou eram também eles ínfimos. Assim, as Vilas eram normalmente construídas nos espaços livres atrás dos prédios, ou no interior dos quarteirões, sem acesso directo aos arruamentos principais. A ligação aos arruamentos podia fazer-se de três maneiras: por um corredor, descoberto, lateral ao prédio; por um corredor, também descoberto, a eixo do lote e que se prolongava pelo espaço de acesso às casas da Vila; ou ainda, através de uma passagem aberta em arco sob o próprio prédio, de modo a aproveitar para construção do edifício principal toda a extensão sobre a rua. Normalmente qualquer destes tipos de entrada era resguardado por um portão de ferro ostentando uma placa com o nome da Vila e inteiramente separado da entrada para o prédio da frente. O nome das Vilas era, normalmente, o apelido do promotor ou o nome de alguém da sua família, hábito provavelmente ligado à faceta filantrópica que por vezes caracterizava este tipo de empreendimentos. Apesar do seu carácter de alojamento para camadas de baixos rendimentos há algumas Vilas, como a Vila Berta e a Vila Santos, em que o nível das habitações e da sua envolvente era muito superior ao normal desta tipologia, correspondendo a camadas de pequena burguesia. Nestes casos também o tratamento formal atingia um nível de qualidade excepcional, um projecto elaborado, desenho cuidado de todos os elementos de construção e grande riqueza decorativa. Estas características podiam também encontrar-se em muitas Vilas "comuns", mas num grau diferente, havia normalmente a preocupação com a simetria, guarnecimento dos vãos com materiais baratos, como o tijolo, remate ornamentado das coberturas e um desenho cuidado dos letreiros com a designação da Vila.

As habitações das Vilas são, em geral, edifícios de pisos térreos ou de 2 ou 3 andares, em que as portas de entrada têm comunicação directa com o exterior, átrios e arruamentos protegidos dos eixos viários e com acesso privado.

As escadas interiores eram frequentemente substituídas por galerias exteriores, de modo a reduzir os custos e os espaços não rentáveis, eram construídas em estrutura de ferro, articulando as respectivas escadas de acesso e por vezes formando

ponte, adquirindo um grande valor como elementos ordenadores do espaço. É natural que a morfologia destes conjuntos os tornasse particularmente favoráveis à geração de determinadas dinâmicas sócio-espaciais. Invisíveis do exterior, afastados dos eixos viários e com acesso privado, as Vilas tendiam, e tendem ainda, a debruçar-se sobre si mesmas, a criar um certo egocentrismo pela disposição das habitações em torno de um espaço aberto, comum, favorecendo a comunicabilidade e visibilidade entre os seus habitantes.

Acabam assim por funcionar como pequenas aldeias, todos se conhecem e entreajudam, o espaço comum serve o convívio, mas também o conflito, favorecendo o controlo social. O sentimento de "posse" do espaço-casa estende-se ao exterior, havendo muitas vezes uma demarcação de território (através de vasos, tanques, móveis, etc.) no espaço exterior, comum, como forma de compensar a exiguidade das habitações, criando-se uma estreita interacção e miscigenação entre o espaço privado e o público.

As Vilas de Lisboa adoptaram formas muito diversas e, segundo Nuno Teotónio Pereira, podem dividir-se em 6 grandes grupos, Vilas em correnteza, Vilas formando pátio, Vilas atrás de prédios, Vilas formando rua, Vilas directamente ligada a produção e Vilas de escala urbana.

As **Vilas em correnteza**, eram pequenas construções de um só piso com 2 fogos construídos em banda, aos quais foi muitas vezes acrescentado um novo piso sobre o primitivo, aumentando assim de 2 para 3 ou 4 fogos por construção.

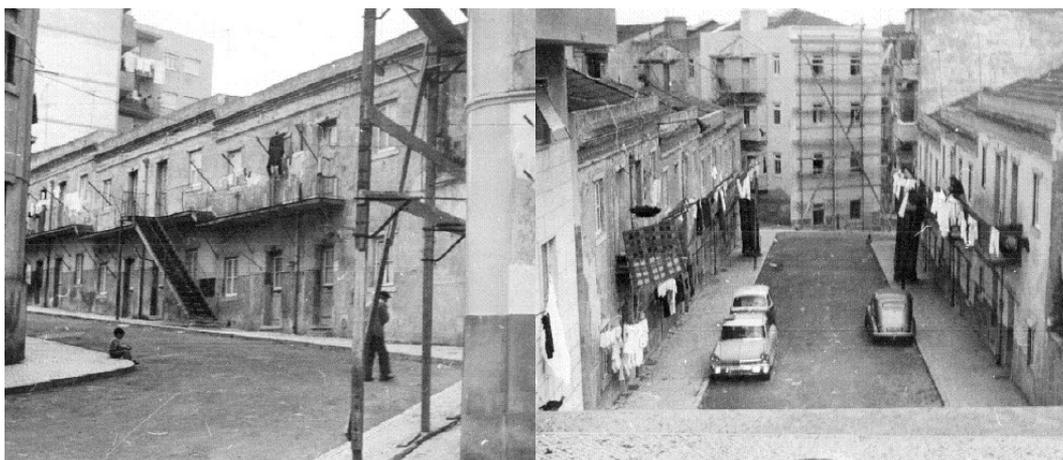


Vila Rosa - Vila em correnteza
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

Estes exemplares encontram-se geralmente nos bairros pobres da periferia, em zonas, elas próprias, segregadas da cidade. Sendo este tipo de Vila dotado de um programa mínimo, de construção simples, custo reduzido e grande versatilidade, conheceu um grande desenvolvimento, pois tanto podia ser aplicado no interior de pátios, como junto a arruamentos e foi uma das modalidades mais comuns de vilas do final do séc. XIX. Quando o corredor de acesso às casas era alargado a ponto de ser um espaço utilizável, de permanência e não apenas de passagem, temos as **vilas formando pátio**, como a Vila Ramos e a Vila Celeste. O espaço central amplo permitia que as casas tivessem espaço para respirar e pudessem receber a luz do Sol nas fachadas diminuindo consideravelmente a sua insalubridade face



Vila Ramos - Vila formando pátio
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico



Vila Celeste - Vila formando pátio
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

a outros tipos de Vila. As **vilas construídas atrás de prédios** eram aquelas em que num mesmo lote de terreno duas tipologias distintas eram construídas, um prédio corrente acompanhando a rua, para a burguesia, e no interior do terreno, por detrás desse prédio, um pátio ou vila destinado a famílias proletárias.

As **Vilas formando rua** eram normalmente construídas em zonas vizinhas das fábricas, prolongavam-se ao longo das vias de acesso às concentrações industriais. Foi assim que a zona industrial de Alcântara favoreceu a construção de vilas no bairro de S. Amaro, na encosta do Alvito, no vale de Alcântara e ao longo da escarpa dos Prazeres e Casal-Ventoso, marginando a R. Maria Pia, então aberta como estrada da circunvalação.



Vila Fernandez - Vila construída atrás de prédio
Fonte: Arquivo Filipa Crespo Osório (FCO)



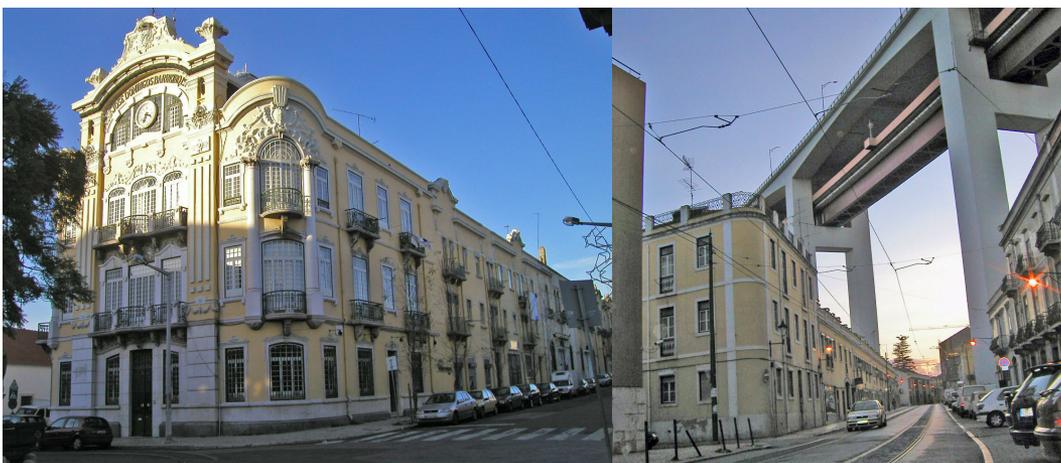
Vila Berta - Vila formando rua

Fonte: Arquitectura e Vida, nº63; Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico



Vila Dias - Vila formando rua

As **Vilas directamente ligadas à produção** eram aquelas em que as habitações dos trabalhadores estavam integradas no edifício das instalações fabris, construídas sobre parte dos armazéns formando blocos ao longo da rua, como a da Rua Fernando Palha, construída por José Domingos Barreiro, provavelmente em 1917, e a da Rua 1º de Maio, construída pela fábrica de tecidos Lisbonense, em 1873. Com a contínua utilização e desenvolvimento das Vilas foi-se diversificando a sua tipologia, no decorrer desta evolução surgiram vilas que, pelo volume de edificação e pela complexidade da sua estrutura, se impõem ao nível do espaço da cidade, as **Vilas de escala urbana**, que incorporavam muitas vezes equipamentos devido à sua dimensão e carácter de autonomia.



Vilas da R. Fernando Palha e da R. 1º de Maio - Vilas directamente ligadas à produção
Fonte: Arquivo FCO



Bairro Grandella - Vila de escala urbana
Fonte: Arquivo FCO

2.1.2_ As Ilhas do Porto

Durante todo o séc. XIX verificou-se uma grande imigração para o Porto, que atingiu o seu máximo entre 1878 e 1890, período em que quase 35.000 novos habitantes se fixaram no Porto.

Inicialmente, os emigrantes mantiveram uma ligação com as suas casas e aldeias, alguns deslocavam-se diariamente a pé, dos subúrbios rurais para a cidade, outros mudaram-se para o Porto e visitavam regularmente a família aos fins-de-semana. Apesar de mais longe do local de trabalho, os trabalhadores que viviam fora do Porto eram considerados privilegiados, segundo Bernardino Vareta para quem *“vivia nos subúrbios ou na zona semi-rural, (...) a vida é favorecida por o menor custo de rendas e outras circunstancias favoráveis”*¹⁶, como a possibilidade de cultivar uma horta para consumo caseiro. Este movimento pendular deu origem a uma população urbana flutuante, que em breve se viria a instalar permanentemente na cidade ou a emigrar para o Brasil.

A procura de habitação na cidade era bastante específica, os baixos salários apenas lhes permitiam acesso às formas de habitação mais baratas que encontravam disponíveis, o que naturalmente resultou nas condições extremamente pobres, exíguas e insalubres em que viviam a maior parte das famílias operárias do Porto. Após a sobreocupação dos edifícios existentes nas áreas mais antigas da cidade, verificou-se a necessidade de construir habitação nova que respondesse especificamente a este tipo de procura, as **Ilhas** foram a resposta a esta necessidade.

Ao contrário do caso lisboeta, as pessoas que chamaram a si esta tarefa não foram os comerciantes nem os industriais abastados. Estes não se envolveram directamente na produção de habitação operária principalmente porque, embora o investimento necessário fosse pequeno, também assim eram os lucros. No entanto, estas classes, estiveram presentes de outras formas, como proprietários dos terrenos controlavam o desenvolvimento urbano do Porto, determinando o padrão de localização dos diferentes tipos de habitação na cidade.

Os principais promotores das Ilhas eram pessoas de recursos económicos limitados, pequenos comerciantes, manufactores ou artífices que aplicavam as suas economias na promoção de habitação operária. A pequena escala

16 _ In Teixeira; Manuel C.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista _ As Ilhas do Porto*;

deste investimento apenas permitia a construção de pequenas casas de muita baixa qualidade, geralmente no interior dos antigos quarteirões burgueses, em vez de noutras localizações que teriam envolvido capitais mais avultados, o que se adequava perfeitamente à procura. Muitas vezes, a construção das Ilhas processava-se gradualmente, ao longo dos anos, de acordo com a disponibilidade de recursos dos seus promotores e, normalmente, constituíam um bom investimento, pagando-se a si próprias e começando a produzir lucros num curto espaço de tempo.

De um modo geral as Ilhas não se localizaram em nenhuma das ruas principais abertas na cidade após 1865, precisamente no auge da sua construção, pois estas novas ruas destinavam-se a habitação burguesa, e tanto os proprietários dos terrenos como os seus promotores tomaram precauções para impedir a construção de Ilhas nessas áreas, já que isso diminuiria o estatuto e baixaria o valor dessas propriedades. Assim, as poucas Ilhas localizadas nestas ruas resultaram de iniciativas de promotores imobiliários que estiveram também envolvidos no desenvolvimento e urbanização da habitação burguesa. Nestes raros casos, os terrenos à face da rua eram reservados para habitação da classe média enquanto que o interior do quarteirão era para habitação operária.

A maior parte das Ilhas foram construídas em áreas urbanas consolidadas, datadas da 1ª metade do século, ou em áreas que não tinham sido ainda construídas na 2ª metade. Eram filas de pequenas casas, de qualidade de construção inferior, localizadas normalmente nos quintais das traseiras das residências dos seus



Localização das principais áreas de Ilhas do Porto

Fonte: Teixeira, Manuel C.; *Habitação Popular na Cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*

promotores.

A grande variedade de ocupações das Ilhas localizadas em diferentes zonas do Porto não revela nenhum padrão claro de distribuição que possa corresponder ao padrão de implantação industrial.

“Examinando o inquérito sobre as ilhas realizado em 1914, encontramos moradores cujas ocupações sugerem que trabalhavam, provavelmente, nas indústrias vizinhas das ilhas onde residiam, mas também outras pessoas cujas ocupações sugerem que trabalhavam noutras zonas da cidade. Por outro lado, as rendas praticadas nas ilhas não tinham qualquer relação directa com a sua localização. Duas casas semelhantes na mesma ilha podiam ter rendas muito diversas, ao passo que duas ilhas em bairros diferentes, com diferentes condições de acessibilidade a localizações industriais, podiam ter rendas iguais ou similares.”¹⁷

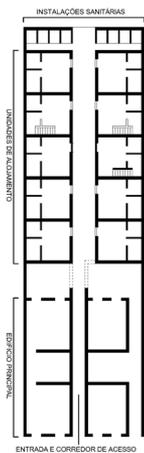
A relação entre a localização da indústria e da habitação operária, não resultou de um aumento de procura de habitação barata nestas zonas, mas do facto de a implantação das indústrias ter provocado uma quebra no estatuto social e económico desses bairros, reduzindo a procura de habitação burguesa e gerando assim um conjunto de factores favoráveis ao desenvolvimento das Ilhas.

No caso das Ilhas das áreas consolidadas, construídas nos quintais das habitações de classe média existentes, a sua localização resultou do envelhecimento e decadência dessas áreas, que haviam sido construídas nas 1^{as} décadas do século.

As três grandes concentrações de Ilhas no Porto são a área industrial do Bonfim e Campanhã, a zona de Lordelo e Massarelos e a área central de expansão da cidade para Norte.

Muito importante na definição da forma das Ilhas foi a adopção generalizada, na maior parte dos desenvolvimentos urbanos do séc. XIX, de um parcelamento regular dos solos em lotes urbanos com 5,5 ou 6m de frente. O tipo mais simples de Ilha consistia numa fila de pequenas casas de um só andar, dispostas lado a lado ao longo de uma destas estreitas parcelas de terreno, que chegavam a atingir os 100m de comprimento. Todas as casas da Ilha davam para um caminho estreito, com uma função exclusivamente de acesso. A largura deste caminho era normalmente de 1,5 ou 2m, mas nalguns casos tinha apenas 1m. Por este caminho acedia-se também a um conjunto de latrinas localizadas no fundo da

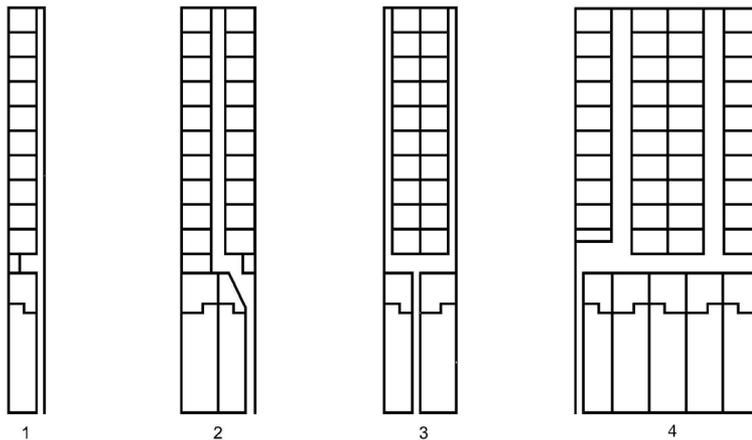
Ilha e comuns a todos os habitantes. Por vezes a Ilha era construída em 2 lotes, sendo assim possível que as casas fossem mais largas e que o caminho de acesso chegasse aos 4m. Em qualquer destes casos, as casas dispunham apenas de uma fachada livre, a parede de trás era encostada ao muro que delimitava o lote ou às paredes do fundo de outra fila de casas da Ilha vizinha. Por vezes, quando a Ilha era construída em 2 lotes, as casas eram construídas costas com costas deixando dois caminhos de acesso laterais.



Morfologia básica das Ilhas

Ilhas atrás de prédios

Fonte: Teixeira, Manuel C.; *Habituação Popular na Cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*



1- Ilha construída num único lote;

2- Ilha construída em dois lotes, com corredor central:

3- Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso;

4- Ilha construída em terrenos de traseiras com vários lotes.

Principais tipos de Ilhas

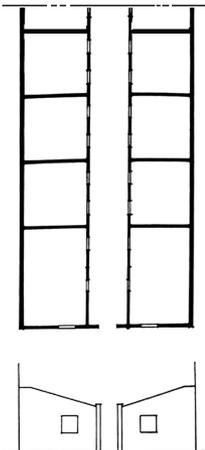
Fonte: Teixeira, Manuel C.; *Habituação Popular na Cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*

Estas foram as soluções mais comuns para as Ilhas, mesmo quando os terrenos o não exigiam, pois eram as soluções mais racionais em termos de utilização intensiva dos solos e redução de custos de construção.

A relação entre Ilha e rua podia assumir diversas formas, sendo a mais comum a de Ilhas construídas nos quintais das traseiras de antigas habitações burguesas construídas à face da rua. Quando a casa principal ocupava toda a frente do lote, o acesso à Ilha fazia-se através de um túnel ou corredor estreito através do edifício. Quando a casa que dava para a rua não ocupava toda a frente do lote, a Ilha podia ter acesso directo à rua através de uma passagem descoberta situada ao lado do edifício, a existência desta passagem aberta significava, na maior parte dos casos, que a casa e a Ilha eram contemporâneas. Em qualquer destes casos a passagem não excedia, normalmente, o metro de largura.

Outra situação que se pode encontrar é a das Ilhas construídas no interior de um quarteirão mas sem qualquer relação com os edifícios da frente. Neste caso, a Ilha era construída em terrenos traseiros correspondentes a vários lotes, mas desenvolvida independentemente destes, a frente da rua destinava-se à construção de habitação burguesa e o interior do quarteirão era desenvolvido separadamente para habitação operária, sendo previstas passagens de acesso ao espaço interior. Mesmo nesta situação, em que as Ilhas eram independentes dos edifícios principais, continuava-se a adoptar os modelos básicos das Ilhas.

Por último, podemos considerar a Ilha que ocupava todo o lote vindo até à rua, não existindo assim nenhum edifício na frente.



Ilha ocupando todo o lote

Fonte: Teixeira, Manuel C.; *Habitação Popular na Cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*

Em geral as Ilhas eram de pequena dimensão, até 20 casas, embora houvesse algumas com 100 ou mais casas, mas estas são bastante raras. Geralmente a área das habitações rondava os 16m², com 4m de frente e 4m de profundidade mas, por vezes chegavam mesmo a ter apenas 9m² de área. Tinham apenas um piso, constituído por uma sala, que servia também de quarto de dormir, um quarto e uma cozinha. As casas eram muito baixas variando a sua altura entre os 2 e os 2,5m. Estas condições eram agravadas pela ausência de ventilação cruzada, e pela pequenez das janelas, apenas uma por casa. As paredes exteriores eram de pedra e as divisórias interiores de madeira, sem portas apenas com cortinas.

Regra geral, as condições de habitação nas Ilhas eram más, as casas eram pequenas, deficientemente construídas e insalubres, e muitas delas sobreocupadas. Além disso, a maior parte das Ilhas não possuía esgotos nem rede de abastecimento de água, e as latrinas existiam em média de uma para cada 5 casas. A estrutura e a dimensão dos agregados familiares das Ilhas variava bastante, desde pessoas a viverem sós, até casais com 7 filhos, famílias que reuniam 3 ou 4 gerações ou até mais do que uma família na mesma casa. Desde 1864 a 1900, as Ilhas representaram 63% do volume total de construção do Porto. Em 1900 existiam 10.100 casas nas Ilhas do Porto com cerca de 40.400 habitantes.

2.2 _ Reflexões

As Ilhas e Vilas foram os primeiros exemplos portugueses de uma tentativa consciente de resolução do problema da falta de habitação para um estrato social específico, o proletariado. Apesar de basicamente terem “escondido” esta classe, em construções baixas no interior dos quarteirões, invisíveis a partir dos arruamentos, a verdade é que provocaram também uma densificação da malha urbana, e permitiram que os operários vivessem próximos da cidade e dos locais de trabalho. Esta era realmente a sua melhor qualidade, tendo em conta a habitual exiguidade e insalubridade destas construções. Chegando-se mesmo ao limite da proximidade nas Vilas directamente ligadas a produção, em que os edifícios de fábrica e/ou armazéns continham também os alojamentos para os operários.

Tanto as Ilhas como as Vilas são óptimos exemplos de economia de construção, com as suas três paredes de meiaçã e apenas uma fachada livre. No entanto, esta redução de custos trouxe consigo péssimas consequências, tendo as casas apenas uma fachada livre não havia ventilação cruzada e as casas eram muito escuras, situação que era ainda mais grave quando a fachada livre era virada a norte, em que as casas para além de escuras, eram frias e húmidas. Estes factores aliados às dimensões mínimas das divisões gerou situações de vida sub-humanas. A economia na construção foi também conseguida através da utilização de galerias em substituição das escadas interiores, reduzindo os custos e os espaços não rentáveis, ao mesmo tempo que serviam como articuladoras do espaço e potenciavam as interacções entre vizinhos.

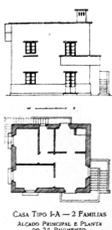
O facto de as Ilhas e Vilas serem “egocêntricas”, isto é, afastadas dos arruamentos principais e viradas sobre si mesmas, com as portas dando directamente para o espaço de distribuição central, associado à exiguidade das habitações, provocou interessantes fenómenos de prolongamento da casa no espaço exterior, numa miscigenação entre espaço público e privado. Desta forma uma série de actividades eram realizadas no exterior, favorecendo a comunicabilidade e visibilidade entre os seus habitantes, a construção de relacionamentos e amizades. O espaço central, um misto de rua e galeria constituía assim um espaço de sociabilidade por excelência, ao mesmo tempo que permitia que as mães

controlassem os filhos que brincavam no corredor, ou pátio, protegidos dos eixos viários.

Estas características das Ilhas e Vilas potenciavam a interacção social e a construção de relacionamentos entre os vizinhos, como se fossem pequenas aldeias, favorecendo as situações de entreaajuda, como sucede nos meios rurais, mas com o inconveniente de favorecerem também o controlo entre vizinhos o que naturalmente é muitas vezes gerador de conflitos. De certa forma estas construções potenciavam a vida comunitária pretendida pelos utópicos da Revolução Industrial mas sem a impor.

Este tipo de construção tinha também a qualidade de ser muito versátil permitindo a sua adaptação a espaços diversos e a sua múltipla repetição e tendo, por isso mesmo, sido aplicado recorrentemente por toda a cidade.

Por último é necessário referir a importância das Vilas de escala urbana, tinham em geral melhores condições do que as outras tipologias e construíram cidade, pela sua dimensão e pela incorporação de equipamentos que, para além de serem uma mais-valia para os seus habitantes, permitiam também a sua utilização por outros, colmatando desta forma carências que pudessem existir na zona, como a falta de escolas, por exemplo.



Casa Tito FA — 2 Pavimentos
Alçado Principal e Planta
56 2.º pavimento



Capítulo 3

A Intervenção do Estado de 1910 a 1945



3.1_ 1910 a 1926, a Primeira República

Desde o início do século XX até à Primeira República¹, o Estado português esteve completamente ausente da promoção de habitação para as classes operárias. Foi apenas criada alguma legislação de teor higienista, uma vez que as ilhas, vilas e os outros tipos de habitação operária eram, de um modo geral, insalubres e degradados, tornando-se focos epidémicos que punham em risco não só os seus habitantes como a própria cidade. Assim, a salubridade tornou-se um tema cada vez mais importante e muito defendido pelos higienistas e reformadores sociais da época. Visando a salubridade o Estado criou o **Regulamento Geral de Saúde**, em 1901 e o **Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas**, em 1903. Ficando a cargo dos privados a promoção de alojamentos “económicos”.

Houve uma única excepção a esta situação, no Porto quando, numa parceria entre a Câmara Municipal do Porto e o Jornal “O Comércio do Porto”, se construíram, entre 1899 e 1905, 96 fogos para população operária ou de fracos recursos, em Monte Pedral, Bonfim/Antas e Lordelo do Ouro. Pouco mais tarde, na continuação da atitude filantrópica iniciada pelo jornal, a Câmara Municipal do Porto construiu ainda mais de 300 fogos em cinco colónias operárias, as colónias de Antero de Quental, Estêvão Vasconcelos, Viterbo de Campos, Manuel Laranjeira e o Bairro do Mercado.

Com a Primeira República houve algumas tentativas, embora bastante irrelevantes, para resolver o problema da falta habitação para a classe operária.

A primeira medida tomada foi a regulamentação da **Lei do Inquilinato**, em 1910, cujo propósito era dificultar as acções de despejo e limitar a actualização de rendas. Oito anos depois, o Estado fez a primeira tentativa de promoção de habitação social. Projectou a construção de “casas económicas destinadas ao alojamento de classes menos abastadas”².

Inicialmente, tentou que o sector privado se envolvesse neste projecto mas, uma vez que não era muito lucrativo, acabou por ser apenas o Estado a “concretizá-lo”, em Lisboa com os bairros do Arco do Cego e da Ajuda, e no Porto com o Bairro Sidónio Pais, no entanto estes bairros acabariam por ser concluídos apenas no regime seguinte.

1 _ Primeira República – 1910 a 1926;

2 _ Preâmbulo do Decreto-Lei nº 4.137, de 1918;

Portanto, a intervenção do Estado, em matéria de habitação social, durante a Primeira República, resumiu-se aos dois grandes centros urbanos, Lisboa e Porto, os que tinham maiores carências habitacionais, os principais destinos da população em busca de trabalho na indústria emergente. Mas, uma vez que o Estado não foi capaz de solucionar o problema da falta de habitação, o caminho ficou aberto para que fossem os especuladores privados a “resolvê-lo”.

O Bairro da Ajuda foi entregue em 1934 e o do Arco do Cego em 1935. Durante a inauguração do qual, Duarte Pacheco, então ministro das Obras Públicas, disse: *“A construção do Bairro Social do Arco do Cego foi iniciada em 1919 e concluída no final de 1934, isto é, decorridos mais de 15 anos. (...)*

Era uma obra de ruína (em 1928) e poderia ser uma obra criadora do bem-estar, da alegria e da felicidade das classes pobres. Houve um sopro de idealismo nos impulsionadores dessa obra? Talvez – mas tudo fracassou estrondosamente. Errada visão? Má administração? Apenas falta de dinheiro... dirão, talvez ainda, alguns. (...)

E afinal o que se conseguiu? A perda do dinheiro dos sonhos. Para realizar uma obra exige-se mais alguma coisa: programas claramente definidos, projectos devidamente elaborados, uma organização perfeita do trabalho, administração honesta e criteriosa e uma administração a que não faltem a fé, a competência e a energia. Foi tudo isto que parece não ter havido.”³

3 _ Boletim do INTP, Ano II nº.8, 15/3/1935: 188-189, citação retirada de Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p. 109;

3.2_ O primeiro período de intervenção do Estado Novo, de 1926 a 1945

*“A incapacidade da Primeira República em gerir interesses contraditórios, e a emergência crescente de sectores ligados ao grande capital, favoreceu a transição para novas conjunturas de poder (...) para a formulação de um discurso ideológico dirigido sobretudo às classes médias, em que ressaltam os valores da ordem económica e social, do Estado forte e do nacionalismo.”*⁴

Surgiu assim, após a Primeira República, o regime corporativo de carácter autoritário, repressivo, nacionalista, cujos ideais de organização social estavam bem explícitos na trilogia “Deus, Pátria, Família”.

Nas primeiras décadas deste Estado Novo, defendeu-se com garra o ruralismo, a “forma portuguesa de ser”, havendo uma notória oposição ao desenvolvimento industrial com a criação da **Lei do Condicionamento**, que afectou sobretudo a expansão das actividades e das iniciativas industriais. Ao mesmo tempo tentava-se instaurar o corporativismo, conciliando-se capital e trabalho, e tentando responder aos diferentes interesses sociais, de forma a evitar a luta de classes e progressivamente aboli-las, passando a distinção a ser feita pelo trabalho.

Para o Estado, a família era a célula base da sociedade, e a este competia a sua protecção, incluindo facultar o acesso à habitação. Apesar disso, nos primeiros anos do regime, o Estado Novo apenas tentou incitar o sector privado a promover habitação social, concedendo benefícios fiscais e facilidades na obtenção de terrenos, tal como se fez durante a I República. No entanto, a falta de regulamentação e a existência de condições mais favoráveis a promoções mais lucrativas fez fracassar estas medidas, continuando assim o sector privado com a sua promoção especulativa e excluindo desta a habitação dita social.

Nesta fase inicial o Estado Novo tomou também medidas para criar uma nova ordem urbana, em que a salubridade era dos pontos principais. Assim, criou em 1930, o **Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa**.

Este impunha que todas as novas construções fossem licenciadas pela Câmara Municipal de Lisboa, proibia a construção de novas Vilas e regulamentava as já construídas, obrigando os seus proprietários a criarem condições de salubridade. Segundo este regulamento: *“competete aos proprietários manter as vilas permanentemente no mais perfeito estado de conservação, higiene e*

4 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 170;

iluminação, sob pena de multa de 100\$00 pela primeira infracção e de 300\$00 pelas reincidências"⁵. Pondo-se assim um ponto final a este tipo de construção.

Em 1933, com a nova Constituição, o Estado reforça o seu modelo económico e social, dando mais ênfase à sua imagem paternalista, e aos valores de ruralismo e simplicidade. Uma vez que a "mão invisível" não tinha solucionado o problema da falta de habitação, o Estado vê-se obrigado a empenhar-se directamente na resolução deste problema, pois *"em ordem à defesa da família, pertence ao Estado favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade"*⁶.

O tipo de "lares" defendido nesta época, para a protecção da família, da propriedade e da ordem social, era o da habitação unifamiliar com quintal para cultivo. Acreditava-se que uma sociedade de proprietários seria a garantia fundamental de uma ordem social erigida nos pressupostos da conservação dos valores da tradição e do cristianismo.

*"...os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família."*⁷

É esta ideia que está na base dos programas de habitação económica criados nos anos 30 e 40. O objectivo era resolver a questão da falta de habitação para as classes trabalhadoras permitindo que, ao fim de alguns anos, a propriedade passasse a pertencer ao chefe de família. Assim, era possível refrear as intenções reivindicativas dos trabalhadores em relação ao patronato primeiro, porque uma das necessidades básicas da família estaria satisfeita e depois, porque era necessário manter o emprego para pagar o "empréstimo" ao Estado, limitando-se assim a mobilidade profissional e espacial das famílias. Ao mesmo tempo, baseado na ideia de sociedade rural, tentava-se permitir que os baixos salários fossem compensados pela possibilidade de cultivo nos pequenos quintais contíguos à habitação.

Por último, nos imensos bairros de casas unifamiliares era mais fácil o controlo da população do que se esta estivesse concentrada em grandes edifícios

5 _ *Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa*, de 1930, artigo 241º, retirado de Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p. 31;

6 _ *Constituição de 1933*, artigo 14; retirado de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 171;

7 _ Oliveira Salazar, 1935; citado em *Casas Económicas, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional*, 1943, s.l., p16;

multifamiliares, em que as escadas e entradas comuns seriam espaços semi-públicos e que por conseguinte não poderiam ser submetidos a vigilância policial. Como refere Nuno Serra: “O Estado Novo dificilmente aceitaria um tipo de habitação social que, apesar de mais económico poderia suscitar focos de contestação susceptíveis de afrontar a estabilidade do regime.”⁸

O primeiro programa criado pelo regime surgiu em Setembro de 1933, o **Programa Casas Económicas**⁹. Os conjuntos construídos ao abrigo deste programa eram formados por residências unifamiliares com quintal, em regime de propriedade resolúvel. A casa passava a ser propriedade do morador-adquirente, ou do seu herdeiro quando paga a 240ª prestação, cujo valor variava consoante a classe e o tipo de moradia.

Os projectos eram elaborados pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais e tinham a preocupação em utilizar recursos locais e respeitar tipologias arquitectónicas regionais, a construção era normalmente feita em terrenos das Câmaras Municipais.

Um dos aspectos que tornava, logo à partida, este programa bastante insuficiente para resolver o problema da habitação, era o seu carácter demasiado restrito. Era destinado apenas a empregados, operários ou assalariados que fossem sócios dos sindicatos nacionais e aos funcionários do Estado. Além disso os candidatos tinham de ter entre 21 e 40 anos e eram seleccionados em função da composição e rendimento dos agregados familiares, regularidade de emprego e do seu comportamento moral ou profissional, que podia ser avaliado nos ficheiros-cadastro dos Sindicatos Nacionais.

Logo, os idosos, os trabalhadores do sector agrícola e de quaisquer profissões não organizadas em sindicatos estavam automaticamente excluídos.

Além disso, era claramente um programa controlador, que castrava a liberdade dos indivíduos tentando controlar as práticas moralmente reprováveis, como a obrigatoriedade de os beneficiários constituírem “com a casa que ocupem um casal de família e a assegurar a transmissão deste pela sua morte.”¹⁰ Bem como, no caso de divórcio, a propriedade da casa não ficaria nem para o homem, nem para a mulher, teria de ser partilhada pelos dois, independentemente de quem fossem as culpas.

Este programa previa, inicialmente, casas de classe A, para salários familiares até

8 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 174;

9 _ Decreto-Lei nº 23 052, de 23 de Setembro de 1933;

10 _ Decreto-Lei nº 23 052, de 23/9/1933, artigo 2º, nº 3; retirado de Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.52;

20\$00, e de classe B, para salários familiares entre 20\$00 e 45\$00. Cada uma destas era dividida em três tipos, o tipo 1 para casais sem filhos, o 2 para casais com poucos filhos e o 3 para casais com filhos dos dois sexos ou filhos muito numerosos. Em 1943, foi-lhe aplicada uma alteração¹¹, que previa a edificação de mais duas classes de casas económicas (C e D), destinadas à classe média.

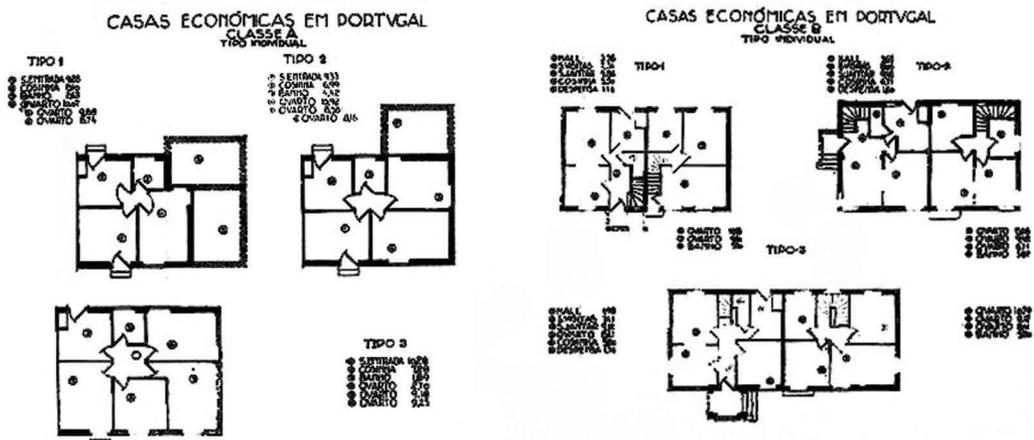
No programa das casas económicas a preocupação com a localização era de grande importância, segundo Duarte Pacheco¹² num discurso em 1934:

“Na elaboração dos projectos de casas económicas há-de considerar-se também que elas serão agrupadas por classes, formando conjuntos que podem constituir manchas de apreciável valor estético nas cidades e vilas (...)

Esses agrupamentos de 50 a 100 casas para a classe A, e de 25 a 50, para a classe B, abrangem áreas extensíssimas, da ordem de 10 000 a 25 000 metros quadrados, e deverão ser localizados em pontos saudáveis, higiénicos, de fácil acesso, servidos de meios de transporte económicos e, quanto possível, nas proximidades dos centros de trabalho.

Todo o erro de visão neste aspecto do problema pode comprometer gravemente o êxito da obra social que o Governo vai empreender. (...)

Claramente se apreende, portanto, a necessidade de, pela criteriosa escolha da localização dos agrupamentos económicos, evitar o transporte, principalmente onde ele é caro ou, pelo menos, desproporcionado com o salário dos empregados, operários e trabalhadores, como entre nós geralmente sucede com os transportes urbanos.”¹³



Tipologias A e B das Casas Económicas
Fonte: Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*

11 _ Decreto-Lei nº 33 278, de 1943;

12 _ Ministro das Obras Públicas entre 1932-36 e 1938-43, acumulando nesta 2ª fase com o cargo de presidente da CML;

13 _ Duarte Pacheco, 1934, in Boletim do INTP, Ano I, n.º 5, 30/1/1934:10; citação retirada de Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.85,86;

Este era, tal como agora, um sério problema. Para que seja fácil a acessibilidade aos principais centros de trabalho é preciso que as edificações lhes sejam próximas. No entanto, são estes os espaços mais valorizados e portanto mais caros. Assim, a grande dificuldade era como garantir que as prestações mensais a pagar pelos futuros proprietários fosse por eles suportável e garantisse a solvência do investimento.

Como diz Salazar, em entrevista ao jornal *O Século*, em 1935: "*...Luta-se com uma dificuldade enorme: a dos terrenos. As vereações municipais não pensaram em reservar para si, ao abrirem-se os novos bairros citadinos, terrenos que mais tarde seriam utilizados conforme as necessidades sociais o exigissem. Daí encontrarmos agora em dificuldades terríveis para localizar os bairros económicos, que os mais elementares princípios de humanidade nos obrigam a edificar quanto antes. Nas proximidades das cidades, terrenos próprios para os referidos bairros só podem obter-se a peso de ouro. Fica o recurso de irmos edificar mais longe.*

Mas onde estão os transportes baratos para as zonas mais distantes que se urbanizassem? E com transportes caros não pode haver habitação barata. Apesar de tudo, estou certo de que na sequência das obras que estão na base do nosso plano de bairros de casas económicas estão as soluções que permitirão resolvê-lo de harmonia com todos os interesses em presença, e entre os quais os daqueles que precisam de uma casa limpa e arejada e não a podem, presentemente, alcançar não são menos dignos de atenção e de respeito."¹⁴

Na resolução do problema dos terrenos Duarte Pacheco teve um papel fundamental. Uma vez que, a partir de 1933, o Estado tomou como sua a responsabilidade de criar habitação social, bem como de infra-estruturar o país, Duarte Pacheco conseguiu desenvolver um processo de apropriação e gestão estatal do solo urbano nunca antes visto. Iniciou uma agressiva política de expropriações aos proprietários fundiários, liquidou-se o direito à retenção de solos passando estes, fácil e economicamente, a ser propriedade do Estado por "utilidade pública". Criou assim uma larga bolsa de solos que permitiu a realização das várias obras públicas deste período, incluindo as de habitação social, verificando-se uma diminuição significativa no preço dos solos e uma maior rapidez nos processos de urbanização.

A estratégia de Duarte Pacheco foi quase só utilizada na capital, e depois da sua

¹⁴ _ Oliveira Salazar in *O Século*, 1935; Boletim do INTP, Ano II, n.º 7, 28/2/1935:172, in Baptista, Luís: *Cidade e Habitação Social*; p. 87;

morte, em 1943, e com o aumento das contestações internas depois da Segunda Grande Guerra Mundial, o Estado viu-se obrigado a abandonar esta política de expropriação desenfreada publicando o Decreto-Lei nº 2 030.

Ainda assim, a política de expropriações de Duarte Pacheco permitiu alguns avanços na resolução do problema de carência habitacional em que o país se encontrava, principalmente em Lisboa, onde os reflexos desta política foram mais visíveis do que em qualquer outra cidade do país. Pois, Duarte Pacheco, enquanto presidente da CML, municipalizou uma série de terrenos, utilizados depois para a construção de bairros de casas económicas, assegurando deste modo a boa execução do programa na capital, e utilizando-o de forma ordenadora, racional, para o desenvolvimento urbano da cidade. Duarte Pacheco conseguiu, simultaneamente, adoptar tendências do movimento moderno a nível de planeamento urbano e não se opor ao movimento nacionalista e tradicionalista do Estado Novo, com os seus monumentais edifícios públicos e habitações rurais. Entre 1934 e 1950 quase 80% das casas económicas são construídas em Lisboa (56%) e no Porto (23,5%)¹⁵. Correspondendo, em Lisboa, aos bairros da Ajuda (1934), do Arco do Cego (1935), Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Belém (1938), Madre de Deus (1944), Alvito, Calçada dos Mestres, Encarnação (1945) e Caselas (1949). E no Porto, aos bairros das Condominhas, do Ilhéu (1936), Amial (1938), Azenha, Ramalde (1939), Paranhos (1941) e Contumil (1942).

Em Lisboa a construção de bairros de casas económicas termina com o Bairro de Sta. Cruz de Benfica (cujas casas são distribuídas a partir de 1958). No final deste programa foram construídos apenas 13 bairros na cidade de Lisboa, 9 na zona Ocidental e apenas 4 na Oriental, provavelmente devido às expropriações de Duarte Pacheco e à edificação da mata de Monsanto.

Portanto, estamos perante uma iniciativa ideológica, política e até urbanisticamente muito importante, mas demograficamente pouco relevante. Tendo em conta que, entre 1930 e 1950, chegaram a Lisboa 190.000 novos habitantes, e que a cidade tinha, em 1950, 780.000 habitantes e não parava de crescer, é clara a insuficiência do programa.

Em 1938 foi criado o **Programa Casas Desmontáveis**¹⁶, complementar às casas económicas. Destinava-se apenas à cidade de Lisboa e previa a construção de 1000 pequenas casas entre 1938 e 1940, para os estratos de população em

15 _ Dados retirados de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 176;

16 _ Decreto-Lei nº 28 912, de 1938;

situação mais dramática de insolvência. Eram alojamentos provisórios para as famílias que residiam em “bairros de lata” que iam ser demolidos ou desalojados por projectos de urbanização, como as obras de preparação da “Exposição do Mundo Português”, de 1940.

Este programa pretendia servir uma situação provisória alimentando as expectativas dos que estavam em posição de virem a ser alojados, de poderem conhecer melhores condições de vida e a possibilidade de virem a aceder à propriedade. No Decreto-Lei nº 28 912, pode ler-se:

“Sem dúvida, julga-se conveniente e mesmo necessário que se procure dar abrigo aceitável, em pequenas casas higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em condições arrepiantes e que não podem aspirar à casa económica.

Mas pondera-se que esse não é o caminho a seguir com carácter definitivo.

É preciso que esses amontoados de barracas, verdadeiramente inabitáveis, desapareçam o mais rapidamente possível, mas a solução definitiva do problema da habitação dos seus ocupantes só poderá encontrar-se à medida que as suas condições sociais se transformem, permitindo-lhes usufruir os benefícios das casas económicas.

*Pode desejar-se que todas as famílias, mesmo as mais modestas, tenham a sua casa própria, o seu lar.”*¹⁷

Com base no diploma das casas desmontáveis de 1938, foi criado, em 1945, o programa de construção de **Casas para Famílias Pobres**¹⁸. Este programa pretendia complementar o Programa das Casas Económicas, especificamente para os estratos mais pobres, pois muitos candidatos não tinham conseguido uma “casa económica”. Foi um programa com carácter de assistência e caridade e habilitava as Misericórdias, Câmaras Municipais e Juntas de freguesia a construir pequenos bairros de casas unifamiliares, de preferência desmontáveis nos centros urbanos de todo o país. A distribuição das habitações estava também a cargo destas entidades que escolhiam os candidatos com base em critérios de comportamento moral e civil e que dariam preferência a desalojados por motivo de urbanização. Portanto, ao contrário do Programa das Casas Económicas, este não estava já vinculado ao poder central, o seu objectivo era exactamente o ser extensível a todo o país.

17 _ Decreto-Lei nº 28 912, de 1938, D. G., 1ª série, nº 186: 1198;

18 _ Decreto-lei nº 34 486 e nº 35 106, de 1945;

Com este diploma pretendia-se também, novidade neste campo, realizar uma acção educativa e social para que as famílias pudessem vir a ser seleccionadas para virem a habitar em casas económicas ou de renda económica. Pretendia-se portanto passar a ideia de que estas casas desmontáveis serviriam apenas para uma situação transitória, a que os habitantes não se deveriam acomodar, e sim tentar merecer as casas definitivas, até porque as instâncias públicas mantinham o direito de os poderem despejar a qualquer momento. No entanto esta posição do governo, de transitoriedade das casas, tornou-se posteriormente incómoda, pois não se conseguiu responder à necessidade de novas habitações para a população urbana a crescer cada vez mais, nem se criaram soluções definitivas para os "prealojados", tornando ainda mais visível o antigo problema das construções clandestinas.

Este programa, tal como os anteriores, teve maior incidência nos dois principais centros urbanos, mas apesar disso sempre foi o que conseguiu maior dispersão pelo território.

Em 1946, foi ainda criado um outro programa, o das **Casas Para Pescadores**¹⁹. Semelhante a este último, mas especificamente para pescadores, e também este conseguiu uma certa dispersão pelo território, em vez de se concentrar só em Lisboa e Porto, assim os distritos de Aveiro, Faro, Leiria, Porto e Setúbal, perfazem 90% das casas construídas ao abrigo deste programa.

Durante todo este período nenhum programa foi criado para as zonas rurais.

19 _ Decreto-Lei nº 35 732, de 1946, e Decreto-Lei 37 750, de 1950;

3.2.1_ Bairros Construídos pelo Programa das Casas Económicas

Os bairros de casas económicas construídos em Lisboa situavam-se quase todos na periferia da cidade, com especial concentração na zona de Monsanto. Deixaram marcas significativas na cidade a nível da sua organização, a maioria foi já absorvida pelo crescimento natural da cidade, estando perfeitamente integrada na malha urbana, outros, como Alvíto e Caselas, permanecem quase iguais ao que eram aquando da sua construção.

Estes bairros têm, geralmente, um desenho simétrico desenvolvido em torno de pontos de especial importância, como igrejas, escolas, centros culturais, etc. Obedecem aos princípios da cidade-jardim de Howard, encarada como a forma mais adequada à sociedade portuguesa, e assemelham-se a pequenas aldeias, com o casaria todo da mesma altura e respectivos quintais. *“Os bairros sociais ficaram como uma experiência curiosa do Estado Novo, procurando reproduzir integralmente, num modelo de síntese, as características da “cidade-jardim” das sociedades industriais, com preocupação higiénica e subúrbica, e os aspectos da sua intrínseca mensagem ideológica neo-ruralista.”*²⁰

A produção de bairros de casas económicas inicia-se em 1933, trinta anos depois da publicação de *Garden Cities of Tomorrow* (1902) de Ebenezer Howard e ao mesmo tempo em que no CIAM IV se escrevia a *Carta de Atenas*, revelando bem o atraso e a clausura em que Portugal se encontrava em relação ao resto da Europa.



Bairros de Casas Económicas
Fonte: Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*

20 _ Fernandes, José Manuel; *Arquitecturas do Estado Novo*; p.172;

A casa ideal deveria ter, cobertura de telha, com beiral, se possível, rematada com “pombinhas” cerâmicas nas extremidades. As fachadas deveriam ser pintadas de branco, ou cores claras, e a moldura dos vãos em pedra com portadas verdes de madeira. Sempre que possível deveriam ter um alpendre com cobertura em telha justaposta ao corpo principal e peças em ferro forjado, como floreiras, cataventos ou portões. Usou-se, na maioria das vezes, a solução das casas geminadas, pois a partilha de uma das paredes exteriores tornava a construção mais económica.

Os Bairros do **Alto da Ajuda** e do **Alto da Serafina** iniciaram a sua construção logo em 1933. O Bairro do alto da Serafina, cujo projecto se atribui a Raul Lino, localiza-se na mata de Monsanto junto ao aqueduto das Águas Livres. O do Alto da



Bairro do Alto da Serafina
Fonte: Arquivo FCO



Bairro do Alto da Ajuda - Fase I
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

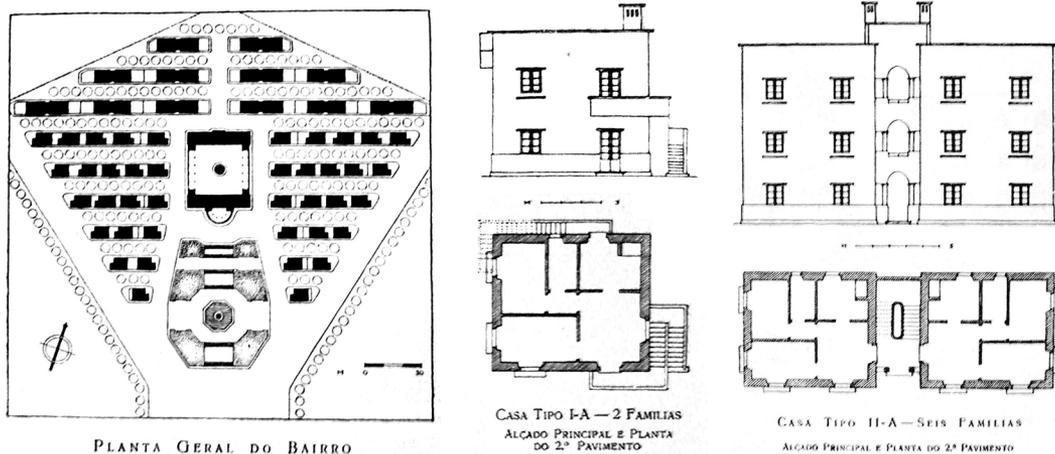
Fase II

Ajuda foi projectado por Paulino Montez e construído em duas fases. A primeira, de carácter experimental, tinha apenas casas de classe A, que foram atribuídas em 1938, as primeiras construídas pelo Programa das Casas económicas, as da segunda fase foram atribuídas em 1941.

O **Bairro do Alvito** foi projectado por Paulino Montez e inaugurado em 1938. Tinha uma implantação privilegiada, pela vista panorâmica e pela óptima exposição solar, sendo constituído por 152 habitações dispostas em forma de losango em torno de um centro cultural à frente do qual estava o jardim público. “A disposição dos edifícios é em anfiteatro e, devido à sua implantação nesta encosta da Serra do Monsanto, o Bairro é avistado de muitos pontos da cidade; quando o parque florestal for uma realidade a situação destas moradias é soberba, pois que lhes ficarão à sua frente, num conjunto de beleza (...) O aspecto destas casas é acentuadamente cubista com a cobertura de terraço, tendo, porém, sido olhada desde o primeiro momento a economia, pois que todo êste admirável conjunto custou apenas cêrca de 3.600 contos.”²¹

Os tipos de casas adoptados foram I-A e I-B, com 2 andares para duas famílias, e II-A e II-B, com 3 andares para seis famílias. O rés-do-chão tinha um pequeno quintal como logradouro e o 1º andar teria o terraço. Esta foi uma das poucas experiências de cobertura plana feitas na época e, uma vez que não correspondiam ao ideal de casa do Estado, Novo foram depois “corrigidas” passando a ter telhados de quatro águas.

O edifício cultural era constituído por 2 corpos de dois andares, unidos lateralmente,



Bairro do Alvito
Fonte: *Arquitectura*, nº43, 1939

21 _ *Arquitectura*, nº43, ano XII, Fevereiro de 1939, p.52;

por recreios cobertos. O edifício tinha salas de conferência e de aulas, biblioteca, gabinetes de professores e do médico escolar, arquivos, cozinha, refeitório, e aposentos do guarda, e no centro o recreio para os alunos.

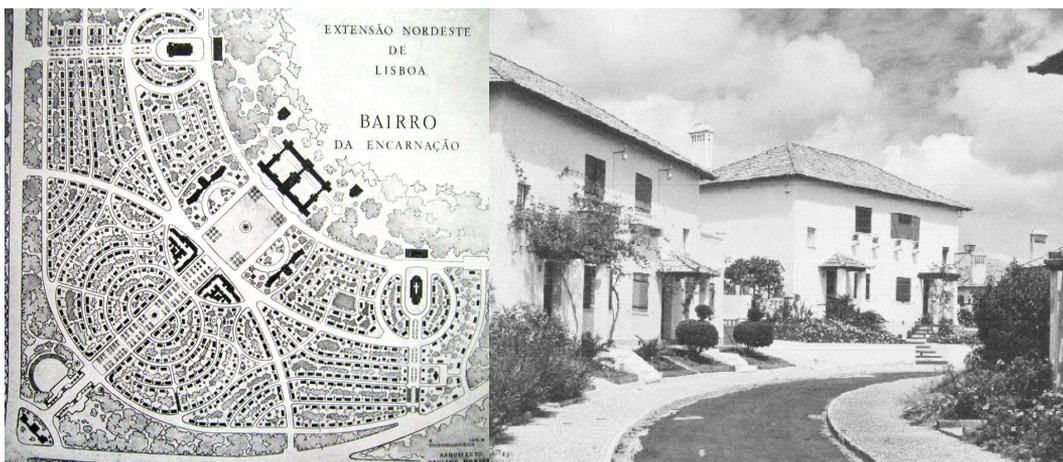
O **Bairro de Madredeus** é um dos maiores bairros de Casas Económicas de Lisboa, começou a ser construído em 1939 com projecto de Luís Benavente. O plano, de desenho simétrico, previa a construção de 510 casas, de categoria A e B, que foram atribuídas a partir de 1944.

O **Bairro da Encarnação** foi o maior de todos os bairros construídos pelo programa de casas económicas. Projectado por Paulino Montez a sua construção iniciou-se em 1940.



Bairro de Madredeus

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

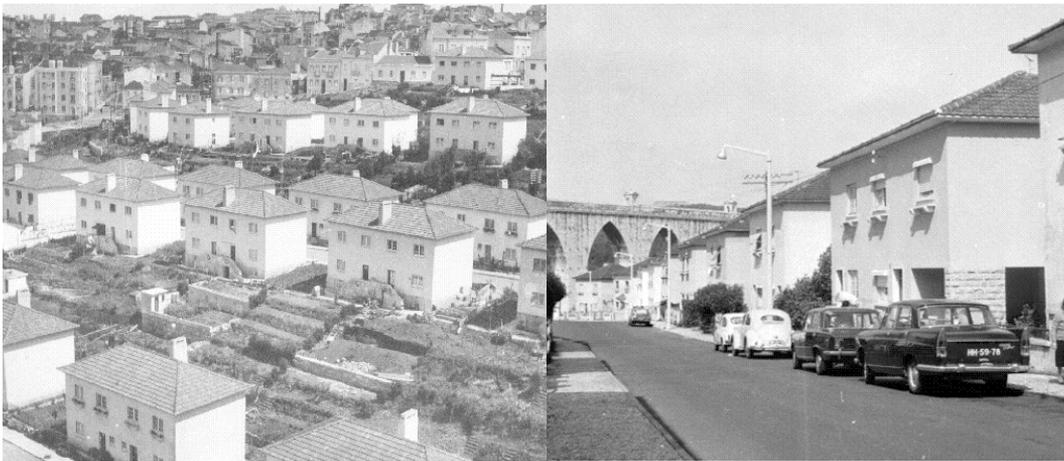


Bairro da Encarnação

Fonte: *Arquitecturas do Estado Novo*, IPPAR; Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

O bairro da **Calçada dos Mestres** foi iniciado em 1940, com projecto dos arquitectos Vasco Pereira de Lacerda Marques e José de Lima Franco. Situa-se na encosta junto ao Aqueduto das Águas Livres. O último bairro a ser construído foi o de **Sta Cruz de Benfica**, cujas casas foram distribuídas a partir de 1958.

De um modo geral, os bairros de Casas Económicas construídos neste período em Lisboa concentram-se no lado ocidental da cidade, com um desenho que permite identificá-los facilmente na malha urbana, pela simetria que normalmente apresentam e pela implantação típica das casas geminadas com quintal nas traseiras, as casas caracterizam-se pela simplicidade formal e aspecto "económico".



Bairro da Calçada dos Mestres
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico



Bairro de Sta Cruz de Benfica
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico

3.3 _ Reflexões

Os bairros de Casas Económicas construídos durante a primeira fase do Estado Novo têm características que os tornam facilmente identificáveis na malha das cidades. Eram como aldeias satélite em torno das cidades, pois a sua baixa densidade não permitia a construção destes aglomerados onde os terrenos eram caros. Assim foram construídos maioritariamente na periferia com casas de 1 ou 2 pisos e seus quintais. Tinham um desenho urbano claro, simétrico, evidenciando os equipamentos de maior importância, como igrejas, escolas ou equipamentos culturais. Estes equipamentos tornavam os bairros relativamente autónomos compensando um pouco a distância a que estavam do centro das cidades. Além disso, a introdução de escolas nos bairros tinha como objectivo, muito positivo, escolarizar uma população maioritariamente analfabeta.

Estes bairros tentam reproduzir a cidade-jardim de Howard, na crença de ser o tipo de cidade que melhor se adaptava às “características” da família portuguesa. No entanto a “família portuguesa” não podia, nem pode, ser formatada. Este tipo de solução catalogava a família portuguesa como rural o que se reflectiu na aparência de aldeia dos bairros, monótonos aglomerados de casas todas idênticas construídos na periferia ainda rural, o que apesar da introdução de equipamentos resultava numa perda de qualidade de vida em relação às anteriores habitações, Vilas, Ilhas ou barracas, pela distância a que os bairros se encontravam do centro das cidades aliado a uma habitual falta de transportes. No entanto, esta dificuldade de mobilidade, propiciava o relacionamento mais profundo entre os habitantes dos bairros. Além disso, naturalmente que embora mais longe dos locais de trabalho e do centro urbano, e apesar das dimensões mínimas, as casas tinham muito melhores condições do que as habitadas anteriormente.

As variações da tipologia corrente de habitação prendiam-se simplesmente com a dimensão dos agregados familiares. A excessiva igualdade das casas trazia consigo, inevitavelmente, uma perda de identidade que os moradores tentaram combater na época plantando diferentes tipos de plantas e fazem ainda hoje pintando as casas de várias cores em oposição ao “caiado de branco” obrigatório do regime, deixando bem clara a necessidade de identificação com a habitação e diferenciação em relação às outras construções.

Uma das características destes bairros que melhor resultou foi o facto de terem uma horta, que permitia compensar os baixos salários e ao mesmo tempo ajudava a que uma população maioritariamente oriunda do campo se adaptasse com mais facilidade à cidade.

A maioria destes bairros foi já absorvida pelo crescimento natural da cidade o que diluiu os seus anteriores defeitos. Apenas os bairros da mata de Monsanto em Lisboa se mantêm quase tão desligados da cidade como na época em que foram construídos, pois esta é uma zona verde para onde a cidade nunca cresceu.





Capítulo 4
A Intervenção do Estado de 1945 a 1974



O final da II Grande Guerra Mundial provocou importantes transformações na Europa. Caíram os fascismos da Europa Ocidental e quase todos os países instalaram democracias parlamentares. O governo português, que manteve a ditadura, viu-se assim pressionado externamente ao mesmo tempo que enfrentava uma crise de autoridade interna, a população contestava os seus principais valores, o nacionalismo e o ruralismo. Aproveitando esta fase de instabilidade, o sector intelectual do MUD¹ organizou a **I Exposição Geral de Artes Plásticas (EGAP)**, em 1946, onde expuseram artistas académicos, modernistas, arquitectos, etc., formando um grupo heterogéneo que expôs em conjunto numa atitude antifascista. Nesta situação, o governo começou a mudar a sua estratégia política e económica, passando a dar prioridade ao desenvolvimento industrial, à modernização do país e permitindo uma maior abertura a trocas de conhecimento e experiências com o exterior. Neste clima de mudança, naturalmente, também a questão da habitação começou a ser encarada de outra forma. Claro que não foi procurada a teorização e a experimentação sobre a habitação que se verificou noutros países pois Portugal não tinha a necessidade de reconstrução que países como Inglaterra, Alemanha ou França tiveram após a devastação da Guerra.

Embora não precisássemos de reconstrução a carência habitacional em nas grandes cidades portuguesas era alarmante, assim criaram-se novos programas de habitação com a intenção de reduzir a precariedade da ocupação e abarcar maior número de beneficiários pois, apesar dos esforços desenvolvidos anteriormente, eram ainda muito poucos os abrangidos pelo programa das casas económicas.

A principal diferença a nível estratégico destes novos programas em relação aos anteriores, era o facto de se basearem principalmente no arrendamento, embora se continuasse a admitir a gradual aquisição da casa. A nível arquitectónico os novos programas começaram a admitir uma maior flexibilidade na concepção da casa ideal, a "casa portuguesa", permitiram finalmente que se comesse a experimentar a habitação colectiva, isto porque os terrenos baratos que permitiam a política anterior começavam a escassear, tornando a *moradia económica*

¹ _ MUD – Movimento de Unidade Democrática, foi criado em 1945 e reunia várias forças de oposição política ao regime de Oliveira Salazar;

nada económica.

O primeiro destes novos programas foi criado logo em 1945, o programa das **Casas de Renda Económica**². Criado especificamente para os centros urbanos e industriais³, pretendia providenciar alojamento para as classes média e operária através de uma nova estratégia, fazendo conviver vários estratos sociais e tipos de moradores, os proprietários, futuros proprietários e os de regime de arrendamento, livre e controlado, iniciando uma estratégia claramente diferente das anteriores em que os bairros eram criados para grupos social e economicamente próximos. Determinava que, quando adoptada a solução em bloco, estes teriam de ter no máximo rés-do-chão e três pisos, e um mínimo de três divisões para as casas de 2ª classe e de cinco para as de 1ª classe.

O principal financiador deste programa foram as Caixas de Previdência, embora tenha havido a tentativa de que o sector privado aderisse à iniciativa, mas *“passado um ano sobre a publicação da Lei nº 2 007, a iniciativa privada, não obstante as perspectivas que lhe haviam sido abertas, não se mostrava particularmente inclinada a corresponder ao apelo para cooperar na construção de casas de renda barata. Esta atitude tem-se mantido até ao presente, e quase só a previdência colaborou na resolução dos problemas relacionados com o alojamento dos seus beneficiários (...)”*⁴

Este programa foi inicialmente experimentado com o bairro de Alvalade⁵, em Lisboa, e o das Antas, no Porto. No bairro de Alvalade *“os zonamentos populacionais serão mistos, isto é, destinam-se a várias classes sociais e alojarão considerável número de pessoas, Aquela zona de Lisboa comportará 45 000 indivíduos”*⁶.

Em 1947, foi criado o programa **Casas de Renda Limitada**⁷, com objectivos semelhantes ao das Casas de Renda Económica, mas sem qualquer cláusula em relação aos beneficiários. Foi criado principalmente para combater a promoção especulativa de alojamentos e, ao mesmo tempo, diminuir o papel do Estado neste tipo de promoção e aumentar o do sector privado. Entre 1947 e 1950 só foi aplicado em Lisboa, onde se construíram 174 edifícios a que correspondiam 1397 habitações⁸.

“Pode dizer-se que desde a primeira hora a resolução do problema da habitação para os operários e para as classes médias figurou entre os objectivos da Revolução Nacional. (...)

2 _ Decreto-Lei nº 2 007, de 7 de Maio de 1945;

3 _ Até 1950 só nos distritos de Braga, Évora, Porto, Setúbal e Lisboa se constroem casas de renda económica, compreendendo Lisboa 85,9%;

4 _ Boletim do INTP, de 28/2/1957, in Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.65;

5 _ Anteriormente chamado de Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro;

6 _ Moreira, Manuel Vicente, 1950: 363, 364; in Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.95;

7 _ Decreto-Lei nº 36 212, de 1947;

8 _ Dados retirados de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p.180;

*Da concepção eminentemente renovadora da família como célula social, restituída à plenitude do seu prestígio histórico, e da ideia da sua protecção necessária resultava um regime legal [Programa das Casas Económicas] que tendia a fortalecer-la e consolidá-la pela garantia de um lar autónomo e confortável. Encetava-se uma obra que havia de ir acumulando as realizações úteis, através da constituição de bairros inteiros de moradias económicas, alegres e sadias, que permitiam encarar a formação de uma categoria de pequenos proprietários, chamados a desempenhar papel de relevo na conservação da ordem social (...)*⁹ *“Com a Lei nº 2 007, de 7 de Maio de 1945, abordou-se outro aspecto da questão, no intuito de resolver o problema do inquilinato das famílias que não pudessem ou não quisessem converter-se em proprietários de moradias económicas.*

*Surgiu então a fórmula nova da renda económica, dotada de acesso directo a cada fogo e limitada a quatro pavimentos, só a título excepcional se permitindo a solução dos blocos...*¹⁰

Portanto, com as Casas de Renda Económica, era já permitida a construção de edifícios de “quatro pavimentos”, quatro pisos, e embora o decreto-lei refira que “só a título excepcional se permitindo a solução dos blocos” a verdade é que deu-se assim, definitivamente, um passo em frente na concepção de bairro económico. A partir deste programa os bairros deixam de tentar reproduzir a aldeia na cidade e passam a ser assumidamente urbanos, colectivos, demonstrando uma alteração de mentalidades que vinha ao encontro das reivindicações dos profissionais da época perceptíveis, por exemplo, na mensagem enviada por alguns arquitectos do Norte ao presidente da Câmara Municipal do Porto:

*“Milhares de pequenas moradias têm sido construídas pelo Estado e pelas Câmaras Municipais através de todo o país, agrupando-se sobre a designação de “bairros operários” ou “bairros económicos”, mas nenhuma construção em bloco tem sido levantada apesar de sob o ponto de vista técnico, económico, higiénico, arquitectónico e urbanístico apresentar vantagens que tornam legítima a defesa da sua preferência. (...) é tal o deslumbramento e tal a superioridade em todos os aspectos da solução em bloco que a nós, técnicos, custa-nos a crer ter sido possível insistir-se durante tanto tempo em tão precária e tão condenada solução, sem que fortes e claras razões existam.”*¹¹

9 _ Ponto 1, Decreto-Lei nº 35 611, 25/4/1946; in Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.113;

10 _ Ponto 2, Decreto-Lei nº 35 611, 25/4/1946; in Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.113;

11 _ Porto, 26 de Fevereiro de 1948; in *Arquitectura*, nº22, 1948;

A alteração da postura do Estado tornou-se ainda mais clara ao ser permitida a realização do **I Congresso Nacional de Arquitectura**, em Junho de 1948, em Lisboa “organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos sob o alto patrocínio do Governo”¹².

Os dois temas principais do Congresso foram, “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação”, e as críticas mais importantes foram a da concepção unifamiliarista da habitação social, pelas desvantagens económicas que esta acarretava, e a questão da “arquitectura portuguesa”.

As principais conclusões tiradas e que influenciaram largamente a produção arquitectónica subsequente foram:

“ - Que se considere que, nem os arquitectos prestam bom serviço à Nação quando, ao construírem edifícios novos com processos e materiais novos, dão às suas concepções uma expressão plástica que não traduz os ideais artísticos e as possibilidades técnicas dos nossos dias, nem a Nação aproveita inteiramente a colaboração que os arquitectos podem dar ao progresso do País, se lhes for cerceada a capacidade criadora. (...)

- Que o “portuguesismo” da obra de Arquitectura não continue a impor-se através da imitação de elementos do passado, pois a época que atravessamos deve ficar caracterizada em relação às outras com a diferenciação que entre elas existe. (...)

- Que, para proporcionar equitativamente e em boas condições funcionais e económicas, alojamentos às grandes massas da população – e por se tornar impraticável, para esse efeito, a modalidade única de moradias unifamiliares isoladas – devem ser revistos os métodos em uso, adoptando-se, ainda que a título experimental, o princípio da construção multifamiliar em altura integrada em planos racionais de urbanização, e com as indispensáveis condições de insolação e arejamento garantidas por largos espaços livres adjacentes. (...)

- Que se não construam bairros exclusivamente destinados a uma determinada classe, ou isolados, e que nunca se desprezem as considerações de distância, não se admitindo mesmo a construção de qualquer núcleo de habitações, sem que previamente lhe estejam assegurados meios eficientes de transporte colectivo, principalmente para os locais de trabalho.”¹³

Uma vez que, já antes do Congresso, o governo tinha permitido a construção

12 _ I Congresso Nacional de Arquitectura; in *Arquitectura* Nº29, 1949;

13 _ I Congresso Nacional de Arquitectura; in *Arquitectura* Nº29, 1949;

de edifícios colectivos com os programas das Casas de Renda Económica e de Renda Limitada acabou-se assim por ceder ao modelo de habitação social plurifamiliar, abandonando-se definitivamente a concepção de sociedade, baseada na imagem tradicional da família, que até então se pretendia “modesta e bucolicamente rural”¹⁴.

O Congresso teve também como consequência a realização do **Inquérito à Arquitectura Regional**¹⁵, como forma de provar que não há apenas uma “casa portuguesa” mas sim várias de características diferentes consoante a região respondendo a necessidades normalmente climatéricas, foi uma forma de provar o funcionalismo da arquitectura. “Se o governo esperava da operação um valor prático que contribuisse para o aporuguesamento da arquitectura moderna no nosso país, o Inquérito evidenciaria que ao contrário de um estilo genuinamente português havia afinal tantas tradições quanto regiões e que a expressão dos edifícios é sobretudo profundamente influenciada pelas condições do habitat dos diferentes meios...”¹⁶

Iniciou-se assim uma nova fase de produção arquitectónica em Portugal, já mais liberta dos princípios castradores e mais aberta às influências e ensinamentos estrangeiros. Começam-se a experimentar os princípios modernos que circulavam já por toda a Europa, assume-se a Arquitectura Moderna “como uma contestação ao regime, ao estado das coisas, a um regionalismo fascizante, numa tomada de consciência colectiva da necessidade de produzir obras verdadeiras e actuais.”¹⁷

Assume-se o papel social do Arquitecto e a necessidade da reformulação da arquitectura em Portugal. Ao mesmo tempo que a revista *Arquitectura* publicava artigos de Keil do Amaral que contestavam o estado do ensino e da produção arquitectónica em Portugal era também publicada a tradução da Carta de Atenas ao longo de 12 números, de 1948 a 1949, 15 anos depois desta ter sido escrita. A revista teve um papel muito importante na difusão dos ideais modernos, tendo também publicado obras estrangeiras e as resoluções de vários CIAM.

Mais tarde também alguns arquitectos portugueses começam a deslocar-se a Espanha, Itália e Inglaterra, intensificando a interacção com estes países e troca de ideias. O arq. Fernando Távora participou com Viana de Lima nos CIAM X, e mais tarde obras de Siza Vieira foram publicadas em revistas em Espanha e Itália. Cortando-se progressivamente com um isolamento de décadas e iniciando-se

14 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p.184;

15 _ Publicado em 1961 com o título *Arquitectura Popular em Portugal*;

16 _ Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.159;

17 _ Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.49;

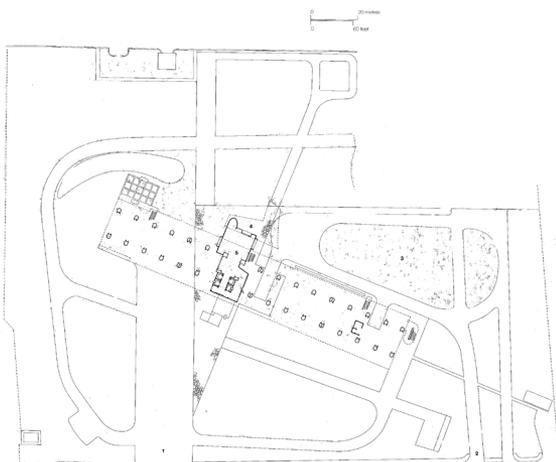
uma experimentação iniciada há tanto tempo no resto da Europa.

Assim o Movimento Moderno em Portugal só foi verdadeiramente teorizado e praticado nos anos 50, tardio e filtrado pelas incontornáveis distâncias da nossa condição periférica.

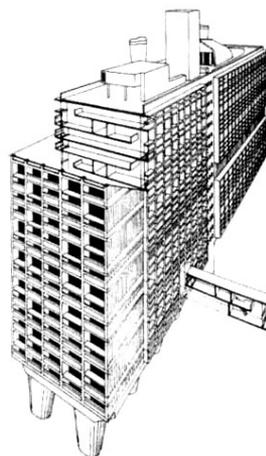
A geração mais nova, no imediato pós-Congresso, foi sobretudo marcada por uma obra que se tornou o exemplo a atingir, a *Unité d'Habitation* de Marselha, onde Le Corbusier ensaiou os seus princípios da *Cité Radieuse*. *"Lugar de peregrinação de quase todos os arquitectos modernos no pós-guerra, a "Unidade de Habitação de Marselha" marcará profundamente a produção de arquitectura de habitação praticada pelos mais jovens arquitectos portugueses (...)"*¹⁸ O moderno bloco de habitação em altura, unidade autónoma no conjunto da cidade, foi assumido como a única via de resposta às necessidades de habitação de uma sociedade de massas, marcando profundamente a produção do bairro de Alvalade.

Até 1950 o Estado Novo construiu 15513 fogos sociais, tendo sido a grande maioria construída nos distritos de Lisboa (50,7%), Porto (14,3%) e Setúbal (7,2%)¹⁹. *"Os padrões de actuação do estado na esfera habitacional, durante este período, parecem assim confirmar uma lógica interventiva que se baseia sobretudo nas carências decorrentes do crescimento urbano, nomeadamente das áreas metropolitanas."*²⁰

Nenhuma iniciativa legal foi tomada para a promoção pública de habitação nas áreas rurais até meados dos anos 50. E nesta fase era abismal a diferença entre



Unité d'Habitation_ Implantação
Fonte: www.fondationlecorbusier.asso.fr



Perspectiva com célula habitacional

18 _ Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.71;

19 _ Dados retirados de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p.185;

20 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p.187;

os níveis de conforto dos distritos do litoral e os do interior, sendo que no país só 27,1% dos fogos tinham electricidade, 16,1% abastecimento de água e apenas 8,6% dispunham de casa de banho, quase todos concentrados no litoral do país. Sendo claro como até esta altura tanto o Estado como o mercado se encontravam quase ausentes das áreas rurais, é a partir desta discriminação territorial que se torna possível compreender o acentuado abandono dos campos na tentativa de procurar melhores condições de vida nos centros urbanos onde se poderia aceder aos *"recentes comodismos, distrações e proventos mais justos, aliados à habitabilidade mais espaçosa e higiénica, ao vestuário mais limpo e decente, às protecções sociais e aos seguros de trabalho."*²¹

Apesar de a promoção de habitação estar especialmente focada nos meios urbanos, principalmente em Lisboa e Porto, a verdade é que não foi suficiente e no final dos anos 40, as carências habitacionais estimavam-se em 466 000 fogos, concentradas particularmente nestes dois centros urbanos, os mais importantes em todos os domínios da vida nacional, e portanto os que atraíam a larga maioria de trabalhadores vindos do campo. Assim o Estado criou programas específicos para estas duas cidades-centro, programas assumidamente urbanos, de larga escala, na tentativa de resolver as situações de maior gravidade.

O primeiro destes programas foi o **Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto**²², criado em 1956, era um programa financiado pelo Estado e pela Câmara Municipal do Porto e tinha como objectivo criar melhores condições de habitabilidade para os residentes das Ilhas, que habitavam em cerca de 12.000 fogos. Apesar do objectivo ambicioso só 14 anos depois ficaram construídos 36 edifícios, correspondendo apenas a 1.296 fogos.

Em finais dos anos 50, Lisboa conhece uma depreciação populacional, as populações migrantes começam a fixar-se bastante fora da cidade. *"...nos anos 50, começam a construir-se não já na cidade de Lisboa, mas na sua periferia os chamados "bairros clandestinos", à margem de qualquer licenciamento camarário, onde, curiosamente, vêm reproduzir-se algumas tipologias de construção características das vilas operárias (...)"*²³

Isto obrigou a repensar a cidade como espaço urbano extensível à periferia rural, desenvolvendo-se a ideia de uma intervenção regional, dando origem ao **Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa**²⁴, em 1959,

21 _ Pinto Machado, 1965;

22 _ Decreto-Lei nº 40 616;

23 _ Nuno Teotónio Pereira, 1994: 523, in Baptista, Luís; *Cidade e Habitação Social*; p.33;

24 _ Decreto-Lei nº 42 454;

com objectivos idênticos ao Plano do Porto. Este plano pretendia principalmente alojar as famílias que sobreocupavam os prédios de renda elevada, que estavam desalojadas por motivos de urbanização ou recuperação de edifícios, e ainda, instalar condignamente os habitantes dos "bairros de lata", periféricos, que se pretendia demolir.

Entre 1962 e 1970 foram construídos ao abrigo deste programa 669 edifícios, numa média de 10 fogos por edifício, nos Bairros de Olivais Norte e Sul e de Chelas.

Assim, em meados dos anos 60, Portugal confrontava-se com um fortíssimo crescimento das actuais áreas metropolitanas, e com uma cada vez maior falta de habitações para os estratos mais necessitados, o que exigia um plano sistematizado, integrado, para resolver os problemas de uma sociedade em profunda transformação.

*"O "deficit" carencial (...) atingia, como ordem de grandeza, 500 000 fogos em 1964, afectando cerca de um quarto da população do País. Este "deficit" agravou-se à média de 4000 fogos cada ano desde 1950, o que significa não ter a nova construção chegado sequer para cobrir as necessidades entretanto surgidas."*²⁵

Portugal tentava nesta altura modernizar-se e desenvolver-se economicamente tendo sido para isso criados dois planos de fomento. A habitação não estava especificamente focalizada em nenhum destes planos. Só com o **Plano Intercalar de Fomento** (1965/7) se criou um capítulo específico para a habitação de modo a resolver esta profunda carência, só a partir desta altura se tentou incluir verdadeiramente a habitação nas estratégias de desenvolvimento económico e social. As principais linhas de orientação deste capítulo eram a criação de uma política mais articulada e o reforço na produção de habitações sociais, aumentando a intervenção estatal e incentivando a iniciativa privada. Pretendia-se construir 21.671 alojamentos entre 1965 e 67 apoiado nos Fundos de Previdência que pagariam 72% do total de verbas envolvidas.

A Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas (FCP-HE), teve um papel de grande importância na tentativa de resolver o problema da habitação durante a década de 60. Nesta altura, sob a direcção de Braula Reis, a actividade da Federação conheceu um grande dinamismo, esta agregava então cerca de 20 arquitectos ligados às várias regiões do país, o que proporcionou o desenvolvimento de interessantes pequenos conjuntos residenciais, um pouco por

25 _ Plano Intercalar de Fomento; in *Arquitectura* n° 85, 1964;

todo o país, ligados aos sítios e aos condicionalismos locais.

Apesar de tudo, os objectivos do Plano Intercalar estiveram muito longe de ser atingidos e a política iniciada por este foi continuada com a criação do **III Plano de Fomento** (1968/73). Ainda mais ambicioso pretendia a construção de 250 mil fogos, uns pelo Estado e outros por iniciativa privada, baseando-se principalmente o financiamento nos Fundos da FCP-HE e previa também medidas que permitissem constituir novas bolsas de terrenos.

Embora estes planos não tenham conseguido cumprir os seus objectivos iniciais, foram muito importantes para a transformação da política habitacional do final dos anos 60, na medida em que evidenciaram a desarticulação institucional e legislativa e demonstraram a necessidade de intervenção do Estado de uma forma mais programada, menos fragmentada.

Com a chegada de Marcelo Caetano ao poder iniciou-se uma nova fase no combate às carências habitacionais. Embora se tenha mantido uma continuidade dos programas do regime salazarista o modo de abordar esta problemática usou uma linguagem completamente diferente.

Foi realizado o **Colóquio sobre Política de Habitação**, em 1969, para determinar uma estratégia que permitisse resolver os problemas de falta de habitação nas cidades, servindo este de trabalho preparatório para o **IV Plano de Fomento**.

No Colóquio foram considerados 3 estratos de população, o das famílias com rendimentos iguais ou superiores a 5.000\$00 mensais (2,3%), com rendimentos entre 2.600\$00 e 800\$00 mensais (65 %) e com rendimentos inferiores a 800\$00 mensais (25%).

“Em relação ao terceiro estrato, que se pode fazer corresponder à população que habita em barracas, bairros clandestinos, casas em zonas degradadas e partes de casa com rendas mais baixas, a intervenção imediata do Estado pode dar-se através de uma estratégia baseada em 5 imperativos:

- 1. Garantia da permanência dos habitantes no local por um período definido de tempo de forma a promover a evolução do bairro e a integração dos habitantes na cidade (direito de superfície a prazo médio - 30 a 50 anos).*
- 2. Garantia de ocupação dos habitantes através da localização dos bairros junto dos locais de trabalho e do desenvolvimento da qualificação profissional dos habitantes.*

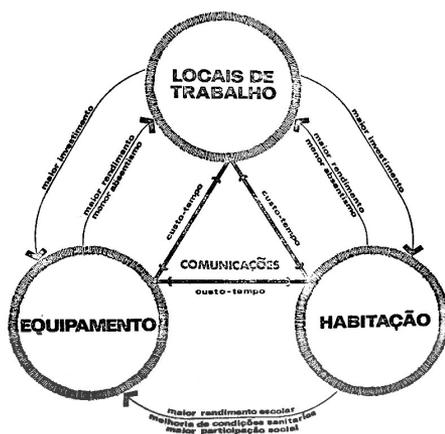
3. *Melhoria progressiva das condições de habitabilidade do bairro, baseada na mão-de-obra dos habitantes com ajuda técnica e material fornecida pelo Estado.*

4. *Melhoria das condições de saúde, educação e transportes por acção do estado ou do Município.*

5. *Estudo das possibilidades técnicas de um habitat evolutivo que permita o ajustamento constante da casa e a integração na cidade.*"²⁶

Também em 1969, foi criado o **Fundo de Fomento da Habitação**²⁷, com o propósito de centralizar e organizar as múltiplas vertentes da questão do alojamento numa única estrutura administrativa.

Em 1971 foi criada a **Empresa Pública de Urbanização de Lisboa** (EPUL) e em 1972 a **Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo** (SEHU) tentando-se assim criar condições para uma acção concertada em matéria de habitação e gestão do uso do solo. E foi finalmente criado o **IV Plano de Fomento** que previa o desenvolvimento de programas de grande envergadura para executar nas zonas com maiores carências e mais rápido ritmo de expansão. Este plano previa, entre 1974 e 79, a construção de 85 mil fogos por iniciativa pública, cabendo 45 mil ao FFH. A construção destes fogos seria feita com base em novas estratégias de planeamento que permitissem a criação de conjuntos urbanos funcionalmente mais eficazes. "Numa perspectiva de correcto planeamento urbanístico, é usual desenhar-se o esquema de interdependências dos pólos territoriais em



Esquema de interdependências dos pólos territoriais

Fonte: LNEC; Colóquio Sobre Política de Habitação 1969.

26 _ MOP – LNEC; Colóquio Sobre Política de Habitação 1969; p.18;

27 _ Decreto-Lei 49 033, de 1969;

*forma de triângulos cujos vértices são o equipamento, a habitação e os locais de trabalho. Ligando os dois primeiros com o último desses vértices, apontam-se as comunicações, com larga influência no factor custo-tempo, aumentando o rendimento e diminuindo o absentismo laboral."*²⁸

Apesar de todas as mudanças e inovações implementadas, entre 1969 e 1973, o FFH concretizou apenas a construção de 2 000 fogos e *"faz-se notar que os grandes empreendimentos habitacionais, estudados e promovidos pelo FFH, ligados a importantes zonas urbanas, previstos nos Planos de Fomento e desejavelmente integrados em termos de habitação e outras actividades urbanas (Planos Integrados), não se iniciaram antes de 1974."*²⁹

Pode-se então verificar que o período de 1945 a 1974 se caracterizou pela contínua tentativa da transição progressiva do empenhamento directo do Estado para mecanismos de comparticipação no financiamento da habitação social, como o Fundo de Desemprego, as Caixas de Previdência, associações de Socorros Mútuos e Casas do Povo, aliadas à promoção privada. No entanto, o sector privado nunca aderiu significativamente e com o decorrer do tempo a política de comparticipações defrontou-se com uma questão que foi a razão do seu declínio, o problema fundiário. Até então tinha sido relativamente fácil manter os custos baixos, devido à bolsa de terrenos criada com a política de Duarte Pacheco, mas quando estes começaram a escassear não foi possível manter esta política. Portanto, com o aumento da concentração urbana, que levou à especulação sobre os solos, verificou-se um acesso cada vez menos social aos bairros construídos, tornando-se clara a incapacidade das instituições de Previdência em aplicar as verbas na promoção de alojamentos sociais e o acentuar das carências de habitação.

Em relação aos espaços rurais a situação manteve-se, continuaram votados ao esquecimento das políticas de habitação permanecendo estas marcadamente vinculadas às áreas urbanas, especialmente Lisboa e Porto.

28 _ Joaquim da Silva Pinto, inauguração do Bairro do Laranjeiro, Outubro de 1971, em Boletim do INTP, 1971:3101, in Baptista, Luís: *Cidade e Habitação Social*; p.100;

29 _ Coelho, António Baptista; *INH 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*; p.62;

4.1 _ As realizações do segundo período do Estado Novo

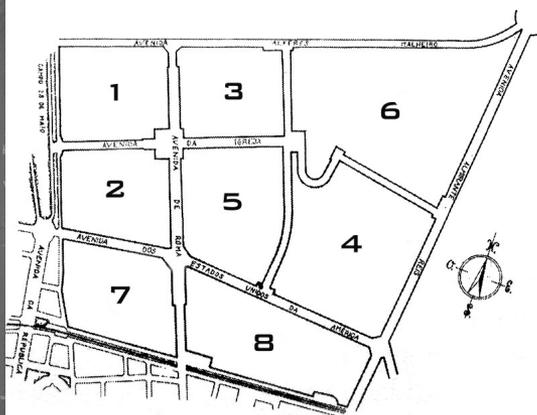
4.1.1_ O Bairro de Alvalade

O Bairro de Alvalade foi o primeiro local onde se experimentaram as conclusões do Congresso de 1948 e constitui uma das mais importantes realizações de promoção municipal em Lisboa. Foi o primeiro conjunto urbano onde se experimentou a coexistência das diversas categorias sociais, onde se propuseram edifícios colectivos em altura para habitação social (embora inicialmente não ultrapassando os 4 pisos) apoiados numa série de equipamentos (escolas, mercados, centros cívicos, parque desportivo, pequena indústria, etc.). E foi planeado tendo em especial atenção a rede de transportes, caminho-de-ferro, carros eléctricos e autocarros. É um grande bairro, com uma área de mais de 200 hectares, na zona nordeste da cidade cuja urbanização estava prevista no plano director de 1938-48 de Etienne de Gröer, por ser uma área preponderante na expansão de Lisboa.

Foi desenhado por João Guilherme Faria da Costa³⁰ em 1944, as obras iniciaram-se em 1947 e previam a construção de habitação para 45.000 habitantes³¹.

A construção de Alvalade foi parcialmente assegurada pelo Estado, e mesmo nas áreas destinadas à construção privada o controlo municipal foi assegurado pela encomenda dos projectos de arquitectura a profissionais reconhecidos, vendendo-se depois os lotes, em hasta pública, com os projectos aprovados.

Este facto garantiu o controlo da imagem urbana na maioria das situações, e



Plano geral de Urbanização de Alvalade

Células do Plano de Alvalade

Fonte: *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920 - 1970*; Costa, João Pedro: *Bairro de Alvalade*

30 _ Faria da Costa – 1906 – 1971;

31 _ 31.000 habitantes em habitação colectiva e 2.000 em unifamiliar de renda económica; 9.500 em habitação colectiva e 2.500 em unifamiliar de renda não limitada;

permitiu chamar jovens profissionais, informados do que se passava lá fora, para projectarem de um modo actualizado, experimental e inovador.

*"Alvalade (...) foi o suporte de experiências residenciais e urbanas modernistas, que marcaram cruzamentos, praças e avenidas, fazendo-se cidade histórica e viva, sem quebras, mas sim com surpresa e mesmo emoção, tal como é necessário."*³²

O bairro foi construído por fases, organizando-se em 8 células, estruturadas a partir da escola primária. A primeira fase de construção foi a das células 1 e 2, um extenso conjunto de blocos de 4 pisos destinado exclusivamente a casas de renda económica. Este conjunto baseava-se numa grande diversidade de tipologias mas apresentava, ao mesmo tempo, uma imagem de forte unidade, pela disposição e alturas constantes dos edifícios e pela linguagem semelhante nas diferentes tipologias, através da uniformização dos vãos, cantarias, etc. Tendo sido ensaiados em obra sistemas de pré-fabricação inéditos entre nós com grande sucesso.

O sistema tipológico estabelecia combinações para nove tipos de fogo organizados em três séries de características diferentes, variando dentro de cada série o número de quartos de forma a ajustarem-se a diferentes dimensões do agregado familiar. Os anteprojectos do sistema foram projectados por Miguel Jacobetty Rosa e apresentados no Congresso.

Séries	Série I			Série II			Série III		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Tipos									
Quartos de cama	1	2	3	2	3	4	2	3	4
Casa de banho	1	1	1	1	1	1	1	1	1
WC	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Sala de estar e de refeições	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escritório	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Cozinha	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Despensa	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Quarto de criada	-	-	-	-	-	-	1	1	1
WC da criada	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Totais	5	6	7	6	8	9	10	11	12

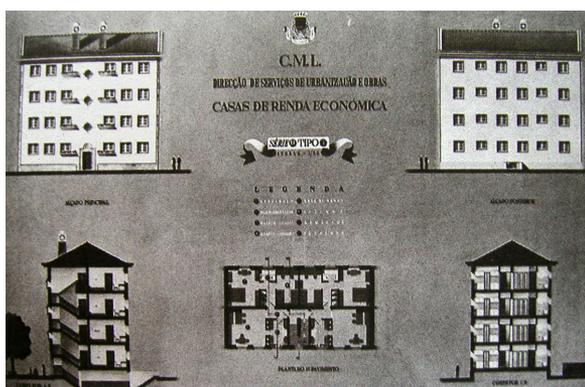
Número de Divisões por Fogo e por Tipo de Casa
 Fonte: Costa, João Pedro: *Bairro de Alvalade*

Em Agosto de 1948 as duas primeiras células foram oficialmente inauguradas, com 500 casas e respectivas 2 escolas, da autoria de Inácio Peres Fernandes a partir do anteprojecto de Miguel Jacobetty Rosa. A disposição dos edifícios foi determinada hierarquicamente, localizando-se os de renda mais elevada sobre as vias principais, os edifícios de série II sobre as vias intermédias, e os de série I nas zonas interiores.

As casas de renda económica tiveram depois continuidade na célula 5, a Sul da Av. da Igreja. Os edifícios localizaram-se hierarquicamente, tal como nas células anteriores, em torno do equipamento escolar, actual liceu Rainha D. Leonor. A construção desta célula deu-se em duas fases, 1949/50 e 1950/54.



Células 1 e 2 de Alvalade
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico;



Blocos de habitação (série II-Tipo 4) nas células 1 e 2
Fonte: Costa, João Pedro; Bairro de Alvalade; Arquivo FCO

A construção da célula 6 decorreu entre 1954 e 1956, no entanto dos 58 edifícios previstos foram apenas construídos 42 sendo os restantes lotes ocupados por outras construções comprometendo a imagem de conjunto da célula.

No total foram construídos aproximadamente 2900 fogos de renda económica em Alvalade para uma população de 12.000 habitantes.

Com o surgir dos prédios de renda limitada, em 1947, foi possível o desenvolvimento de habitações com áreas mais generosas, e novas modalidades de promoção. Pretendia-se que este programa fosse utilizado por particulares através da fixação de uma renda limite, competindo à Câmara Municipal de Lisboa fiscalizar e vistoriar as casas após o que emitia um certificado de renda limitada.



Célula 5 de Alvalade
Fonte: Arquivo FCO



Interior da Célula 5 de Alvalade



Célula 6 de Alvalade
Fonte: Arquivo FCO



Interior da Célula 6 de Alvalade

Esta opção foi utilizado tanto no bairro de “S. Miguel” (célula 7) de Miguel Jacobetty Rosa e Sérgio Gomes, como na Av. Da Igreja (célula 3) de Fernando Silva. Estes recorreram à definição de tipologias arquitectónicas repetíveis, contribuindo assim para a manutenção do ambiente urbano definido no plano.

“Assim, resultaram espaços urbanos, ruas e praças, com o perfil adequado, apoiados numa unidade arquitectónica que potenciava o equilíbrio entre volume de construção, passeios para peões e vias de tráfego. O novo bairro, traçava irreversivelmente o desenvolvimento nordeste da cidade, com um desenho urbano tradicional em que as construções acompanhavam o contorno das ruas e praças e a hierarquia viária articulava a ligação entre as células. No decorrer da sua implementação viria a ser subvertido pontualmente com sugestivos traçados racionalistas, que começavam a aplicar os novos princípios do urbanismo moderno fixados na Carta de Atenas.”³³

A célula 3 era a célula comercial e foi o primeiro conjunto de Alvalade a acolher habitações de renda limitada. Os edifícios em torno da célula são mistos, comércio no piso térreo e habitação nos pisos superiores, englobando também o mercado Norte de Alvalade.

A célula 4 localiza-se na zona de protecção ao aeroporto e foi por isso reservada para a construção de moradias unifamiliares económicas, de arquitectura muito semelhante à das Casas Económicas.



Mercado Alvalade Norte, célula 3

Fonte: Arquivo FCO; Costa João Pedro, *Bairro de Alvalade*



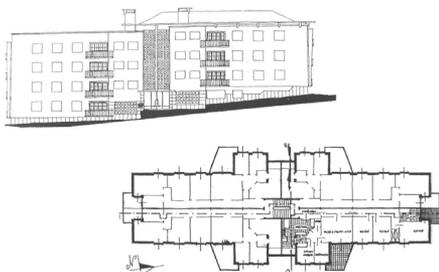
Moradia Económica, célula 4

No conjunto da Av. D. Rodrigo da Cunha, de renda limitada, Joaquim Ferreira³⁴ propõe uma solução moderna e inédita até então, 20 blocos isolados e perpendiculares ao arruamento criando zonas de jardim entre eles. Aqui foram experimentadas novas formas na concepção da habitação colectiva, na organização programática, com 4 fogos por piso, a nível construtivo-formal, com cobertura mista, em telha e em terraço para os estendais e, por fim, na alteração do valor das fachadas uma vez que a anulação do sentido de fachada e traseira tinha trazido a cozinha e serviços para a frente da rua.

Para além das habitações de renda económica e limitada, Alvalade foi palco de várias experiências de arquitectura moderna para estratos mais altos. Foi esse factor que garantiu o seu sucesso. Conseguiu aliar habitação social com habitação para estratos elevados de reconhecida qualidade elevando o estatuto da zona e garantindo a sua ocupação por vários tipos de classe.

Além disso, todas as modalidades de habitação foram construídas mais ou menos contemporaneamente e a totalidade do bairro ficou pronta em poucos anos, tendo logo de início toda a estrutura viária construída, de forma a que não houve entraves à sua ocupação que se fez de continuada e harmoniosamente.

Das construções para estratos mais abonados interessa destacar o “Bairro das Estacas” (célula 8) iniciado em 1949, com projecto de Ruy Jervis d’Athouguia³⁵ e Formosinho Sanchez³⁶. No Bairro das Estacas é abandonada a concepção de “rua-canal” permitindo escolher livremente a orientação para os edifícios



Conjunto da Av. D. Rodrigo da Cunha, célula 6

Fonte: Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; Arquivo FCO

34 _ Joaquim Ferreira – 1911-1966;

35 _ Ruy Jervis d’Athouguia - 1917 - 2006;

36 _ Formosinho Sanchez – 1922 - ...;

e acabar com as “traseiras anti-higiénicas”. O bairro é composto por 4 blocos perpendiculares ao eixo viário, em vez dos quarteirões previstos no plano, criando uma extensa plataforma de jardim sobre a qual estão poisados os edifícios, elevados sobre pilotis. Nos blocos, de 4 andares, experimentou-se a solução em duplex contornando-se assim a regra que limitava os edifícios a r/c+3 pisos como máximo para não terem elevador.

Estando finalmente transposta a questão dos edifícios em altura, Filipe Figueiredo³⁷ e José Segurado³⁸ resolvem, em 1952, o cruzamento da Av: dos Estados Unidos da América com a Av: de Roma, as duas mais importantes avenidas do bairro, com 4 grandes blocos de 13 pisos, dispostos na perpendicular, contrariando a praça prevista no plano.

Estes edifícios apontam para uma solução típica de “Unidade de Habitação”, com as suas galerias interiores de distribuição, habitações com áreas mínimas, duplex e terraços utilizáveis. O 7º e 8º pisos têm um tratamento formal diferente do resto do edifício que pretendia identificar o piso comercial, terciário e de serviços no entanto, na execução, estes transformaram-se em pisos comuns de habitação, passando os serviços e o comércio para o piso térreo. Manteve-se no entanto o tratamento diferente, acentuando a separação entre os dois volumes, como se estivessem poisados um sobre o outro.

Depois de ultrapassado o primeiro momento de Alvalade, a Av: dos EUA foi acolhendo uma série de “modernos projectos” transformando-se num mostruário da mais recente produção arquitectónica.



Bairro das Estacas, célula 8

Fonte: Costa, J. P., *Bairro de Alvalade*; *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*; Arquivo FCO



Edifícios do cruzamento das Avenidas de Roma e dos EUA



37 _ Filipe Figueiredo – 1913 – 1990;

38 _ José Segurado – 1913 – 1988;

Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves desenvolveram, em 1955, uma série de blocos perpendiculares à via, com os pisos térreos vagos estando os edifícios assentes sobre pilotis permitindo a continuidade do espaço verde e dos percursos pedonais sob os edifícios. Os apartamentos têm uma modulação rigorosa e distribuem-se numa sucessão de esquerdo/direito.

Os princípios da Carta de Atenas foram também utilizados em 1958 por Jorge Segurado, no conjunto da Av: do Brasil. Aqui foram desenvolvidos 8 blocos de 7 andares, perpendiculares aos arruamentos, definindo entre eles espaços ajardinados que acolhiam sempre um edifício de equipamento.



Edifícios perpendiculares à Av. dos EUA, de Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves
Fonte: *Arquitectura* nº61, 1958



Conjunto da Av. do Brasil
Fonte: Arquivo FCO

O Bairro de Alvalade funciona como uma pequena cidade em que as habitações de renda económica, renda limitada e outras coexistem harmónicamente, há unidade urbana. Isto porque as intervenções, deliberadamente modernas, souberam respeitar a estrutura básica do plano, de tal modo que Alvalade acaba por funcionar como um prolongamento na continuidade da cidade existente. Hoje, mais de 50 anos depois, constitui um modelo de centralidade na cidade e um exemplo da expressividade que o uso de diversas tipologias habitacionais pode potenciar, é um bairro vivo e vivido, sem marcas de degradação. E marcou a imagem da cidade abrindo portas à modernidade e urbanidade definitiva da capital que acabou por se construir.

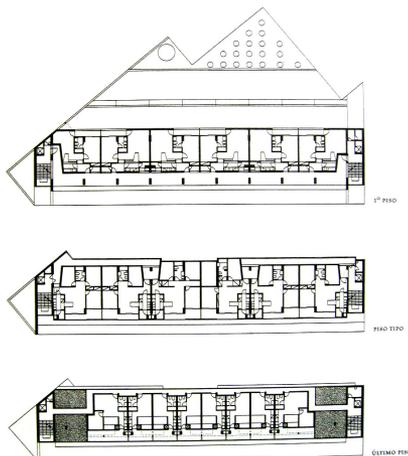


4.1.2_ O Bloco do Ouro

No Porto realizou-se nesta altura o Bloco do Ouro, na rua Fernandes Tomás. Desenvolvido entre 1951/54 por Mário Bonito com colaboração de Rui Pimentel. O edifício era destinado a habitações de renda limitado e promovido por privados, pela Empresa Industrial do Ouro, Lda. A sua altura é superior à dos edifícios circundantes de modo a permitir o abaixamento de rendas e ao mesmo tempo garantir a exequibilidade do projecto. O bloco caracteriza-se pela racionalidade de concentração das áreas comuns e pelo máximo aproveitamento dos espaços do fogo para área habitável.



Bloco do Ouro
Fonte: *Jornal dos Arquitectos*, nº 205, 2002



Bloco do Ouro
Fonte: *Jornal dos Arquitectos*, nº 205, 2002

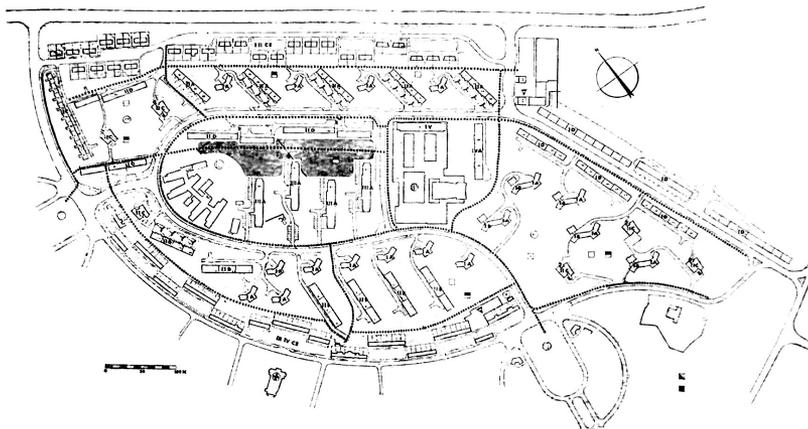
4.1.3_ Olivais Norte

Em finais dos anos 50 foi criado o Gabinete Técnico de Habitação (GTH), em Lisboa, destinado especificamente ao lançamento de grandes operações como a de Alvalade, que fizessem conviver os diferentes tipos de habitação social. Surgiu assim uma nova experiência, o Bairro dos Olivais baseado no Decreto-Lei nº 42 454³⁹ realizado em terrenos que vinham ainda das expropriações de Duarte Pacheco.

Foi construído em duas fases, Olivais Norte, planeados entre 1955/58 e Olivais Sul projectados em 1960/1 pelos arquitectos Rafael Botelho, Carlos Duarte, Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Pinto Freitas, do GTH, pensado de raiz com os preceitos da Carta de Atenas "...os Olivais foram o laboratório definitivo da arquitectura e da cultura arquitectónica moderna em Lisboa"⁴⁰.

Com Olivais Norte "*desapareceu a rua canal tradicional com volumes contínuos alinhados com os arruamentos, em seu lugar surge uma rede de circulação separando o tráfego automóvel dos caminhos de peões que se desenham pelo espaço livre, fluido e ajardinado resultante da implantação isolada e livre das construções.*"⁴¹

A área de Olivais Norte, compreende o espaço a Norte do bairro da Encarnação, e a Sul da 1ª circular, a construção dos arruamentos iniciou-se em 1957 e a dos edifícios em 1960, com um total de 1889 fogos para cerca de 8500 habitantes. Os fogos foram divididos em 4 categorias, cujas rendas variavam entre 200\$00 e



Olivais Norte
Fonte: *Arquitectura* nº81, 1964

39 _ Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa;

40 _ Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.76;

41 _ Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.76;

1500\$00, para os vários estratos sociais.

A localização dos edifícios habitacionais foi feita de forma a estabelecer uma transição gradual entre os dois tipos de construção e entre as várias categorias de renda, tendo o cuidado de evitar a segregação de qualquer das categorias de habitação adoptadas. Os edifícios fazem também a transição, a nível de alturas, entre o bairro da Encarnação e os grandes blocos da faixa "central" de Olivais Norte. Assim, os grandes blocos de habitação colectiva foram localizados na zona central da área abrangida pelo plano, os blocos mais altos junto ao centro, decrescendo as suas alturas para a periferia e implantados de forma independente sobre o imenso espaço verde, previsto como espaço público colectivo arborizado. *"Adoptou-se francamente o princípio da independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc."*⁴²

Os centros comerciais e edifícios escolares foram localizados de modo a nunca se situarem a distâncias superiores a 250m das habitações. Os equipamentos colectivos foram concentrados num pólo de actividades garantindo uma dimensão urbana activa e também, como em Alvalade, uma integração social realizada de uma forma que parecesse natural.

Tal como em Alvalade, houve uma escolha cuidadosa de projectistas, que souberam respeitar as regras do plano e que, sendo em reduzido número, dialogaram naturalmente, na proposta de soluções urbanas e residenciais formalmente

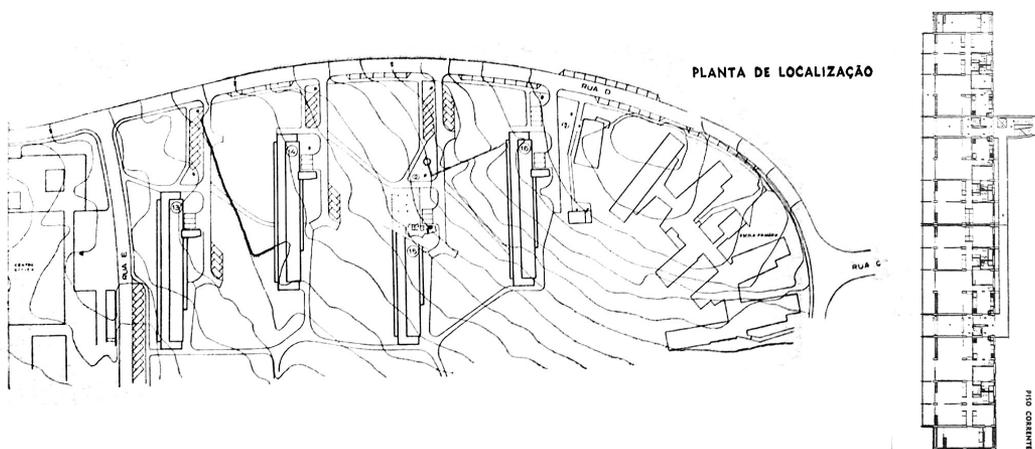


Olivais Norte
Fonte: *Arquitectura* nº81, 1964

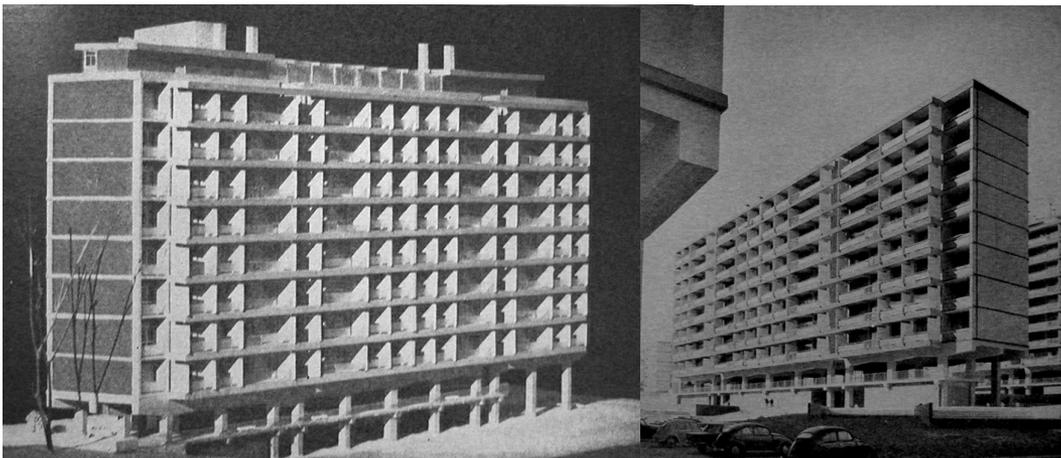
distintas, mas harmonizadas e altamente qualificadas. Desenvolveram-se duas tipologias base, a banda e a torre, variadas na forma e na dimensão consoante as abordagens dos autores.

Pires Martins e Palma de Melo propuseram um conjunto de 4 blocos de 8 pisos, cada bloco com 32 habitações, na área central de Olivais Norte e em torno do centro cívico-comercial. Os edifícios são suspensos sobre pilotis, que percorrem os 2 primeiros pisos, de forma a torná-los menos opressivos. O piso térreo contém as garagens e o 2º andar faz o acesso às entradas do edifício.

A distribuição para os apartamentos é feita de duas formas, com elevador directamente para o hall dos apartamentos, estruturados em esquerdo-direito, e



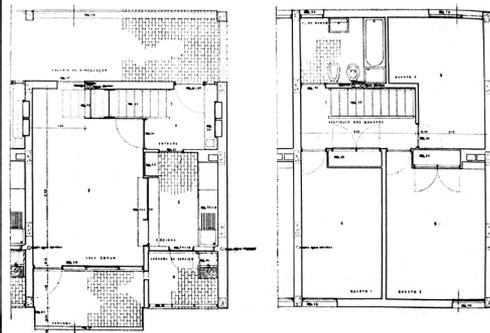
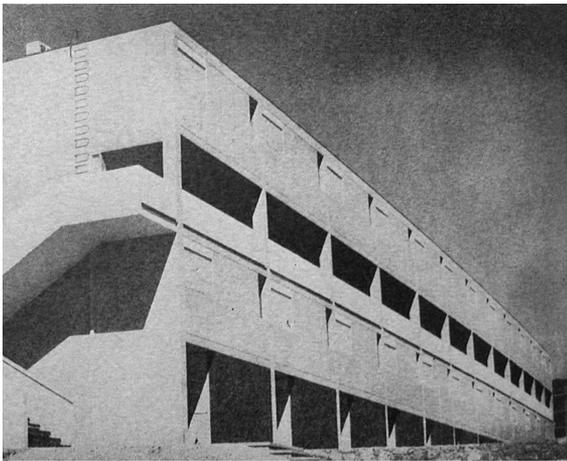
Blocos de Pires Martins e Palma de Melo (Categoria III - Projecto Tipo IIIA)
Fonte: *Arquitectura* nº81, 1964 e nº91 de 1966



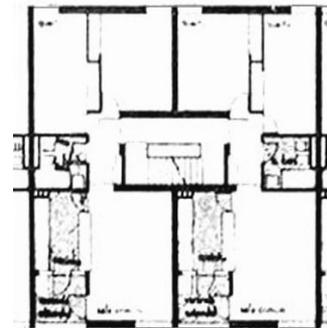
Blocos de Pires Martins e Palma de Melo (Categoria III - Projecto Tipo IIIA)
Fonte: *Arquitectura* nº81, 1964 e nº91 de 1966

distribuição de serviço, em galeria com elevador e caixa de escadas exterior ao edifício. O último piso é ocupado parcialmente por estendais e pela habitação da porteira.

Pedro Cid e Fernando Torres propuseram também duas tipologias em banda mas apenas com 4 pisos. A primeira tem fogos de projecto-tipo IIC, com áreas mínimas organizados em duplex e servidos por galeria acessível pelas escadas exteriores. O segundo tipo de banda era constituído por seis lotes de distribuição esquerdo/direito justapostos, com apartamentos correntes de projecto-tipo IIB, com caixas de escadas e instalações sanitárias no centro da banda deixando as fachadas livres para serem ocupadas pelas divisões mais importantes.

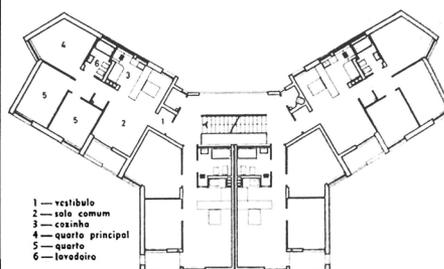
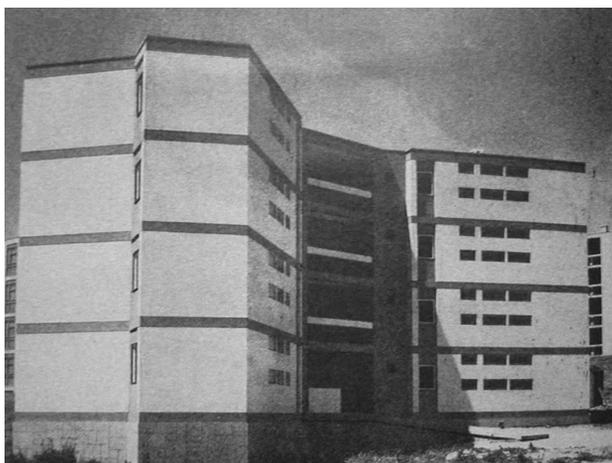


Blocos de Pedro Cid e Fernando Torres (Categoria II – Projecto-tipo IIC)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964

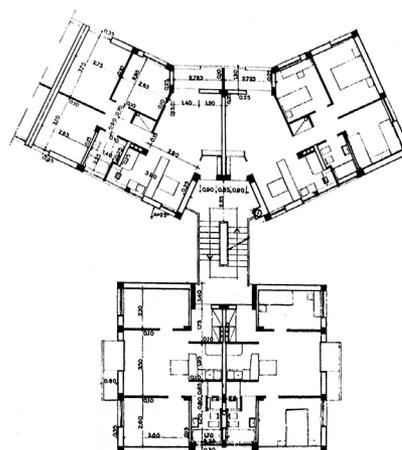


Blocos de Pedro Cid e Fernando Torres (Categoria II – Projecto-tipo IIB)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964

João Vasconcelos Esteves projectou 2 tipos de torre de 4 pisos para a Categoria I, o estrato de rendas mais baixas. Para a zona a Sul dos blocos de Pires Martins e Palma de Melo projectou as torres de projecto-tipo IA, com 4 fogos por piso, $2T_2+2T_3$, aos quais se acede pela caixa de escadas no centro da torre que dá acesso ao hall dos 4 fogos, este hall funciona como uma varanda permitindo o contacto com o exterior. Para a área Sudeste propôs torres de projecto-tipo IAIB, que correspondem à junção do projecto-tipo IA, com o projecto-tipo IB. A planta IB tem também $2T_2+2T_3$ por piso, com acesso pela caixa de escadas no centro da composição e em contacto com o exterior, mas neste caso a distribuição faz-se em esquerdo/direito, os fogos estão agrupados 2 a 2 e desfazados meio piso.



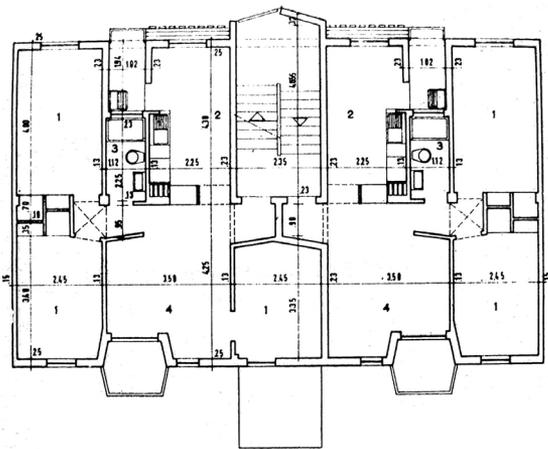
Torres de João V. Esteves (Categoria I – Projecto-tipo IA)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964



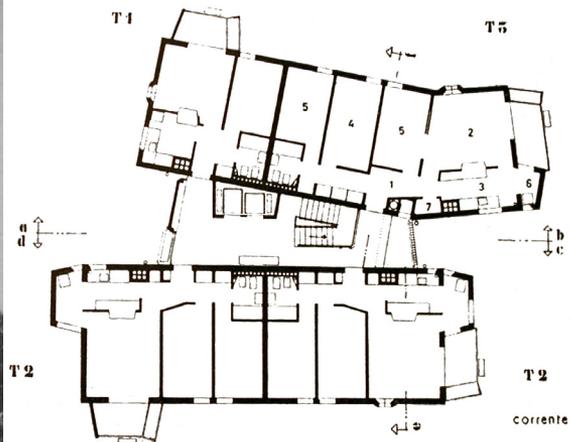
Torres de João V. Esteves (Categoria I – Projecto-tipo IAIB)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964

Braula Reis e José Matoso projectaram pequenas bandas de 4 andares constituídas por lotes justapostos, com revestimento de tijolo à vista e composição da fachada marcada pelas varandas que avançam em consola.

Nuno Teotónio Pereira e António Pinto Freitas receberam o prémio Valmor, pouco comum em habitação social, pelas torres de 2 volumes articulados com ângulos de inflexão em torno do corpo dos acessos verticais, charneira da composição. Neste projecto são propostas novas formas de utilização dos espaços, como a ligação entre cozinha e sala. É um conjunto de inusitada riqueza plástica e espacial, “a ideia era dar certa dignidade ao ambiente das construções económicas, quer pela largueza dos espaços de acesso, quer pelo tratamento artístico.”⁴³



Braula Reis e José Matoso (Categoria I – Projecto-tipo IC)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964



Nuno Teotónio Pereira e António Freitas (Categoria II – Projecto-tipo IIC)
Fonte: *Arquitectura* nº 81, 1964

43 _ Nuno Teotónio Pereira in Tostões, Ana; *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; p.77;

4.1.4_ Bairro da Pasteleira

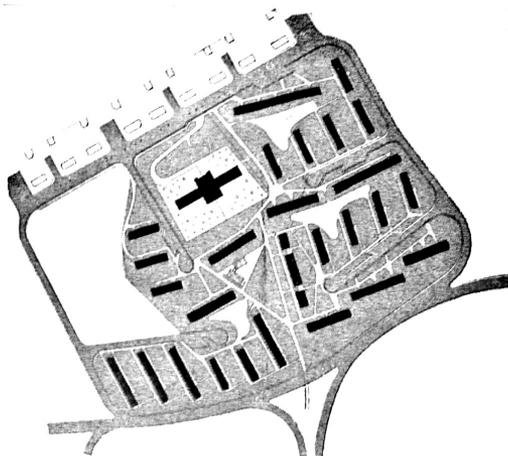
O bairro da Pasteleira no Porto foi projectado por Bartolomeu Costa Cabral. Tem uma área total de 108 hectares e foi construído para alojar cerca de 20.000 pessoas, principalmente famílias das Ilhas. A unidade foi conceptualmente dividida em 2 partes, a metade norte para o plano das ilhas e a meridional para construção livre inserindo-se no plano da cidade e não numa zona periférica, “...aparece-nos como primeira qualidade a sua integração num planeamento urbano, se bem que com todas as dificuldades de uma urbanização feita sobre uma zona virgem, ou quase.”⁴⁴

A circulação automóvel de maior fluxo foi planeada na periferia do conjunto havendo depois vias de menor dimensão para a distribuição interna. A metade das Ilhas era constituída por 600 fogos para cerca de 2.500 habitantes, e uma escola para 400 crianças de ambos os sexos.

Os edifícios de habitação aparecem livremente implantados no espaço verde que abrange toda a área e que contém vários caminhos de peões, campos de jogos e recreios. É também animado por lojas de consumo diário localizadas no r/c de alguns edifícios, com o objectivo de satisfazer as necessidades da população enquanto não se construía o centro comercial.



Planta de Localização do Bairro da Pasteleira
Fonte: *Arquitectura* nº 69, 1960



Plano do Bairro da Pasteleira

44 _ *Arquitectura* nº69, 1960; p.35;

O grande espaço central parece não polarizar a vida do bairro, ao contrário da intenção inicial de projecto, falta-lhe um edifício de interesse social, previsto mas não realizado, comprometendo gravemente as facilidades de sociabilidade a que os ex-residentes das Ilhas estavam habituados.

O acesso aos fogos é feito em galeria ou esquerdo/direito, consoante a tipologia. As divisões têm dimensões mínimas, a sala tem sensivelmente a mesma dimensão em todas as tipologias, quer estas sejam de 2, 3 ou 4 quartos.

Actualmente o Bairro da Pasteleira tem várias zonas continuamente desertas e encontra-se bastante degradado.



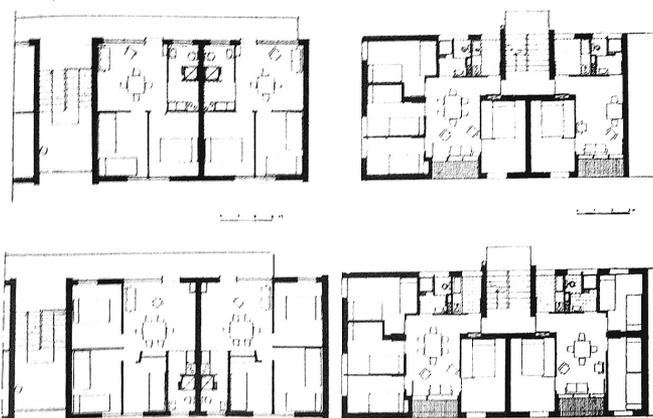
Bairro da Pasteleira
Fonte: *Arquitectura* nº 69, 1960



Bairro da Pasteleira
Fonte: *Arquitectura* nº 69, 1960

SOLUÇÕES ADOPTADAS NA PASTELEIRA

(Escala 1:200)



4.2 _ Reflexões

Nesta fase verifica-se um verdadeiro salto na experimentação nos edifícios ou bairros de habitação social.

O Bairro de Alvalade foi, e é ainda, das experiências mais felizes desta altura. A construção faseada correctamente planeada, em que cada célula começou logo desde início a funcionar em pleno, foi sem dúvida a base do seu sucesso, aliada à coexistência de várias categorias sociais distribuídas equilibradamente por toda a área e apoiadas sempre em equipamentos e serviços que serviam tanto a zona como o resto da cidade. Ou seja, o abandono da tentativa de construir aldeia na cidade e a experiência de realmente fazer mais uma parte de cidade, de prolongar a cidade, foi muito bem sucedida e devia ensinar-nos que são os prolongamentos integrados e diferenciados que realmente conseguem viver e fazer viver a cidade e não os mega-agrupamentos monofuncionais.

Além disso, o facto de a câmara ter controlado sempre a realização do plano e a encomenda a profissionais reconhecidos para as zonas de construção privada, garantiu o controlo da imagem urbana o que, juntamente com a utilização de sistemas de pré-fabricação, permitiu uma construção mais rápida e uniforme.

A correcta aposta na forma de construir Alvalade é claramente visível hoje quando, 50 anos depois, o bairro constitui um modelo de centralidade na cidade e é vivo e vivido, sem marcas de degradação.

O Bloco do Ouro foi uma experiência muito interessante, construído na mesma altura que Alvalade e no entanto com características tão diferentes. Este, em vez de criar cidade, insere-se nela, complementa-a numa zona expectante permitindo-lhe também "funcionar em pleno" por se inserir num meio que continha já todas necessidades em funcionamento.

Olivais Norte, com os seus edifícios livremente implantados sem correspondência directa obrigatória com os arruamentos, conseguiu uma boa interacção entre os edifícios e o espaço verde, fluido, em que estes se integram.

Também este agrupamento foi um prolongamento da cidade. Houve o cuidado de prever a sua integração com a envolvente, através do escalonamento de alturas e atenção na localização dos edifícios comerciais e escolares, concentrados num pólo central que garantiu uma dimensão urbana activa e uma integração social

natural e harmiosa.

A nível de edifícios explorou-se intensivamente a banda e a torre. Ao contrário de Alvalade, foi possível experimentar os "novos preceitos" especificamente na habitação social e não nos escalões mais altos. Utilizou-se recorrentemente a solução em galeria e duplex tendo havido, de um modo geral, uma importante atenção à relação entre edifício, fogo e espaço exterior. Todos os fogos têm varandas, possibilidade de vir ao exterior bem como, em várias situações, as galerias e caixas de escadas são abertas ao exterior. Por último, foi também muito importante o facto de o aspecto exterior dos edifícios não deixar transparecer o seu carácter social provou-se que, mesmo com recursos limitados, é possível fazer arquitectura de qualidade. Esta arquitectura de qualidade na habitação foi conseguida pela escolha cuidadosa de arquitectos reconhecidos.

Foi ainda de grande importância a criação de diversas categorias de fogos, permitindo vários escalões, mesmo dentro da habitação social, e a sua integração com escalões mais altos.

No Bairro da Pasteleira o seu maior benefício foi o ter sido construído em área consolidada. Um dos seus maiores erros foi, ao contrário de Alvalade ou Olivais Norte, ter-se delimitado demasiado notoriamente qual a área social e qual a área de estatuto mais elevado. Além disso, o facto de se ter construído as habitações desfasadamente do equipamento comercial e de nunca se ter chegado a construir o equipamento social impediu uma apropriação e vitalização da zona desde o início da sua utilização. Assim, o espaço central não chegou nunca a polarizar a vida do bairro impedindo o ambicionado incentivo aos contactos sociais a que as pessoas estavam habituadas nas Ilhas. A utilização de galeria para acesso aos fogos e as áreas mínimas dos apartamentos potenciou a interacção entre vizinhos que o espaço público não foi capaz, mas naturalmente que isto restringiu o leque de relações e nunca deveria ser a falta de condições nas habitações a forçar as pessoas a ir para o exterior.





Capítulo 5
A Habitação Social desde 1974 a 2004



Após a queda do regime fascista com a revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal entrou numa fase de grande agitação em que se deram inúmeros movimentos e manifestações que reivindicavam profundas transformações políticas e sociais. A exigência de habitações dignas para todos, e de equipamentos sociais, era das mais importantes e urgentes. *“A verdade é que, de certo modo a habitação e, sobretudo, “as barracas”, foram sempre a grande bandeira reivindicativa ao longo de todo o pós-25 de Abril; já era, de resto, antes do 25 de Abril, uma das maneiras privilegiadas e das poucas admitidas ou toleradas de dizer mal do governo.”*¹

As manifestações deram-se especialmente nos meios urbanos e particularmente em Lisboa e Porto. Em Maio de 1974 houve o **movimento de ocupação de casas**, em que os populares ocuparam casas camarárias, construídas ou em construção, que ainda não tinham sido atribuídas, e casas devolutas, que aguardavam demolição. Pouco depois, os habitantes dos bairros de lata ocuparam prédios em vias de demolição e, uma vez que estes já não eram propriedade das câmaras mas sim de particulares, esta atitude foi rapidamente reprimida e, em 11 e 13 de Maio de 1974, foi publicado um comunicado da Junta de Salvação Nacional que sublinhava a ilegalidade cometida deixando assim um aviso de que não seriam permitidas mais ocupações.

A 17 de Maio houve uma nova mobilização popular, em Lisboa e no Porto, em que alguns milhares de moradores dos bairros de lata e bairros pobres de Lisboa e das Ilhas e bairros degradados do Porto se juntaram, nas respectivas cidades, para exigir casas decentes, através das já tão conhecidas palavras de ordem, *“casas sim, barracas não!”*

Com esta rápida sucessão de manifestações, o novo governo viu-se pressionado a encontrar rapidamente respostas para o problema da habitação. Tomou então uma série de medidas assumindo a promoção de habitação social como uma responsabilidade pública e deixando de fora os privados. A nível de financiamento, recorreu-se às instituições bancárias, então nacionalizadas, a fundos da Previdência e ao orçamento de Estado. Condicionou-se o aumento de rendas e tornou-se obrigatório o arrendamento dos fogos devolutos. A nível da política de expropriações foi reforçada a Lei dos Solos, de 1970, de forma a

1 _ Portas, Nuno; *O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local*; in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 18/19/20, Fev. 1986; p.635;

facilitar a constituição de bolsas de terrenos nacionalizados e municipalizados para a directa promoção pública de habitações.

Por último aumentaram-se as competências do poder local, de modo a contornar os habituais obstáculos de um organismo decisor central, a principal razão da inoperância do anterior regime.

Criaram-se novos mecanismos de promoção de habitação, como as **Cooperativas de Habitação Económica**² (CHE), criadas ainda em 1974, que relançaram de forma assinalável o movimento cooperativo. Estas tinham apoio técnico do FFH e são, ainda hoje, um dos pilares fundamentais para qualquer política de habitação para as populações de menores recursos. Ao mesmo tempo, foram também postos em prática os **Contratos de Desenvolvimento da Habitação**³ (CDH), celebrados entre o FFH, as Instituições Especiais de Crédito e as empresas de construção civil. Pretendia-se assim não só associar a iniciativa privada à prossecução da política habitacional do Estado, mas também constituir uma via de saída da recessão profunda que havia atingido o sector da construção civil desde o início da década de 70. Os CDH foram responsáveis pela construção de 18 mil casas de renda limitada entre 1976 e 1992, localizando-se apenas 35% destes nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal verificando-se assim finalmente uma dispersão pelo país nunca atingida pelos antigos programas do regime.

Também em 1974, a SEHU definiu o **Programa de Acções Prioritárias** tentando diversificar as políticas e ajustá-las às características dos vários tipos de beneficiários. Este programa foi especialmente importante na resposta às necessidades mais prementes, sendo as restantes medidas implantadas gradualmente e através de reformulações dos programas anteriores. Entre essas "necessidades mais prementes" encontrava-se a reabilitação dos bairros degradados e erradicação das barracas, tendo sido criado, especificamente com esse propósito, o **Serviço de Apoio Ambulatório Local** (SAAL), através de um despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e Equipamento Social e Ambiente, a 6 de Agosto de 1974. Este despacho definia o SAAL como um *"corpo técnico especializado que deverá apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente monetários"*⁴.

O corpo técnico eram as brigadas, equipas interdisciplinares, com funcionários

2 _ Decreto-Lei nº730, de 20 Dezembro de 1974 e Decreto-Lei nº 737A, de 23 de Dezembro de 1974;

3 _ Decreto-Lei nº 663, de 26 de Novembro de 1974;

4 _ Despacho MAI-MESA de 6 de Agosto de 1974; in Ferreira, Vítor Matias: *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*; p.21;

do FFH e técnicos contratados, como arquitectos, sociólogos, etc., que estariam em contacto directo com os moradores, dando apoio nas acções de projecto, e assistência na construção e na gestão social, os moradores por sua vez, ajudariam em todas as fases do processo, intervindo naquilo que era do seu interesse.

O principal objectivo do SAAL era desbloquear a produção de habitação social, tornando-a mais rápida e mais eficaz, pois *“os sete anos eram, de facto, a média do que levava uma operação do Fundo de Fomento à Habitação, desde o momento da decisão política ao momento das pessoas ocuparem as casas!”*⁵

Assim, este programa pretendia dar uma resposta mais rápida às solicitações libertando a produção de habitação do habitual excesso de burocracia e dos problemas que trazia uma entidade decisora central, descentralizando o poder de decisão para as autarquias e para os próprios moradores. Procurava-se também, deste modo, romper o habitual alheamento dos moradores em relação ao processo de decisão que lhes dizia respeito, mesmo que isso significasse multiplicar o número de técnicos envolvidos no processo. Pretendia-se ainda evitar recorrer à facilidade de criar projectos-tipo, standardizados, feitos na administração local ou regional, como se fazia noutros países, pois acreditava-se que os projectos deveriam responder às diferentes características e necessidades das diferentes comunidades e que sempre que possível estas se deveriam manter no mesmo local em vez de serem deslocadas para grandes bairros na periferia das cidades. Assim que o SAAL foi lançado foi imediatamente criado um grupo de trabalho no FFH com o objectivo de identificar as zonas de intervenção e as acções a desenvolver, assegurar e dinamizar a constituição de Brigadas de construção locais, coordenar e acompanhar a acção das diferentes brigadas e assegurar-lhes os meios necessários e, por fim, definir as medidas políticas que garantissem a coerência das acções, atendendo aos objectivos da criação do SAAL.

Após a identificação das zonas de intervenção e o tipo de acções a desenvolver, as brigadas técnicas e os moradores e Associações ou Comissões de moradores, reuniam para programar em conjunto. Depois o FFH dava resposta institucional, através das autarquias, às diferentes solicitações ao mesmo tempo que tentava definir as medidas legais. Este foi um dos pontos mais interessantes e importantes do SAAL, que o distingue claramente dos anteriores programas, em vez da legislação ser criada antes de iniciado o processo era criada, revista e reformulada durante

5 _ Portas, Nuno; *O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local*; in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 18/19/20, Fev. 1986; p.638;

o próprio processo, num dinamismo que permitia a correcção de erros durante o desenvolvimento dos projectos, sem estar restringido a prévias formulações legais que poderiam não estar de acordo com as verdadeiras necessidades e problemas. Foi uma iniciativa do governo de carácter experimental e *“por isso mal definida à partida, como um risco assumido e não como um defeito, porque para preparar toda a máquina para esta operação se tivéssemos esperado pela aprovação de todos os decretos necessários que revissem todas as implicações – as financeiras, as de expropriações, as de regime das cooperativas, etc., etc. – não teríamos lançado o processo logo em Julho, e com a cobertura formal por despacho em Agosto seguinte mas, quando muito, um ano depois.”*⁶

O SAAL pretendia também encontrar uma forma de actuar que maximizasse a aplicação na habitação de toda a espécie de recursos dos moradores, o Estado garantia 60% do custo da habitação, a fundo perdido, e aos moradores cabia participar com os restantes 40% que poderiam ser pagos de qualquer forma, em dinheiro, materiais, horas de trabalho, etc. Desta forma com o SAAL *“tentava-se, pela primeira vez, construir uma ponte entre as potencialidades de um Estado Providência emergente e as energias de uma sociedade providência enraizada, denotativa do estágio de desenvolvimento intermédio e da condição semiperiférica de Portugal no sistema mundo.”*⁷ A participação permanente dos beneficiários do programa permitia resolver os problemas específicos da comunidade gerando-se uma nova dinâmica entre a Administração e o tecido social envolvente.

As operações SAAL ocorreram um pouco por todo o país, mas com particular incidência em Lisboa e Porto em que se verificam diferentes modos de operar pois têm diferentes modos de crescimento urbano, assim teriam de se fazer intervenções urbanísticas diferentes nestas *“duas áreas urbanas actualmente sujeitas à operação SAAL: assim, num caso teremos transformação (...) dos “bairros de lata” da aglomeração de Lisboa, e no segundo caso, renovação (...) das zonas “degradadas” da aglomeração do Porto.”*⁸ Esta foi uma oportunidade de experimentar princípios inovadores de arquitectura e urbanismo, orientados para a defesa das sociabilidades de bairro, de uma arquitectura ao serviço das pessoas e do *“direito ao lugar”*.

Este serviço desenvolveu-se com uma incrível rapidez e teve uma dinâmica de resposta muito pouco comum num serviço público, devido à pressão exterior dos

6 _ Portas, Nuno; *O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local*; in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 18/19/20; p.637;

7 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 219;

8 _ Ferreira, Vítor Matias; *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*; p.28;

Movimentos Populares e também pela organização interna do próprio serviço, mais adaptado à proximidade da sua clientela. Apesar disso, “A 27 de Outubro de 1976, um despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção sugere a extinção da metodologia do processo SAAL e da sua estrutura orgânica de intervenção.”⁹

Foi extinto porque, segundo os subscritores, algumas brigadas se tinham afastado do objectivo inicial e actuavam à margem do FFH e das próprias autarquias. Mas para além disso houve razões de natureza económica, o Estado pretendia uma contenção no investimento público no sector habitacional, e não havia possibilidade de dar resposta a tantos pedidos, tanto por limitações de técnicos como financeiras e também devido aos bloqueios muitas vezes gerados à escala municipal. O programa conseguiu realizar cerca de 2200 fogos entre 1975 e 1992, localizando-se a maioria em Lisboa (26,6%), Setúbal (33,9%), Faro (19,4%) e Porto (6,3%)¹⁰.

Em 1976 foi criado outro programa de promoção directa, o **Programa de Casas Pré Fabricadas**¹¹. Este programa foi criado especificamente para os retornados das ex-colónias que regressaram em massa para Portugal e que era necessário alojar, experimentou-se o alojamento em casas pré-fabricadas, por serem de construção mais rápida e económica do que a comum, no entanto o programa acabou por ser um fracasso, as verbas despendidas foram muito superiores ao que se pretendia e o número de fogos muito inferior bem como a qualidade das habitações.

Em 1976, foi também criado o **Programa de Recuperação de Imóveis Degradados**¹² (PRID), com o qual, pela primeira vez, eram concedidos empréstimos e subsídios para obras de reparação e conservação do património habitacional nacional, público ou privado, urbano ou rural. Teve inicialmente um grande desenvolvimento, entre 1977 e 1984, 32.000 habitações beneficiaram deste programa, 83% das quais iniciadas até 1980.¹³

Em 1976, foi também criada a nova Constituição da República Portuguesa, na qual, o artigo 65.º define que:

“1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

9 _ Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 222;

10 _ Dados retirados de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p. 223;

11 _ Criado por Resolução do Conselho de Ministros, em Março de 1976;

12 _ Decreto-Lei nº 704, de 1976;

13 _ Dados Retirados de Serra, Nuno; *Estado, Território e Estratégias de Habitação*; p.224;

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;

c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução."¹⁴

No entanto, em 1976, acentuaram-se os entraves burocráticos às iniciativas anteriores, com as imposições do Fundo Monetário Internacional suspenderam-se muitos dos empreendimentos públicos em curso, tornou-se mais difícil o acesso ao crédito pelos privados, gerando um vazio promocional e devido à inacessibilidade da generalidade das famílias ao crédito criou-se uma dupla crise na habitação, crise na oferta e crise na procura. Com a crise económica de 1978/9 o Estado refreia a sua acção na promoção de habitação para as classes mais desfavorecidas sendo assumido pelas Cooperativas de Habitação, que provocaram uma verdadeira explosão deste tipo de promoção entre 1976 e 84, com particular intensidade nas áreas metropolitanas.

Em 1980, completando esta intensa actividade foi criada a **Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica** (FENACHE), que passou então a ser um dos parceiros privilegiados na promoção de habitação apoiada pelo Estado em Portugal, tendo sido o sector cooperativo responsável pela promoção de mais de 75% da habitação para venda registada entre 1984 e 93¹⁵.

A estagnação da actividade do FFH e a ineficiência do **Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação** (FAIH) entretanto criado, levou à extinção destes organismos. Assim verificou-se a necessidade de criar um novo organismo que pudesse "*suprir o vazio orgânico criado pela extinção do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e do Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação (FAIH)*"¹⁶, nascendo assim, em 1984, o **Instituto Nacional de Habitação**¹⁷ (INH), que é ainda hoje o organismo pelo qual passa toda a produção de habitação social.

As competências do INH são, estudar a situação habitacional e preparar o

14 _ <http://www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/crp.html>;

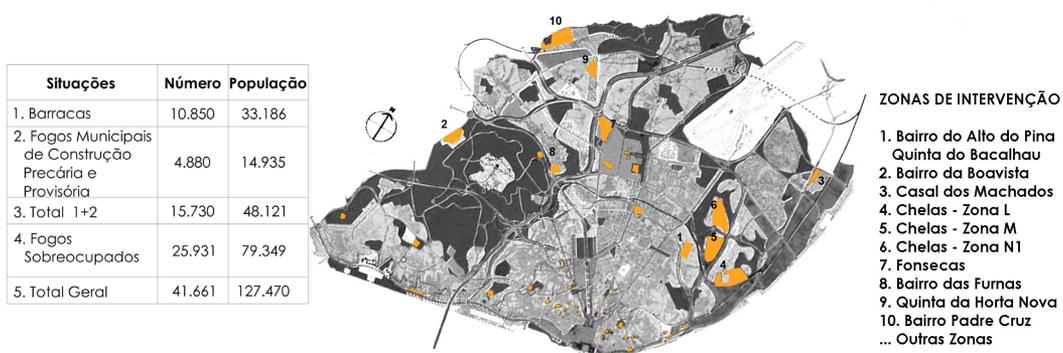
15 _ Dados retirados de Coelho, António Baptista; *INH-20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*; p. 27;

16 _ Coelho, António Baptista; *INH - 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*; p. 24;

17 _ Decreto-Lei nº 177, de 25 de Maio de 1984;

Plano Nacional de Habitação, apoiando o Governo na definição das políticas de arrendamento e propondo medidas políticas, legislativas e regulamentares; contribuir para o financiamento de programas habitacionais de interesse social, promovidos pelos sectores público, privado e cooperativo, através da concessão de participações a fundo perdido, empréstimos e bonificação de juros; acompanhar a execução e prestar apoio técnico; desenvolver acções de conservação e reabilitação do património habitacional; promover, directamente ou em associação, projectos habitacionais de interesse social, dirigidos nomeadamente à população jovem; intervir no mercado de solos; conceder apoio técnico a autarquias e outras instituições promotoras de habitação social no domínio da gestão e conservação do parque habitacional; gerir, conservar e alienar o parque habitacional, equipamentos e solos que constituem o seu património, no cumprimento da política definida para a habitação de interesse social.

Em 1987 foi criado o **Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado**¹⁸ (IGAPHE), para gerir o parque habitacional pertencente ao ex-FFH. Com a criação do INH e do IGAPHE, o governo estabeleceu que os investimentos públicos em habitação se fariam em regime de colaboração entre a administração central e o poder local através destes organismos. A habitação deixou de ser vista como um bem público e passou a ser entendida como um bem cuja produção e comercialização caberia à iniciativa privada, deixando a administração central de promover fogos directamente e passando todas as acções a ser feitas através de acordos, contratos e participações entre o INH, o IGAPHE, os municípios, as cooperativas e as empresas.



Situação Habitacional do Concelho de Lisboa em 1986 Localização das Zonas de Intervenção do PIMP
Fonte: INH, IGAPHE, CML; *Habitação Social*, PIMP

18 _ Decreto-Lei nº88, de 26 de Fevereiro de 1987;

Também em 1987, a Câmara de Lisboa criou o **Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)**, em cooperação com o INH e o IGAPHE. Com o objectivo de “*definir, quantificar, programar e financiar a construção de 9698 fogos de habitação social no âmbito de um conjunto de projectos a executar no Concelho de Lisboa*”¹⁹, numa altura em que o número de famílias a viver em situação precária no Concelho de Lisboa era de tal forma avultado que exigia medidas específicas e localizadas para o resolver, como se pode verificar no quadro da página anterior. Os projectos do PIMP seriam realizados sempre em terrenos do município, a maioria deles na área de Chelas.

Também em 1987 foi criado o **Programa de Realojamento**²⁰, um programa de promoção municipal criado no intuito de realojar as famílias que habitavam em condições precárias. Através deste programa fizeram-se 25.534 acordos com o IGAPHE e 7000 com o INH, até 1996. Foram os municípios das áreas metropolitanas que mais utilizaram este programa, seguindo-se em importância Aveiro, Olhão, Coimbra, Portalegre, Penafiel e Tavira.

Em 1988 foi criado o **Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA)**, para a reabilitação de habitações arrendadas. Dentro deste programa foram feitas 2.961 candidaturas, até 1996, abrangendo 14.446 fogos, 79,5% dos quais pertenciam ao concelho de Lisboa, 3% ao Porto e 17,5% ao resto do país²¹.

Na sequência da elaboração do *Livro Branco sobre a Política de Habitação* e da realização do **Encontro Nacional de Habitação**, em Fevereiro de 1993, o governo lançou um pacote de medidas, o **Plano da Habitação**²² de 1993, na tentativa de solucionar os aspectos mais dramáticos do défice habitacional. Os objectivos

PER na Área Metropolitana de Lisboa (Dezembro, 1996)				
Municípios	Levantamento		Acordo Geral de Adesão (IGAPHE)	
	nº de Barracas	nº de Agregados Familiares	nº de Fogos Acordados	Fogos Comparticipados
Alcochete	40	44	44	17
Almada	1.924	2.156	2.156	590
Amadora	4.000	5.419	5.419	122
Azambuja	74	80	80	-
Barreiro	420	461	461	164
Cascais	1.361	2.051	2.051	-
Lisboa	10.034	11.129	11.129	657
Loures	3.610	3.904	3.904	756
Maifra	62	62	62	24
Molta	127	160	160	78
Montijo	286	307	307	206
Oeiras	3.165	3.165	3.165	100
Palmela	59	61	61	5
Seixal	458	635	635	-
Sesimbra	124	128	128	23
Setúbal	958	1.272	1.272	145
Sintra	1.211	1.591	1.591	621
V. Franca de Xira	713	765	765	213
TOTAL AML	28.626	33.390	33.390	3.697

PER na Área Metropolitana do Porto (Dezembro, 1996)				
Municípios	Levantamento		Acordo Geral de Adesão (IGAPHE)	
	nº de Barracas	nº de Agregados Familiares	nº de Fogos Acordados	Fogos Comparticipados
Espinho	458	458	458	48
Gondomar	1.281	1.964	1.964	1915
Maia	1.422	1.517	1.517	536
Matosinhos	3.745	3.982	3.982	516
P. do Varzim	410	470	470	-
Porto	1.334	1.356	1.356	84
Valongo	551	629	629	60
Vila do Conde	808	909	909	182
V. Nova de Gaia	3.349	3.619	3.619	116
TOTAL AML	13.449	15.001	15.001	3.457

Fonte: Colóquio A Política de Habitação, 1997

19 _ INH, IGAPHE, CML; *Habitação Social, Plano de Intervenção e Médio Prazo*; p.7;

20 _ Decreto-Lei nº226, de 1987;

21 _ Dados retirados de Colóquio A Política de Habitação 1997;

22 _ Diário da República, n.º106, I Série-A, 7 de Maio de 1993;

eram aumentar a oferta de habitação, melhorar as condições de habitação e eliminar a habitação degradada. Naturalmente que as principais medidas propostas se centraram nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto²³. Uma destas medidas foi a criação do **Programa Especial de Realojamento**²⁴ (PER), exclusivo para as áreas metropolitanas e com o objectivo de eliminar totalmente as barracas e realojar as famílias em habitações de custos controlados mediante uma acção concertada entre a administração central e os municípios ou Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS). Quando o programa foi lançado foram recenseadas, nas 2 áreas metropolitanas, 42.075 barracas com 48.391 famílias, para o seu realojamento o IGAPHE entraria com 45,6%, INH/CGD 45% e 9,4% de auto financiamento. Os concelhos que mais investiram, neste programa durante os seus primeiros 3 anos foram, na AML Sintra e Oeiras, e na AMP Matosinhos e Gondomar.

Em 1996 verificou-se a necessidade de criar programas que complementassem o RECRIA, pois sendo específico para imóveis arrendados não permitia que os proprietários que viviam em casas degradadas o pudessem utilizar para reabilitar as suas habitações. Foram para isso criados o REHABITA, para as áreas definidas pelos municípios como zonas críticas de degradação, e o RECRIPH, para apoio financeiro na execução de obras de reabilitação de imóveis antigos constituídos em regime de propriedade horizontal.

Uma vez que o PER não obteve nunca os resultados esperados, ou pelo menos com a celeridade esperada, e não era aplicável aos municípios fora das áreas metropolitanas, foi criado em 2004 o **Programa de Financiamento para Acesso à Habitação** (PROHABITA)²⁵, com o objectivo de resolver o problema não só dos residentes em barracas mas de quaisquer situações de grave carência habitacional, como a dos fogos sem condições de habitabilidade, degradados sem condições de reabilitação, sobreocupados e ainda para o realojamento de vítimas de situações de calamidade pública, intempéries ou outros desastres naturais. O PROHABITA foi o último programa a ser criado e concretiza-se através de acordos entre as Instituições ou os Municípios e o INH.

Desde 1984 até aos dias de hoje a actuação do INH foi sempre directamente influenciada pela conjuntura política e financeira do país, e pelas alterações efectuadas à política habitacional pois, "*sendo o instituto o instrumento por*

23 _ Criadas em 1991;

24 _ Decreto-Lei n.º 163, de 7 de Maio de 1993;

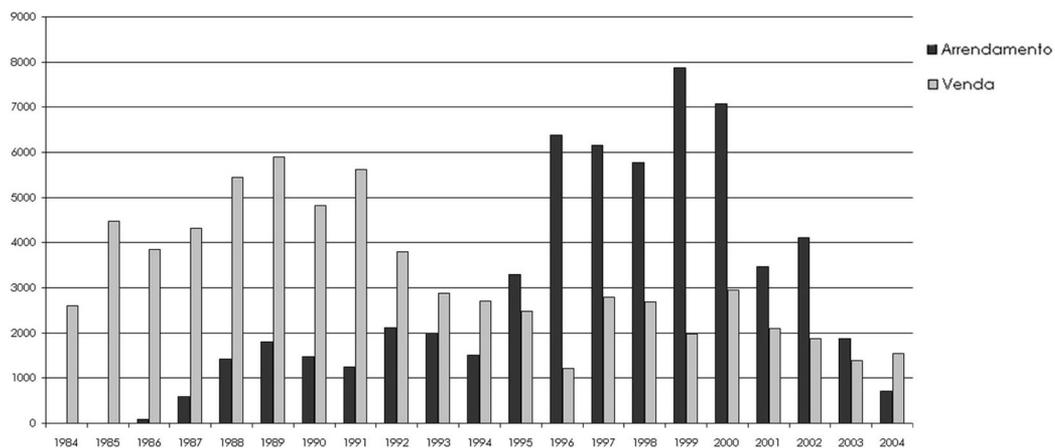
25 _ Decreto-Lei nº 135, de 3 de Junho de 2004;

excelência da intervenção financeira do Estado na sector da habitação, não permanece imune às orientações que a cada momento são definidas para o sector."²⁶

O quadro permite-nos verificar 2 períodos distintos. O primeiro, de 1984 a inícios dos anos 90, marcado pelo predomínio da habitação para venda maioritariamente devido ao papel desempenhado pelas cooperativas, o segundo período iniciado em 1993, marcado pelo lançamento do PER e caracterizado pelo aumento significativo da promoção para arrendamento, destinada ao realojamento das famílias residentes em barracas. Nos últimos anos verifica-se um acentuado decréscimo na promoção de habitação social devido a "dificuldades que se prendem, designadamente com limitações recentemente impostas à capacidade de endividamento das autarquias e com o eventual esgotamento de determinados modelos de intervenção do Estado na habitação de custos controlados (...)"²⁷

Apesar de todos os esforços e programas criados durante o último século a sociedade portuguesa debate-se ainda com graves carências habitacionais. Há mais de 100.000 famílias²⁸ a residir em habitações sem infra-estruturas básicas, inúmeras situações de sobreocupação e de residência em habitações degradadas.

O actual regime de arrendamento é pouco flexível e não incentiva ao investimento neste segmento de mercado assim, associado ao congelamento de rendas que vigorou durante décadas, gerou-se uma situação de quase paralisia do mercado



Actividade do INH de 1984 a 2004

Fonte: Coelho, António Baptista; INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social

26 _ Coelho, António Baptista; INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social; p. 26;

27 _ Coelho, António Baptista; INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social; p. 26;

28 _ Dados retirados de Coelho, António Baptista; INH–20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social; p. 29;

de arrendamento e de degradação progressiva do parque habitacional.

Neste contexto as políticas de habitação dos últimos anos têm-se desenvolvido em torno de três objectivos fundamentais, o primeiro é resolver as situações de maior carência habitacional através da promoção à reabilitação do parque habitacional urbano e à utilização de fogos devolutos, ao mesmo tempo que se tenta requalificar os bairros sociais, dotando-os de infra-estruturas sociais de apoio e favorecendo a sua recuperação e integração no tecido urbano. O segundo objectivo é a reabilitação e requalificação do património habitacional edificado, em detrimento da construção nova, através de acções que permitam o seu aproveitamento mais racional e contribuam para o crescimento equilibrado dos centros urbanos e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Por último, as políticas de habitação têm tentado dinamizar o mercado de arrendamento oferecendo novas alternativas à população, e em especial aos jovens.

5.1 _ Realizações dos últimos 30 anos

5.1.1_ Algumas realizações do SAAL

Como já foi referido as intervenções do SAAL em Lisboa e no Porto tiveram características diferentes. Em Lisboa as intervenções focaram-se essencialmente nos agregados de barracas na periferia da cidade tendo como estratégia a demolição destas e a construção de novos edifícios no mesmo local tendo dado, normalmente, origem a edifícios colectivos em altura.

No Porto as intervenções deram-se mais nas zonas de Ilhas ou seja no interior de quarteirões da malha urbana consolidada. Foram em geral obras de adaptação/requalificação das casas e envolvente das Ilhas, traduzindo-se por isso maioritariamente em agrupamentos unifamiliares em banda.

Uma vez que a metodologia do SAAL pressupunha a manutenção dos habitantes nos locais que habitavam antes das intervenções pode-se verificar que a grande maioria de operações SAAL em Lisboa se situam na periferia da cidade e que no Porto se localizam na malha central.



Localização das operações SAAL - Lisboa

Fonte: Bandeirinha, José António; *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*



Localização das operações SAAL - Porto

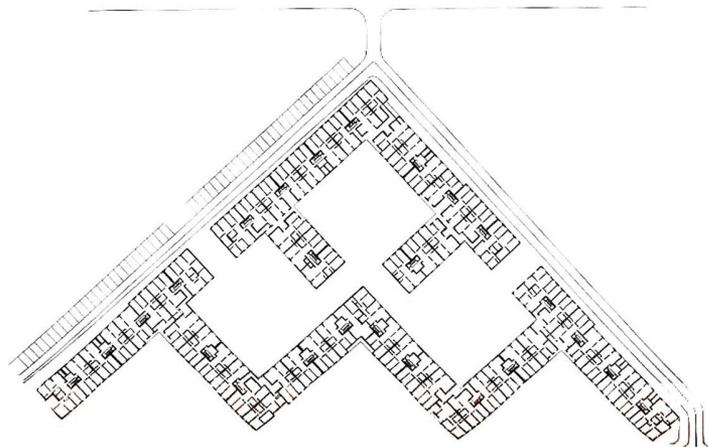
No SAAL em Lisboa há que salientar o grande conjunto do Bairro das Fonecas, projectado por Raul Hestnes Ferreira com colaboração de Vicente Bravo, Jorge Gouveia, Castro Caldas, Manuel Samora entre outros. A obra foi iniciada em 1976, apresenta uma óptima conjugação edifícios/espacos públicos, com adequação dos fogos a diversos modos de vida.

Na Quinta do Bacalhau/Monte Còxo a obra iniciou-se em Janeiro de 1977, com projecto de Manuel Vicente. São 384 fogos distribuidos em três edifícios. O arruamento interno dá acesso às caixas de escadas que por sua vez dão acesso aos fogos através de galeria. A galeria está normalmente virada para o espaço interno entre os edifícios favorecendo a relação com este espaço.



Quinta das Fonecas

Fonte: *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos 60- 80; Bandeirinha, J.A.; O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*

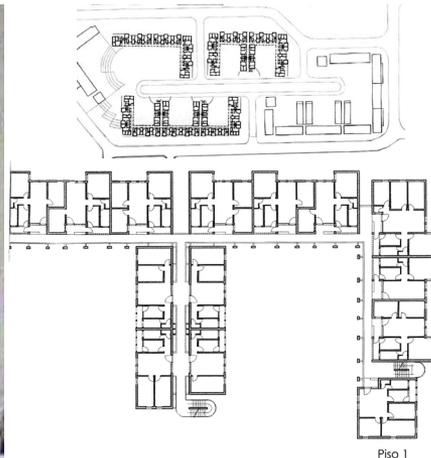


Quinta das Fonecas, Planta Tipo



Quinta do Bacalhau

Fonte: *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos 60- 80; Bandeirinha, J.A.; O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*



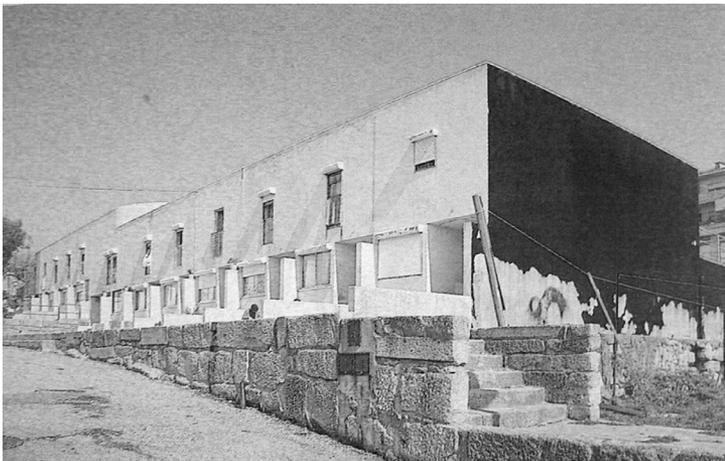
Piso 1

Quinta do Bacalhau: Implantação; Planta Piso 1

Tanto o conjunto de São Vítor (52 fogos) de Siza Vieira, como o das Antas (82 fogos) de Pedro Ramalho iniciaram as suas obras em Outubro de 1975.

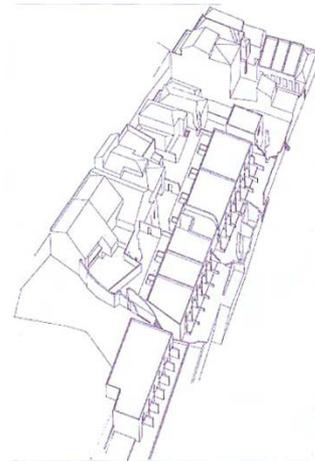
Ambos os conjuntos são constituídos por fogos unifamiliares, em banda, que fazem a transição de alturas numa zona de pendente acentuada. Aos fogos preexistentes foi-lhes acrescentado um andar.

No conjunto de São Vítor as referências locais e os percursos foram escrupulosamente mantidos, num respeito pela memória e hábitos dos habitantes.



São Vítor

Fonte: *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos 60- 80*; Bandeirinha, J.A.; *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*

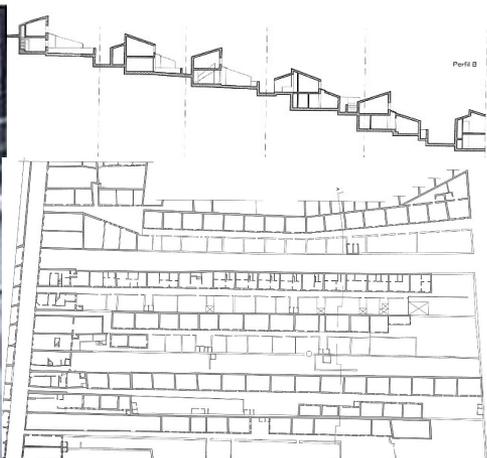


São Vítor, axonometria



Antas

Fonte: *Bandeirinha, J.A.; O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*



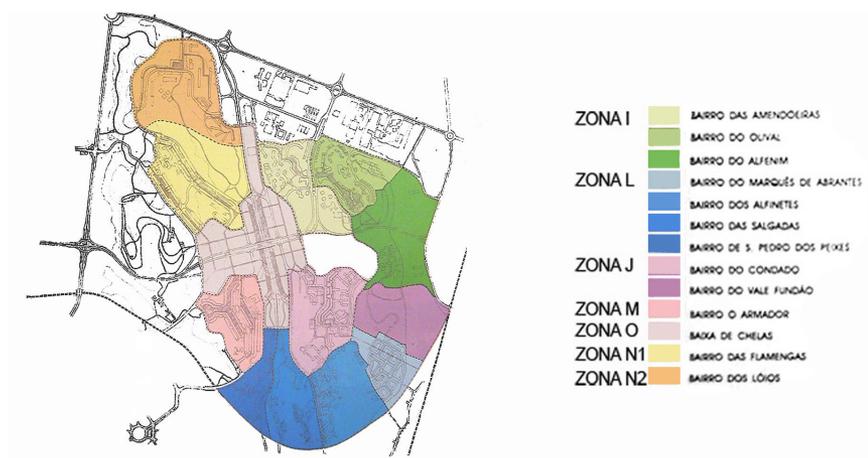
Antas: Corte; Planta de implantação

5.1.2 _ O Plano de Chelas

O planeamento da zona de Chelas iniciou-se em 1960 e a construção em 1967, no entanto a grande maioria da construção foi feita após 1974, e por isso está incluído neste capítulo em vez de no anterior.

Tal como nos Olivais, o plano de Chelas foi projectado ao abrigo do Decreto-Lei nº42 454. O plano inicial abrangia uma área de cerca de 500 hectares, mais do dobro de Alvalade, para uma população de 55.000 pessoas, em terrenos pouco urbanizados, na sua grande maioria agrícolas ou industriais. Concentravam-se nesta zona as mais importantes instalações fabris da cidade, a par de muitas pequenas e médias indústrias.

Quando o plano foi feito foram contadas 711 barracas com 806 famílias e 3034 habitantes na área de Chelas, que trabalhavam na sua grande maioria nas indústrias próximas. O conjunto de Chelas pretendia realojar estas pessoas no mesmo local com rendas reduzidas, favorecendo a proximidade entre a habitação e o local de trabalho integrando-o no conjunto urbano da cidade através da utilização de vias de longo curso que permitissem a penetração mais profunda possível no tecido urbano existente. Pretendia também a interligação com a região de Lisboa, especialmente com a zona ribeirinha até Vila Franca, a criação de equipamentos e órgãos de interesse para a cidade localizados num núcleo e apoiados nas principais vias de distribuição e ainda a criação de um parque e de



Zonamento de Chelas

Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54

uma zona verde que permitisse atenuar os efeitos da proximidade da indústria. Para conseguir a profunda penetração no tecido da cidade criaram-se faixas que correspondiam a zonas lineares de vida urbana intensa, constituídas por habitação de categorias elevadas e comércio acompanhando todo o espaço pedonal e ainda equipamentos culturais e assistenciais, pólos de actividade nocturna e fontes de trabalho, como bancos e serviços públicos.

A ligação entre as duas zonas que o vale central de Chelas separa, fez-se através de uma zona de equipamento, nuclear, com características programáticas semelhantes às faixas mas com predomínio de instalações que interessassem a toda a cidade, de forma a tirar partido do papel que a via principal poderia ter como dinamizadora de um futuro centro com influência a uma escala regional.

As zonas verdes tinham duas funções no conjunto, a constituição de espaços colectivos de recreio com equipamentos desportivos e culturais e a de protecção em relação às indústrias poluentes próximas e às vias de trânsito rápido.

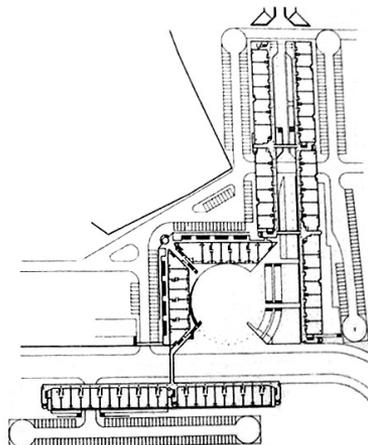
Os equipamentos foram localizados de modo a constituir uma sequência hierarquizada de pólos de interesse que iam desde o centro local, necessidades de carácter diário, até ao centro principal, no interesse da cidade ou mesmo da região.

A construção dos arruamentos de Chelas iniciou-se em 1967, mas só muito depois ficaram concluídos os primeiros edifícios como a “pantera cor-de-rosa” de Gonçalo Byrne e Reis Cabrita projectada em 1972 mas só concluída por volta de 1979, 12 anos depois de iniciadas as obras.



Pantera cor-de-rosa

Fonte: *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos 60- 80*



Pantera cor-de-rosa, implantação

A construção de Chelas foi-se arrastando, e arrasta-se ainda até aos dias de hoje. Só 20 anos depois de iniciados os trabalhos se começaram a planear e construir ou completar as Zonas L, M e N1 ao abrigo do PIMP e que correspondem a cerca de um terço na área total de Chelas.

No Bairro das Salgadas, Zona L, o PIMP pretendia a construção de 272 fogos construídos em 2 fases. Os primeiros 175 fogos foram entregues em Dezembro de 1995. Divididos nos 3 blocos rosa de 9 andares projectados por Pedro Menezes.

Durante o projecto houve o cuidado de concentrar as zonas húmidas na área central dos fogos de modo a que todas as instalações técnicas de cada apartamento passassem por uma única parede.

Também na Zona L se situa o Bairro Marquês de Abrantes com projecto de Margarida Alves, Pedro Menezes e José Vieira, para o realojamento da população do local que vivia em barracas. O projecto pretendia recriar a vivência característica dos bairros tradicionais utilizando o quarteirão como núcleo dinamizador do contacto social. Assim é no seu interior que se localizam e desenvolvem as várias actividades lúdicas e de apoio aos moradores eliminando a situação de traseiras. Este objectivo é reforçado pela orientação das fachadas principais para fora e para dentro do quarteirão criando simultaneamente rua e praça.

Para além dos equipamentos sociais o quarteirão contém ainda comércio e oficinas no intuito de manter uma dinamização de rua que não viva apenas dos habitantes locais.



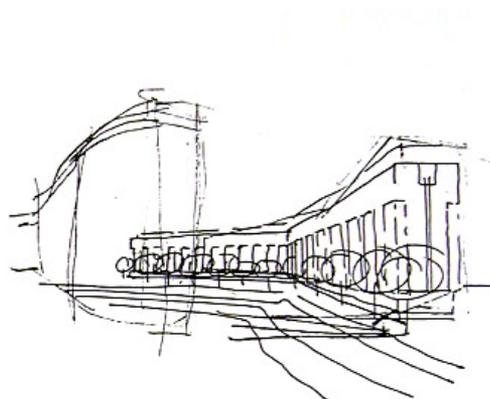
Bairro das Salgadas

Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54



Bairro Marquês de Abrantes (maquete)

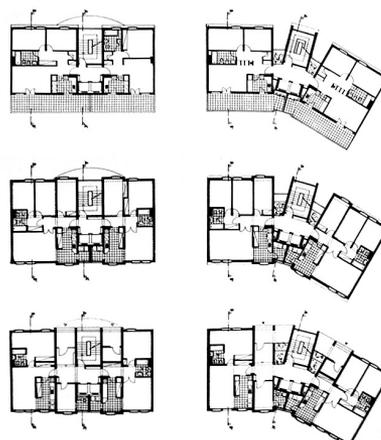
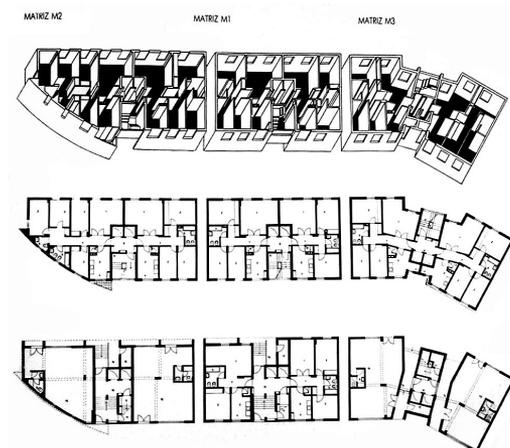
O Bairro do Armador situa-se na Zona M de Chelas e foi projectado por Helder Tércio e Elias Rodrigues. Há dois tipos de blocos que se associam em bandas contínuas, destas bandas duas têm a certo ponto uma torção de 150°. No projecto de charneira é usado o mesmo fogo-tipo sendo feita a transição angular na zona de acessos. Os projectos-matriz adoptam o princípio tradicional dos blocos direito/esquerdo, com acessos verticais centrais. Os fogos das várias matrizes são muito semelhantes com área de distribuição central e divisões para os lados. Uma vez que os espaços estão reduzidos ao mínimo, aumentaram-se os vãos das janelas das salas pela importância da luz. Todos os blocos do conjunto são coroados por um piso recuado com terraço que permite usufruir da vista sobre o rio.



Bairro do Armador

Fonte: CML; Departamento de Construção de Habitação nº54; INH, IGAPHE, CML; Habitação Social, PIMP

Perspectiva das bandas com torção



Matrizes-tipo dos fogos do Bairro do Armador

Fonte: INH, IGAPHE, CML; Habitação Social, PIMP

O Bairro das Flamengas na zona N1 de Chelas, é constituído por vários tipos de edifícios projectados por Silva Gomes, Raúl Cerejeiro, Sousa Afonso e Silva Carvalho. O Bairro compreende 1.237 fogos construídos pelo PIMP, 280 pela Câmara Municipal de Lisboa, 132 por Cooperativas e 10 por Associações de Solidariedade. Do conjunto interessa destacar os blocos de Raúl Cerejeiro pela economia conseguida a partir da minimização de caixas de acessos verticais. Cada caixa serve 2 lotes através de ponte fazendo-se depois a distribuição para os vários apartamentos nos diferentes níveis em galeria. Procurou-se uma dinamização no desenho de fachada especialmente bem conseguido nas fachadas entre blocos que limitam o espaço colectivo interior.



Bairro das Flamengas

Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54; INH, IGAPHE, CML; Habitação Social, PIMP



Blocos de Raúl Cerejeiro



Blocos de Raúl Cerejeiro

Fonte: INH, IGAPHE, CML; Habitação Social, PIMP



Blocos de Raúl Cerejeiro

Apesar de todo o planeamento inicial a verdade é que o conjunto de Chelas é o que até agora tem demonstrado piores resultados e correspondido menos às expectativas.

Um dos problemas que impossibilitaram o plano de ser bem sucedido foi a excessiva dimensão da zona, que levou a uma gestão mal conseguida, edifícios de habitação que ficaram prontos e sobreviveram durante anos sem o apoio dos equipamentos previstos, levando à insatisfação dos habitantes e consequentemente a uma degradação precoce. Como a “pantera cor-de-rosa”, que se manteve durante 20 anos com grandes deficiências de integração e só desde há poucos anos começou a viver melhor com os seus habitantes e as suas actividades, provavelmente devido a uma densificação recente e à melhoria do acabamento e equipamento de uma parte dos percursos urbanos que servem o grande edifício.

Outro problema foi o mau enquadramento global da concepção das várias “células” não houve continuidade na sua construção. Por último, houve o problema da excessiva concentração e da perigosa homogeneidade social, *“uma mistura social feita de uma esmagadora maioria de habitantes potencialmente problemáticos (...) e uma minoria de habitantes que parece terem de se dedicar a uma actividade de apoio e acompanhamento social dos vizinhos, o que naturalmente nunca aconteceu nem acontecerá”*²⁹.

Em Chelas houve edifícios em que os habitantes-alvo mudaram ou eram desconhecidos levando a uma inadequação entre os edifícios e as características socioculturais dos seus habitantes, e os edifícios são recorrentemente projectados como se fossem marcos na cidade levando a que se verifiquem situações de confronto entre as distintas propostas arquitectónicas em vez de integração.

*“O dimensionamento das três malhas que foram sendo planeadas – Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas – terá ditado a sorte de cada uma delas. Efectivamente, se a reduzida dimensão do primeiro permitiu um operação-relâmpago completa e por isso bem sucedida, já Olivais Sul ficou amputado da sua indispensável área central de serviços e Chelas arrasta-se ainda num processo de edificação desesperadamente lento e traumático. Verifica-se assim que faltou a esta ambiciosa sucessão de intervenções no território uma programação faseada que se tivesse traduzido em unidades de planeamento adequadamente dimensionadas.”*³⁰

29 _ Coelho, António Baptista; *INH 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*; p.59;

30 _ Pereira, Nuno Teotónio, in *INH 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*; p.59;

5.1.3 _ Outras Realizações Lisboaetas

O Bairro Padre Cruz, a Qta das Fonsecaas e o Bairro do Alto do Pina, são algumas das realizações do PIMP fora de Chelas. Os primeiros 2 são quarteirões-torre construídos em zonas pouco densas e periféricas da cidade, tornando a sua altura e densidade ainda mais gritantes. Apesar de ambos incorporarem alguns equipamentos a sua "sobrevivência" está um pouco ameaçada pela sua condição periférica. O Bairro Padre Cruz recebeu menção honrosa do Prémio INH de 1993, devido aos espaços públicos com materiais e plantas resistentes e com pouca necessidade de manutenção. O Bairro do Alto do Pina foi construído em zona urbana consolidada para realojamento de pessoas residentes em barracas no local.

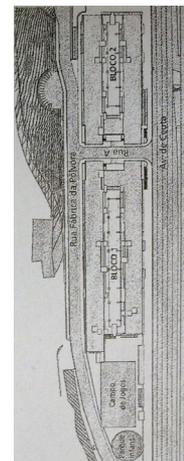


Bairro Padre Cruz, Arqto. M. Rosa Leirão e Sousa Afonso Qta das Fonsecaas, Arqto. Lídio Pelicano e Lourdes Rézio
Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54;



Alto do Pina, Arqto. José Gomes Teixeira, Mº João Trabucho, António Maia e João Gomes Teixeira
Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54;

O PER teve duas interessantes realizações em Lisboa. O realojamento na Av. de Ceuta para os habitantes de barracas do Casal Ventoso, com projecto de Carlos Marques e Vanda Moita. O conjunto foi acabado em 2000 e compreende 248 fogos distribuídos em duas bandas paralelas que definem entre si o espaço público, resguardado assim do ruído do trânsito. A distribuição é feita em galeria em torno do pátio mantendo-o vivo. O conjunto do PER na Graça, com projecto de Cristina Blanc e Lourdes Rézio, é interessante por ser uma pequena intervenção, tem apenas 38 fogos, no coração a cidade o que garantiu a sua automática integração. O conjunto ajuda à consolidação da cidade através do fechar do quarteirão e da criação no seu interior de um espaço verde para a zona.



Realojamento da Av. de Ceuta

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*



Conjunto na Graça

Fonte: CML: Departamento de Construção de Habitação nº54; Arquivo FCO

O conjunto de Calhariz de Benfica, com projecto de Ana Lúcia Barbosa e Manuel Pinto Ayres, foi finalizado em 2000. Este conjunto integra diversos grupos socioculturais tendo em atenção as suas características, por exemplo, ao determinar os pisos térreos para uma comunidade cigana. Compreende também uma zona comercial de modo a garantir vivência urbana e o seu aspecto exterior não denuncia o seu carácter social. Recebeu o Prémio INH em 1998.

Também na Qta da Bela Flor do Arqto. Nuno Maia Malta se deu atenção ao aspecto exterior dos edifícios que são revestidos a tijolo, material durável que não necessita de frequente manutenção. As praticas estão bem articuladas com a pequena escala dos edifícios, e também estas não necessitam de manutenção.



Conjunto de Calhariz de Benfica

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*



Quinta da Bela Flor

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*

5.1.4 _ Realizações no Porto

O conjunto social das Antas projectado por Camilo Cortesão e Associados e finalizado em 2001 foi muito bem conseguido pela sobriedade da arquitectura que lhe confere dignidade e identidade residencial. Foi muito bem integrado na malha da cidade e há grande interacção entre o edificado e o espaço exterior. O Conjunto Habitacional do Ilhéu do arquitecto Manuel Correia Fernandes foi finalizado em 2001 e recebeu menção honrosa do Prémio INH de 2002. Os seus aspectos mais positivos são a abundância de iluminação nas divisões e a sua identidade urbana conseguida pela tratamento diferenciado dos cantos e atravessamentos.



Conjunto Habitacional nas Antas

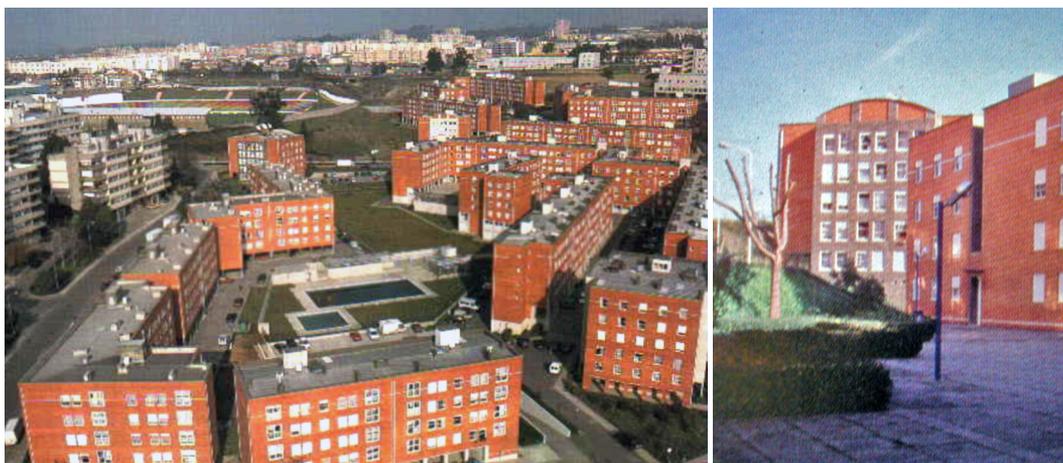
Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*



Conjunto Habitacional do Ilhéu

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*

O conjunto da Sra da Hora nas Azenhas de Cima foi construído pela Cooperativa As Sete Bicas com projecto de Pedro Ramalho e Luís Ramalho. A última fase de construção acabou em 1990 e o conjunto recebeu o Prémio INH de 1991. O complexo consegue criar, com diversidade, continuidade urbana. Houve grande cuidado na arquitectura paisagística com integração de elementos verdes e pólos de equipamento (piscinas) estrategicamente colocados de forma a serem acessíveis por todo o conjunto. Nos apartamentos as lavandarias têm uma grande janela evitando-se desta forma a "plantação de marquises" característica dos edifícios sociais. Os arranjos exteriores e os revestimentos (betão e tijolo) são duráveis, de forma que, 16 anos depois, mantêm-se sem marcas de degradação.



Conjunto Habitacional da Sra da Hora
Fonte: Matos, Fátima Loureiro; *A Habitação no Grande Porto*

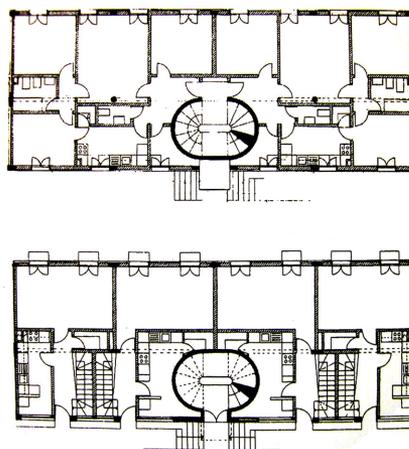


Conjunto Habitacional da Sra da Hora
Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*

O conjunto de Massarelos de Manuel Fernandes Sá e Francisco Barata foi atribuído em 1995 e recebeu o Prémio INH de 1996.

O conjunto situa-se a meia encosta, marca e remata a barreira. As esquinas e outras zonas singulares são marcadas e equipadas. "O conjunto parece ter estado sempre ali e retira todo o partido de uma paisagem natural e urbana única."³¹

A topografia proporcionou o desenvolvimento de uma tipologia que sobrepõe zonas de garagem, fogos duplex com acesso directo ao espaço público e conjuntos de 6 fogos com acesso por escada comum e sem acesso por elevador, aliando aspectos morfológicos de edifícios uni e multifamiliares. Os fogos são adaptáveis, apenas o núcleo húmido é fixo.



Conjunto Habitacional em Massarelos

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*



Conjunto Habitacional em Massarelos

Fonte: Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*

31 _ Coelho, António Baptista; *INH – 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*;

5.2 _ Reflexões

Este período foi extremamente rico a nível de modalidades, tipologias, experiências de habitação social.

As operações do SAAL são exemplos muito interessantes do fazer habitação social. Em primeiro lugar, devido ao seu carácter de emergência, foi possível dar resposta com grande rapidez. Depois, por terem sido constituídas brigadas multidisciplinares, tornando-se possível atender não só à qualidade arquitectónica dos conjuntos, mas também responder a outras vertentes das necessidades dos moradores. Também a decisão de manter os habitantes no mesmo local foi de grande importância ao permitir que não houvesse uma ruptura na vida desses habitantes, não tiveram de mudar de hábitos, nem de relações, nem sequer de percursos, ganharam simplesmente uma casa melhor. Embora seja importante referir que naturalmente que o carácter de emergência das operações e os poucos recursos disponíveis levaram em algumas situações a construções de fraca qualidade.

O caso de Chelas foi completamente diferente. Embora Chelas tenha também servido para alojar as pessoas que viviam no local, serviu também para alojar milhares de outras vindas de outros pontos. Além disso, o plano de Chelas tinha uma série de intenções, como uma interacção e integração activa na cidade, que pretendiam que Chelas se tornasse uma mais valia para a cidade, no entanto essas intenções não se chegaram a cumprir nunca.

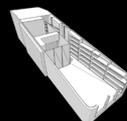
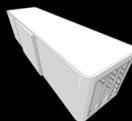
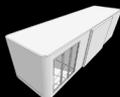
Chelas demorou demasiado tempo a ser construída e é demasiado grande para se conseguir uma eficaz integração de todos os elementos. Assim, é actualmente um gigantesco gueto localizado numa área privilegiada da cidade mas que não consegue tirar partido disso.

Não se conseguiu nunca a heterogeneidade social almejada, nem a implantação de serviços e equipamentos que servissem a cidade e assim Chelas é, actualmente, uma enorme área cheia de "caixotes" de cores vivas, numa tentativa vã de a tornar menos deprimente, inseridos num espaço que deveria ser verde.

Algumas das intervenções que pareceram mais bem conseguidas em Lisboa neste período foram, o conjunto do Alto do Pina, o da Graça, o de Calhariz de Benfica e a Quinta da Bela Flor. Sendo conjuntos exactamente opostos ao de Chelas,

isto é, pequenas ou médias intervenções em zonas de cidade consolidada, o que facilita grandemente o controlo do seu sucesso. Além disso, fornecem pela sua localização boas condições de transportes e facilidade de acesso a escolas, locais de emprego, locais comerciais diversificados e serviços. Outra das suas qualidades é terem geralmente acabamentos exteriores duráveis e que não denunciam facilmente o seu carácter social.

Nos conjuntos do Porto focados neste capítulo, sucede exactamente o mesmo que nestes últimos, sendo especialmente interessante o conjunto da Sra. da Hora em que, apesar da sua grande dimensão, se conseguiu realmente fazer cidade.



Capítulo 6
Ponto de Chegada para uma Nova Partida



Após esta "viagem" pela produção de habitação social dos últimos 200 anos podemos verificar que este é um problema essencialmente urbano. O que é facilmente compreensível, uma vez que, a concentração dos meios de produção, da força de trabalho, do mercado consumidor, das infra-estruturas e dos serviços, exerce uma grande atracção sobre a população.

Os casos mais graves de carência habitacional em Portugal concentram-se em Lisboa e Porto, devido à inexistência de outros pólos urbanos de médio porte que sejam capazes de reter significativamente as populações deslocadas dos campos ou até a sua própria. Assim verifica-se uma intensa procura de Lisboa e Porto já não só por uma população rural em busca de melhor qualidade de vida, mas também por uma população já de si urbana que encontra nestes dois pólos melhores hipóteses de êxito que não existem nas cidades de menor porte.

Com este estudo verificou-se que a migração dos espaços rurais para os dois principais centros tem sido ininterrupta agravando continuamente o problema da falta de habitação. Durante os últimos 30 anos a situação tem-se tornado ainda mais complicada devido à imigração oriunda principalmente dos PALOP's, Brasil e mais recentemente da Europa de Leste. No final de 2002 havia em Portugal 438.699 imigrantes legalizados e estimavam-se cerca de 200.000 clandestinos¹. Também estes imigrantes se fixaram principalmente no Porto e mais acentuadamente ainda em Lisboa, só os imigrantes de Leste têm uma presença relevante nas zonas rurais.

A ausência de políticas eficazes de controlo de imigração e de estímulo ao desenvolvimento e permanência nos espaços rurais e pequenas e médias urbes tem permitido, quase se pode dizer que estimulado, a excessiva concentração de pessoas de fracos recursos nestas duas cidades. Estas pessoas ao chegarem às cidades e não encontrando habitações adequadas às suas possibilidades vêm-se forçadas a providenciar formas alternativas de habitação dando assim origem aos aglomerados de barracas sem as mínimas condições de habitabilidade.

A maioria destes aglomerados de barracas localiza-se actualmente nos concelhos das áreas metropolitanas em torno da cidade central, e naturalmente que, inúmeros bairros de realojamento e bairros sociais em geral, têm sido construídos

1 _ Dados retirados de <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2.htm>;

nestes concelhos. Assim já não se pode falar apenas da questão lisboeta ou portuense, o problema ganhou uma nova dimensão, estendendo-se a toda a área metropolitana e vivendo da cidade central e para ela. Esta realidade gera deslocamentos pendulares diárias, da cidade-dormitório, vazia durante o dia, para a cidade-mãe onde tudo se passa. O problema tornou-se assim muito mais complexo, difícil de gerir, exigindo medidas urgentes e eficazes que travem este descontrolo, esta segmentação da cidade.

Nas cidades mais pequenas o problema da habitação para os estratos mais baixos está, de um modo geral, bem resolvido, está pelo menos controlado, pois pela sua dimensão é muito mais fácil conhecer, controlar e resolver as situações. Nas duas grandes cidades, apesar de todas as políticas e modalidades de habitação social experimentadas, não se conseguiu nunca a resolução satisfatória, e muito menos definitiva, do problema.

Um dos factores que tem impedido a definitiva resolução deste problema tem sido a morosidade de acção das políticas de habitação. Exceptuando o caso do SAAL, todas as políticas de habitação têm demorado anos a mostrar resultados. Esta demora conduz à sensação de ciclo, de situação nunca superada, à medida que alguns dos casos são resolvidos novos estão continuamente a aparecer. Veja-se o exemplo do PER criado há 13 anos para erradicar as barracas nas áreas metropolitanas. Após todo este tempo, nem todas as famílias recenseadas em 1993 foram realojadas estimando-se em 2001 a existência ainda de 7.000 barracas em Lisboa e Porto². De certa forma conseguiu-se realmente alguns resultados positivos, diminuiu-se significativamente o número de barracas nas duas áreas metropolitanas, passando-se de 42.075 barracas em 1993 para cerca de 7.000 em 2001, mas não se conseguiu ainda a sua total erradicação, como era objectivo do programa.

Na maioria dos casos as barracas foram arrasadas logo após o realojamento das famílias, mas nos casos em que as barracas não foram logo demolidas muitas das famílias venderam-nas, ilegalmente claro, a outros imigrantes não abrangidos pelo programa. Agora as câmaras municipais pretendem demolir as barracas dos realojados e os seus novos ocupantes têm ficado simplesmente sem tecto, as câmaras oferecem apoios sociais, mas a nível de habitação não há nenhuma estratégia definida para estes "sem-abrigo", que irão naturalmente sobreocupar

2 _ Dados retirados de www.ine.pt;

a barraca de um vizinho enquanto se preparam para construir uma nova num outro qualquer aglomerado.

Foi esta situação que sucedeu recentemente na Azinhaga dos Besouros na Amadora. Os habitantes abrangidos pelo PER foram realojados em finais de 2004, mas as barracas só começaram a ser demolidas em Agosto deste ano, para deixar o terreno livre para a construção do prolongamento da CRIL. As barracas tinham agora novos habitantes para os quais nada foi previsto deixando-os simplesmente desalojados³.

Embora o PER e o PIMP tenham conseguido reduzir grandemente o número de barracas, criaram novos problemas nas cidades, devido à demora na entrega dos fogos e ao realojamento massivo de milhares de famílias de características socioeconómicas semelhantes em bairros imensos, segregados, sem capacidade de desenvolvimento, constituindo verdadeiros viveiros de novos problemas nefastos para as próprias cidades.

Os bairros acabam por funcionar como dormitórios e nunca como parte integrante da cidade. Estão afastados dos pólos de serviços estatais, levando a uma diferenciação social e espacial de acessibilidade aos bens públicos que se traduz em diferentes custos, devido às deslocações necessárias à sua obtenção, o que no limite contraria o princípio de igualdade dos direitos.

Os bairros de alojamento ou realojamento construídos nos últimos anos estão geralmente isolados ou afastados em relação à malha urbana principal, o que traz inevitavelmente problemas de acessibilidades, tanto a nível de estradas como de transportes públicos, que são normalmente pouco variados e com horários inadequados, como a sua quase inexistência aos fins-de-semana. Estes factores associados à função exclusivamente residencial e aos poucos equipamentos, transformam estas zonas em bairros-dormitório sem vida própria. São zonas de descontinuidade da cidade, os “buracos a evitar” impedindo, pelas suas características, o desenvolvimento do comércio ou a implantação de escritórios, como que condenando-as a um isolamento definitivo e conseqüentemente, a uma degradação previsível.

Esta realidade resultou da falta de amadurecimento do planeamento, da pressa em construir rapidamente milhares de alojamentos em edifícios de excessiva altura, cujo desenho arquitectónico é geralmente monótono, sem identidade,

3 _ Diário de Notícias; http://dn.sapo.pt/2006/08/23/cidades/demolições_barracas_poem_pessoas_ua.html;

espelha a racionalidade económica e dá aos edifícios um aspecto institucional. Com toda esta "pressa" os espaços públicos, que deveriam ser zonas verdes atractivas para a sociabilização, são muitas vezes deixados para acabamento posterior, tornando-se rapidamente depósitos de lixo. Estes aspectos criam nos próprios moradores uma imagem negativa e uma grande insatisfação com o bairro, uma clara não identificação com o seu espaço de residência levando por vezes a reacções de rejeição e de revolta, e claro, a uma degradação precoce. Esta degradação para além de ser fruto do desinteresse pelo bairro é também ajudada pela frequentemente difícil e dispendiosa manutenção, desadequada ao modo de vida previsível.

Os beneficiários das habitações sociais correspondem normalmente a grupos sociais com baixa escolaridade, acentuadas carências económicas e problemas de inserção social e urbana. O conjunto de condicionantes e carências a que alguns destes grupos, especialmente os da periferia das áreas metropolitanas, estão expostos diariamente propiciam a pobreza crónica, a desagregação familiar, o consumo de droga e álcool o que, associado a situações de desemprego de longa duração e inactividade juvenil, cria nefastos estímulos mútuos e propicia o surgimento de actividades marginais ou ilícitas como o tráfico de droga, a prostituição e o roubo. Estas ocorrências tornam-se evidentes nas condições de abandono, insegurança, vandalismo e degradação ambiental fortemente reflectidas no espaço público e nos edifícios residenciais.

Neste quadro socialmente problemático geram-se climas sociopsicológicos negativos com perda de auto-estima e apreço pelo espaço de residência. Este clima acentua uma visão pessimista face ao passado e ao futuro e leva à aceitação da pobreza como se fosse o destino, como estigma cultural impossível de vencer. *"A existência de uma imagem desvalorizada do bairro é um factor muito sentido por populações em dificuldade social, que interiorizam, dessa imagem aspectos como a ausência de equipamentos e a fraca presença dos serviços públicos. Trata-se de um sentimento de abandono e exclusão concretizado, por vezes, no chamado "delito de morada", capaz de prejudicar, fortemente, eventuais boas qualificações pessoais."*⁴

Esta excessiva concentração nas periferias urbanas de grandes massas de população, não completa ou dignamente integradas na cidade, isto é, sem a

diversidade socio-económica e funcional que faz cidade, leva naturalmente à agudização dos conflitos e tensões nas relações sociais, fomentando situações de revolta.

Portugal pode estar ainda longe de situações como as que aconteceram no início deste ano em Paris, quando jovens dos bairros sociais periféricos incendiaram edifícios e automóveis num acto de revolta contra a marginalização a que se sentem votados. Os revoltosos não são normalmente os imigrantes acabados de chegar às cidades, esses estão conformados com a sua "sorte", é normalmente a segunda geração que se revolta. Os jovens desta geração nasceram já na cidade, pertencem-lhe, no entanto sentem-se estigmatizados como se fossem estrangeiros, como se não pertencessem ali, não sentem estar em igualdade de oportunidades, sentem-se os renegados. É necessário prever as condições que levam a este tipo de situação de modo a serem evitadas antes de ocorrerem.

Este é claro um problema muito complexo, e a arquitectura por si só não pode solucioná-lo, mas ao serem projectados estes bairros devem ser planeadas cuidadosamente as questões de acessibilidade e continuidade urbana e os arranjos e vitalização dos espaços públicos, de forma a que em cada conjunto social se construa um pouco mais de cidade e se acabe de vez com o realojamento de um gueto para outro.

6.1 _ Estratégia

Antes sequer de se iniciar a construção de novos bairros sociais deveriam primeiro ser aproveitados todos os recursos possíveis existentes na cidade, como fogos desocupados e devolutos que pudessem ser reabilitados, iniciando-se uma densificação, não necessariamente de construção mas de habitantes, contribuindo para a concentração de pessoas e serviços em vez de se continuar a fugir do valor dos terrenos levando a cidade cada vez para mais longe sem que isso seja a resposta necessária à saturação da cidade em si.

Desta forma poder-se-ia constituir um alargado e diversificado conjunto de habitações sociais diluídas pela cidade, pois *“mais do que um problema de insuficiência de construção, o défice habitacional é devido a uma falha de oferta de habitação adequada e acessível aos diferentes estratos de rendimento, a qual está associada ao bloqueio das escolhas do regime de ocupação de habitação por parte das famílias portuguesas.”*⁵ Isto ajudaria a evitar a necessidade das famílias de procurar soluções “informais” para o seu problema habitacional, favoreceria a unidade da cidade e propiciaria melhor qualidade de vida aos habitantes destes fogos pela proximidade a todas as ofertas da cidade e ao local de trabalho.

Nesse sentido, e um pouco à semelhança do que aconteceu com as Ilhas e Vilas, dever-se-ia considerar a hipótese de construir nas áreas ainda vazias dentro da cidade consolidada, nos terrenos baldios ou expectantes, contribuindo para a densificação e coesão da cidade, e resolvendo à partida o problema do isolamento a que os bairros sociais estão actualmente votados, garantindo à partida a mesclagem social e física. Intervir em áreas urbanas consolidadas com conjuntos habitacionais de pequena ou média dimensão torna muito mais fácil garantir a sua integração e até papel activo e positivo na construção de cidade, pois quanto maiores forem os conjuntos sociais mais difícil é o seu controlo e mais facilmente se geram os sentimentos de revolta contra o bairro devido ao elevado número de habitantes em semelhante situação socioeconómica. A localização e a dimensão dos conjuntos de habitação social são a primeira e mais importante decisão para o seu sucesso.

Tanto na periferia como dentro das cidades os conjuntos de habitação social

5 _ Neves, Vítor; *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*; p.29;

devem ser sempre planeados como prolongamentos da cidade, deve haver uma conjugação entre a habitação social e habitação para uma grande diversidade de outros residentes, tanto a nível económico, etário, de dimensões de agregados familiares e de estatutos profissionais. Conjugada claro com serviços e equipamentos que garantam o dinamismo, desenvolvimento e interacção da zona com o resto da cidade. Pois *“a habitação apenas se torna, realmente, o espaço doméstico de cada um (a nossa casa) desde que a relação que com ela é estabelecida se possa prolongar na construção de uma relação com a envolvente e com a colectividade.”*⁶ Ou seja, o espaço residencial deve servir como base de uma vida quotidiana equilibrada e não como um elo fragilizador de relações e oportunidades, as suas características devem favorecer a ascensão social em vez da “pobreza crónica”.

Estas áreas devem favorecer o desenvolvimento urbano através de uma mesclagem funcional, cultural e social e de um desenvolvimento completo das acessibilidades logo no início da construção. Deve-se sempre ter também em atenção a proximidade, ou necessidade de edificação, de escolas, de equipamentos de ocupação de tempos livres para os vários grupos etários, redes de transportes e distância aos locais de emprego. Tal como se fez em Alvalade que 50 anos após a sua construção é ainda o paradigma de área de expansão de cidade verdadeiramente integrada, contemplando tanto a habitação social como todas as outras componentes que fazem urbanidade.

Na conjugação de todos estes componentes os elementos sociais não devem nunca espelhar o seu carácter social, devem fundir-se na imagem de cidade que se construiu de modo a não constituir espaços estigmatizados. Durante os últimos 20 anos têm-se pintado os bairros sociais de cores garridas, na tentativa de contrariar o seu habitual aspecto cinzento, de os tornar mais alegres e convidativos. Embora haja certamente intervenções bem conseguidas, normalmente este tipo de intervenção confere aos conjuntos apenas um ar “apalhaçado” chamando claramente a atenção e marcando-o como “O Bairro Social”.

Os espaços exteriores públicos devem também ser acabados na mesma altura em que são acabadas as construções e devem ser convidativos à sua utilização, oferecendo condições para o convívio e o desporto, pois o facto de as pessoas os usarem em vez de se fecharem na habitação é muito importante para o aumento

6 _ LNEC; *Gestão Integrada de Parques Habitacionais de Arrendamento Público*; p.95;

das condições de segurança do espaço residencial e, no caso do desporto, é uma forma de oferecer alternativas aos jovens em relação ao consumo de drogas e actos marginais.

No aspecto exterior destes conjuntos a vegetação tem um papel muito importante, e o conjunto deve privilegiar materiais e soluções duráveis e de fácil manutenção de modo a impedir a sua degradação. Além disso, as soluções arquitectónicas devem procurar ter um aspecto digno e diversificado, para que as pessoas se sintam identificadas com a casa e não a vejam apenas como “*“uma janela” na imensidão anónima de uma fachada*”⁷.

É de grande importância, sempre que possível, conhecer as pessoas para quem se destinam as habitações de modo a que estas respondam às suas necessidades e aspirações. É impensável alojar uma comunidade de ciganos, por exemplo, num prédio de 20 andares sem varandas e sem espaços livres que estes possam usar na sua habitual vida em comunidade.

O meio arquitectónico deverá facilitar os encontros casuais mas sem os coagir, preservando ao mesmo tempo a intimidade do lar, pois enquanto os estratos sociais mais altos criam a sua rede de relações por toda a cidade, já as classes mais baixas estão geralmente confinadas às relações de vizinhança. “*A mulher operária vive num clima de enorme solidão e aproveita todas as condições de encontro com as vizinhas quer com o pretexto de descanso, quer para solicitar ajudas. Os patamares e acessos em geral, o equipamento comum do prédio, se o há, as próprias varandas e janelas tornam-se então locais de paragem e de relação.*”⁸ Também as crianças desempenham muitas vezes um papel muito importante na aproximação de famílias vizinhas, assim os conjuntos sociais devem ter espaços ao ar livre onde as crianças possam brincar afastadas das ruas e de fácil controlo por parte dos pais.

Os equipamentos sociais, ou outros, devem ser diversificados e podem também contribuir no fomento destes relacionamentos. Uma opção pode ser, por exemplo, a criação de hortas urbanas.

Com a revolução industrial o campo foi remetido para longe das cidades mas lentamente tem-se vindo a “infiltrar” nestas, provocando uma espécie de retorno do campo para a cidade. Este fenómeno verifica-se em muitas cidades e em alguns casos tem sido mesmo incentivado como em Paris. Shangai e Pequim, por

7 _ Portas, Nuno; *A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*; p.103;

8 _ Portas, Nuno; *A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*; p.110;

exemplo, são mesmo auto-suficientes a nível de produtos frescos diários.

Em Lisboa as hortas urbanas tinham sido já estimuladas com os bairros de casas económicas, e depois disso muitas mais apareceram "espontaneamente", são normalmente cultivadas por pessoas que vieram do meio rural, permitindo-lhes desta forma manter uma ligação às suas raízes e ajudá-las na adaptação ao novo espaço de habitação. Em Lisboa as hortas localizam-se especialmente junto a bairros de lata ou zonas degradadas, ou junto a bairros sociais, mas em qualquer dos casos em terrenos expectantes para urbanização, que desta forma não se tornam lixeiras enquanto não são urbanizados. A câmara municipal de Lisboa fez mesmo uma experiência bem sucedida, parcelou uma zona junto à estrada marginal em Pedrouços e arrendou as parcelas a título não precário com proibição de construir, houve grande procura e foram rapidamente atribuídas. No Porto há mesmo hortas urbanas comunitárias, a Horta de Aldoar e a Horta da Condomínio, que colaboram com a Lipor no tratamento do lixo orgânico para a constituição de adubos naturais.

As hortas contribuem fortemente para a constituição de relações. *"Ao contrário das grandes explorações agrícolas industriais, onde só se vêem cultivos mas nunca agricultores, nas hortas, sejam elas singulares, familiares, colectivas ou sociais, e nas explorações agrícolas de pequena e média dimensão, a presença quase diária do hortelão é fonte de coesão social, tornando-as lugares favoráveis ao encontro e à partilha."*⁹

As pessoas que normalmente se ocupam desta actividade são os reformados,



Hortas urbanas em Lisboa, 1985

Fonte: Sociedade e Território, nº3; Arquitectura e Vida, nº 68

Horta em Chelas

9 _ Correia, Daniela; Vauléon, Yann-Fanch; *Agricultura Urbana*, in *Arquitectura e Vida*, nº 68; p.72;

que têm bastante tempo livre e encontram na horticultura continuação da vida activa. A horta funciona como complemento económico, uma maneira lucrativa de ocupar os tempos livres, quando as parcelas são pequenas a produção serve só para uso próprio, mas quando organizadas em cooperativa podem mesmo abastecer os mercados locais.

Este é um exemplo de equipamento que pode contribuir tanto para o relacionamento entre vizinhos como para uma utilização activa do espaço colectivo mantendo-o continuamente arranjado, ou seja, sem necessidade de outra forma de manutenção.

Equipamentos com estas características podem, e devem, ser previstos na elaboração de projectos sociais, isto é, devem potenciar as relações entre habitantes e ter a capacidade de oferecer formas activas para a sua utilização.

A nível da habitação em si deve-se tentar que as áreas não sejam demasiado reduzidas, afinal estas famílias passam a maior parte do seu tempo livre em casa. Assim a habitação deve ter áreas que permitam à família a realização das suas actividades de forma desafogada e uma coexistência harmoniosa. As casas devem também, sempre que possível, ser evolutivas, isto é, permitir a modificação do espaço-casa à medida que as necessidades da família aumentam e depois diminuem. E devem ser feitas várias tipologias de fogos, pois a família tradicional tem-se vindo a alterar havendo cada vez mais famílias monoparentais, casais sem filhos e pessoas isoladas, divorciados, jovens ou idosos.

A arquitectura e construção dos edifícios deve ser sempre de boa qualidade. O bom isolamento térmico e sonoro é fundamental para a qualidade da habitação. O seu desenho, a forma como se relaciona com a envolvente e o seu aspecto exterior podem ser determinantes para o sucesso do conjunto e a sua integração com a envolvente.

É urgente alterar os moldes em que tem sido feita a habitação social, é urgente que se debata e partilhe conhecimentos e experiências de forma a criar conjuntos que contribuam para a melhor qualidade de vida dos habitantes e das cidades.

6.2 _ Reflexão prática, um possível caminho

A proposta em seguida apresentada não pretende assumir-se como o remédio universal para a resolução do problema da falta de habitação ou para a forma como é feita a habitação social. Pretende no entanto, constituir uma possível resposta para este problema, um caminho diverso que não foi ainda experimentado e que após todo este estudo parece ter hipóteses de ser bem sucedido.

O primeiro ponto que esta proposta tenta resolver é a emergência da situação, a necessidade de responder rapidamente a um problema que não pára de crescer. Neste sentido são propostos módulos baseados na dimensão máxima dos contentores marítimos e ferroviários (12x3,2x3m). Estes módulos são construídos em fábrica, standardizados, permitindo-lhes assim ter uma construção muito mais rápida e um custo mais baixo do que a construção comum. Enquanto os módulos estão a ser construídos pode-se estar simultaneamente a preparar o terreno que os irá receber. Ou seja, ao mesmo tempo em que estão a ser construídas as infra-estruturas viárias, de saneamento, água, gás etc., estão também a ser construídas as habitações, de modo que o tempo total necessário para a conclusão do conjunto vê-se assim consideravelmente reduzido.

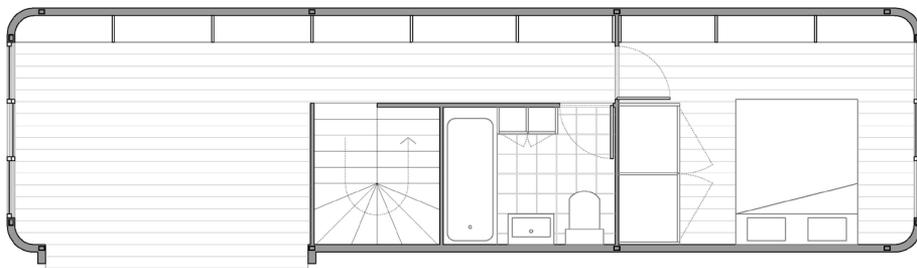
As dimensões dos módulos permitem que o transporte destes, desde a fábrica até ao local, possa ser feito de diferentes formas, por cargueiros, comboio ou camião TIR. Assim permite também uma mobilidade posterior, isto é, uma pessoa que possua uma destas habitações tem uma liberdade de movimentos que a posse de uma casa comum não permite. Muitas vezes as pessoas vêm-se constringidas a permanecer no local de residência e a recusar hipóteses de habitar e trabalhar noutros locais pelo facto de estarem a pagar a sua casa, social ou não, ou pela insegurança de não saberem se no novo local terão facilidade em encontrar uma casa adequada às suas posses. Se houver estruturas em vários locais que possam acolher este tipo de habitação ganha-se uma possibilidade de mobilidade que pode ser muito benéfica para a sociedade contemporânea, cada vez mais nómada. Naturalmente que pelas suas características não é fácil uma mobilidade contínua, de curtos espaços de tempo, responde no entanto satisfatoriamente a situações de mobilidade pontual para habitar espaços por um tempo relativamente longo. Além disso, o facto de ser possível migrar e transportar

a casa consigo permite também uma mais fácil adaptação ao novo local de habitação. O facto de as pessoas poderem transportar um espaço que é seu, com o qual se sentem já identificados, ajuda a que se sintam mais enraizados na nova morada, menos desorientados.

Foram projectados 4 tipos de módulos habitacionais com especial atenção à sua capacidade de se adaptarem a diferentes espaços e de se poderem agrupar de forma a constituir variados tipos de habitações. A estrutura dos módulos permite a abertura de janelas nas duas fachadas menores ou nos extremos das fachadas maiores. O núcleo central contém a entrada, de forma a minimizar o espaço utilizado em circulações e maximizar as áreas das divisões, e contém também as



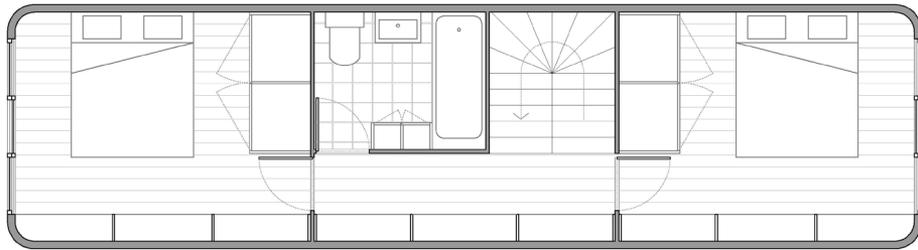
Módulo 1
Escala 1:100



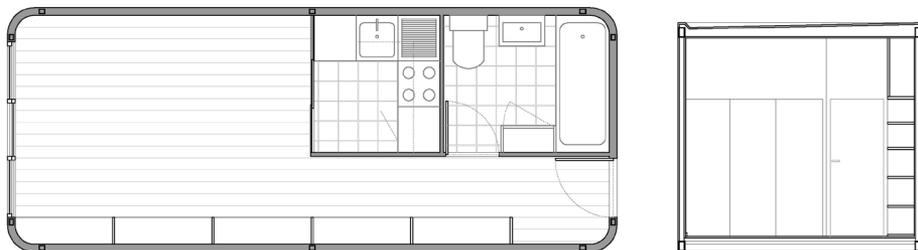
Módulo 2
Escala 1:100

zonas húmidas concentrando naquele espaço de fachada as couretes.

O Módulo 1 é o módulo base, tem um quarto, cozinha e casa-de-banho e a este pode-se associar o Módulo 2, com ampliação de sala, quarto, casa-de-banho, e um espaço que pode servir de arrumo ou receber as escadas para associação com o Módulo 3, sobreposto ao 2. O Módulo 3 tem mais dois quartos e uma casa-de-banho. Por último, temos o Módulo 4, um T_0 com cozinha e casa-de-banho. A sua acoplação, para além de permitir à partida uma variedade de tipos de habitação, possibilita também a evolução da casa à medida que a família cresce e depois diminui, podendo-se adquirir módulos à medida que as necessidades aumentam e retirá-los quando estas diminuem.



Módulo 3
Escala 1:100

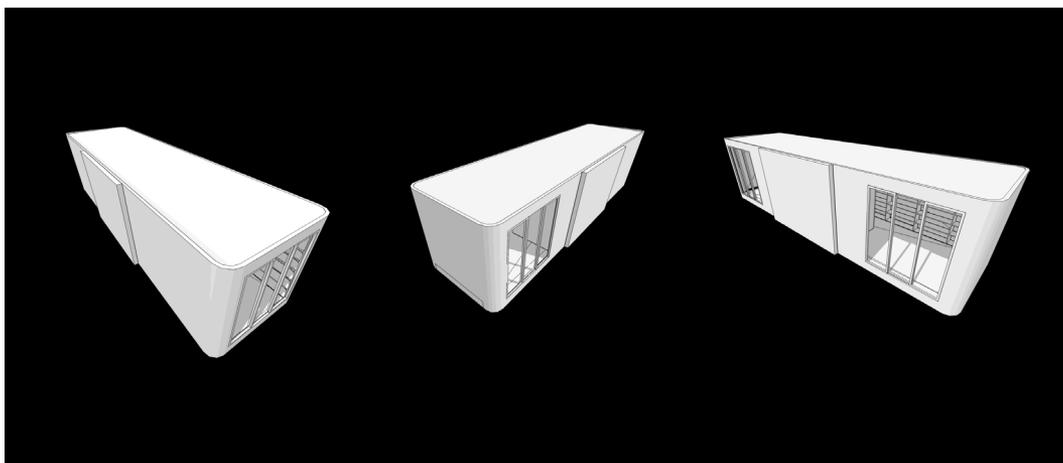


Módulo 4
Escala 1:100

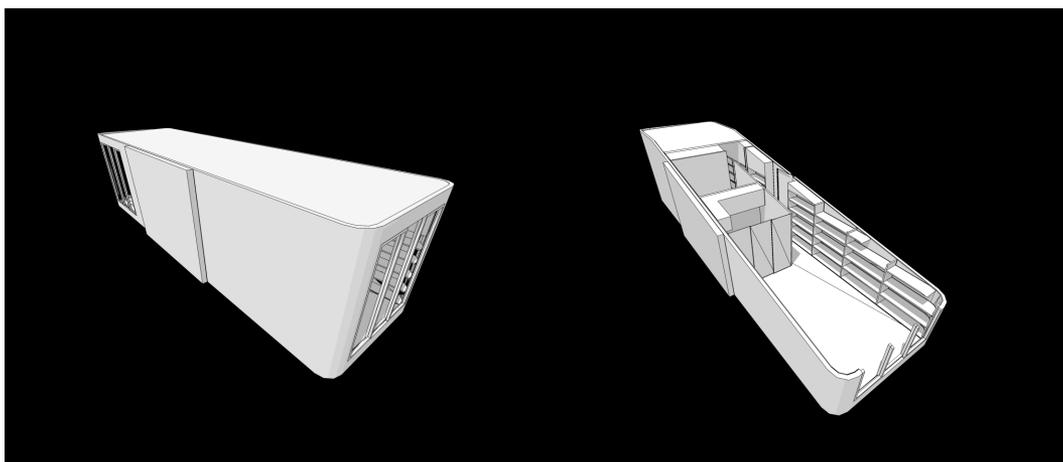
Corte transversal

As paredes são constituídas, do exterior para o interior, por um revestimento plástico (20 mm), seguido de um painel de isolamento térmico (20 mm), no centro um painel de isolamento acústico (20 mm), seguido do resistente ao fogo (20 mm) e por último um painel de acabamento interior (20 mm). Todos os painéis são colados uns aos outros, tipo sandwich formando uma unidade auto-portante apoiada na estrutura metálica do módulo. O chão e o tecto são constituídos por aglomerados semelhantes aos das paredes. O revestimento plástico pode ter diversas cores e a sua manutenção é de grande facilidade, é muito resistente e pode ser simplesmente lavado pelos próprios habitantes. Parte do mobiliário pode vir de origem e concentra-se junto às paredes de modo a libertar ao máximo a área das divisões.

Este tipo de habitação modular tem uma grande versatilidade, permite uma



Diferentes hipóteses de abrir janelas nos módulos



Diferentes hipóteses de abrir janelas nos módulos

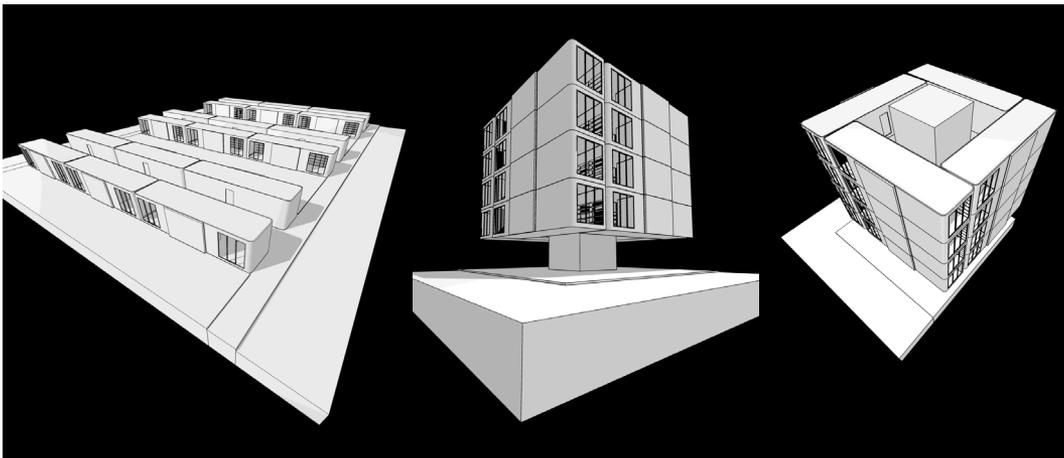
Interior do Módulo 1

grande variedade de agrupamentos podendo-se adaptar a variados terrenos e situações, ou até ser colocados sobre coberturas de edifícios existentes, estaleiros de obra, etc. Este tipo de habitação tem ainda uma outra qualidade, pode ser utilizado em situações de emergência, como por exemplo em casos de desalojamento devido a catástrofes naturais, terremotos, incêndios, cheias, etc. Pela sua forma possibilita um fácil armazenamento, podendo-se constituir "stocks" de módulos para situações deste género, ou mesmo simplesmente pela sua standardização que permite uma rápida construção quando necessário. O seu armazenamento e colocação em altura pode ser feita da mesma forma que se faz em portos marítimos, a sua estrutura permite-lhes suste até 3 módulos sobre eles sem ser necessário uma estrutura adicional, e a sua colocação pode ser feita por uma empilhadora.

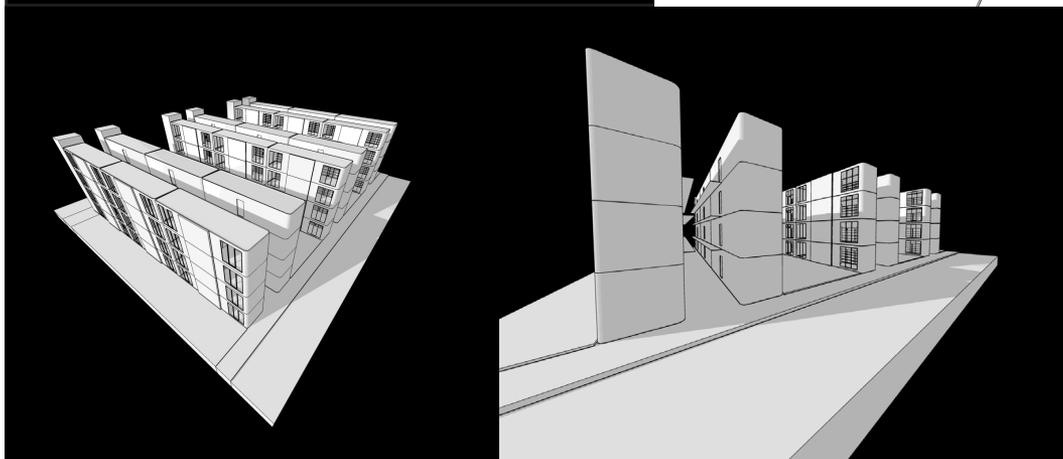
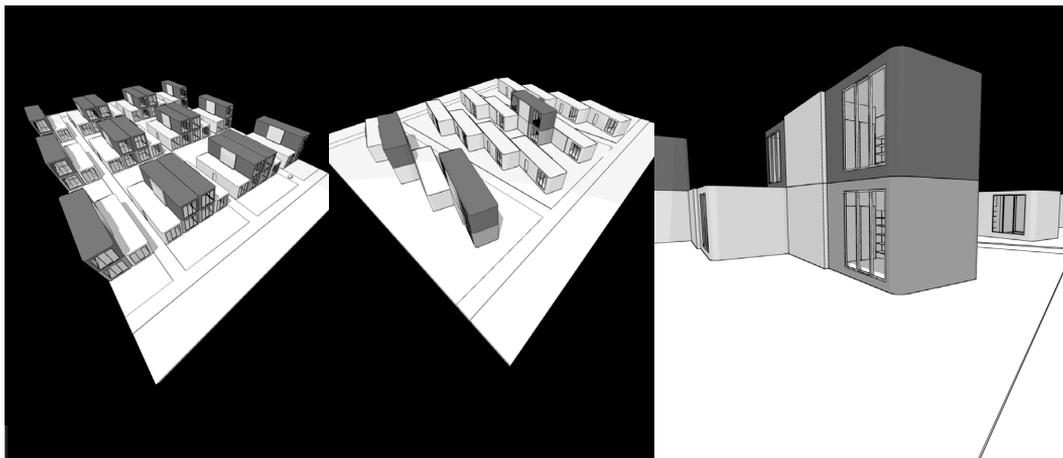


Contentores no porto de Lisboa
Fonte: Arquivo FCO

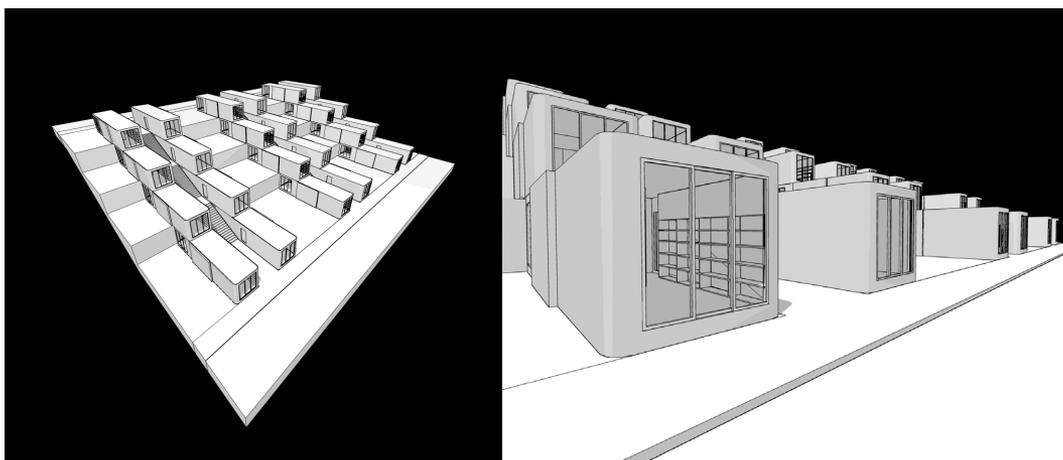
Empilhadora a colocar contentores num camião TIR



Variadas formas de associação dos módulos em diferentes terrenos



Variadas formas de associação dos módulos em diferentes terrenos



Variadas formas de associação dos módulos em diferentes terrenos

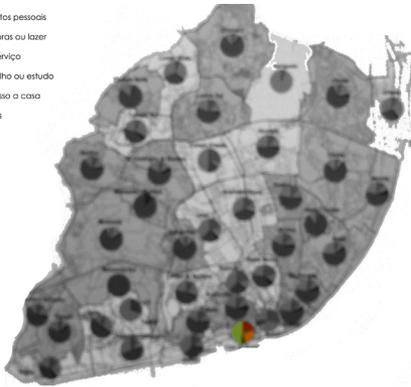
6.3 _ Proposta virtual

Chegamos finalmente à proposta para um local específico. A cidade que propomos acolher esta solução é naturalmente Lisboa, aquela que revelou desde sempre em Portugal maior número de casos a exigir urgência de resposta.

Assim, foi escolhido um terreno vazio numa área para onde se deslocam diariamente grande número de pessoas para trabalhar, estudar, etc.

O terreno situa-se junto à Av. 24 de Julho, próximo do Cais do Sodré. É uma área do centro da cidade muito bem servida a nível de transportes e naturalmente uma excelente zona para habitar pela sua proximidade a tudo. É naturalmente

- assuntos pessoais
- compras ou lazer
- em serviço
- trabalho ou estudo
- regresso a casa
- outros



Motivos das viagens com extremo em Lisboa
Fonte: Lisboa, o desafio da Mobilidade; Arquivo FCO

Vista do Terreno



Terreno de proposta
Fonte: Arquivo FCO

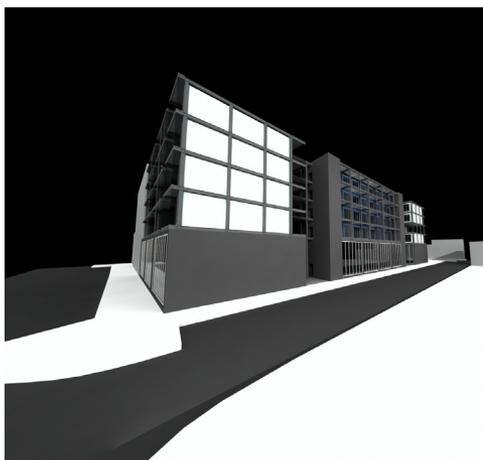
uma zona cara, mas esta proposta pretende exactamente provocar a situação actual, ainda que soe utópico, uma vez que continuando a fugir do preço dos terrenos como se tem feito até aqui, criam-se situações que a longo prazo são maléficas para as próprias cidades.

Esta é uma área em que a mesclagem social e funcional está já realizada, mas mesmo o próprio conjunto pretende acolher vários tipos de habitantes para além dos casos mais "sociais", como estudantes, casais jovens, etc.

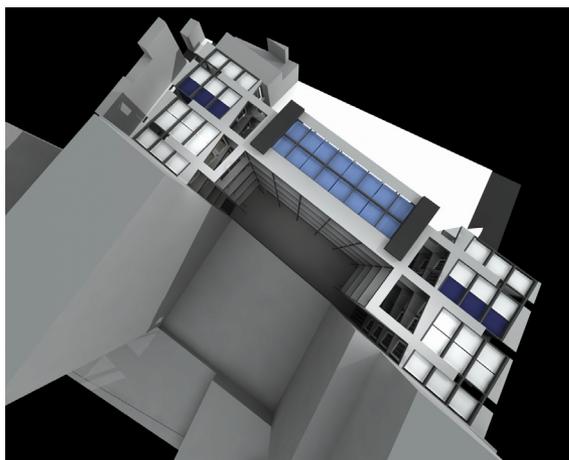
A proposta pretende fechar a lateral do quarteirão com um conjunto que possa ser uma mais-valia para a zona. A volumetria permite fluidez de movimentos e relações entre o espaço interno do conjunto e o espaço exterior, pela disposição dos três volumes, separados uns dos outros, e pelo piso térreo de comércio ou serviços, que tem acesso tanto por fora como por dentro do conjunto, numa tentativa de dinamizar o espaço e dar-lhe vida.

Os espaços comerciais podem ser utilizados de forma a diminuir o custo da iniciativa, comércio, empresas ou serviços, poderiam alojar-se aqui comprando ou arrendando o espaço de modo a diminuir o custo para o empreendimento social. Estes espaços são amplos permitindo uma compartimentação livre por quem os ocupe.

No interior do espaço delimitado pelos 3 volumes foi criado um pomar, e em todos os andares existem grandes vasos que podem acolher pequenas hortas ou outras plantas, tentando provocar uma actividade ao ar livre que facilite o contacto



Vista lateral



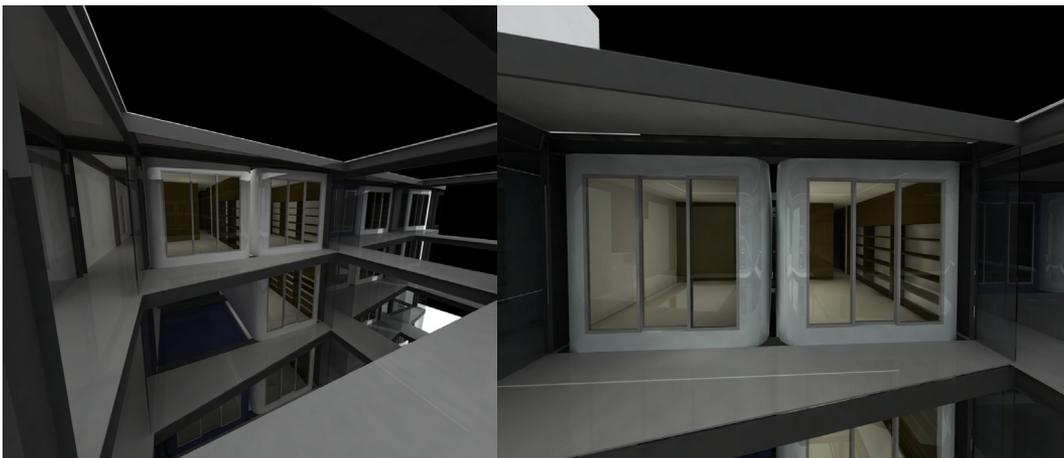
Vista de cima

entre vizinhos. Também nesse sentido a distribuição em todos os andares é feita em galeria, facilita as relações entre vizinhos, permite vigiar as crianças ou o que quer que se passe no espaço interno central. As galerias comunicam com apenas duas caixas de escadas e elevadores que servem todo o conjunto, ajudando à economia da solução.

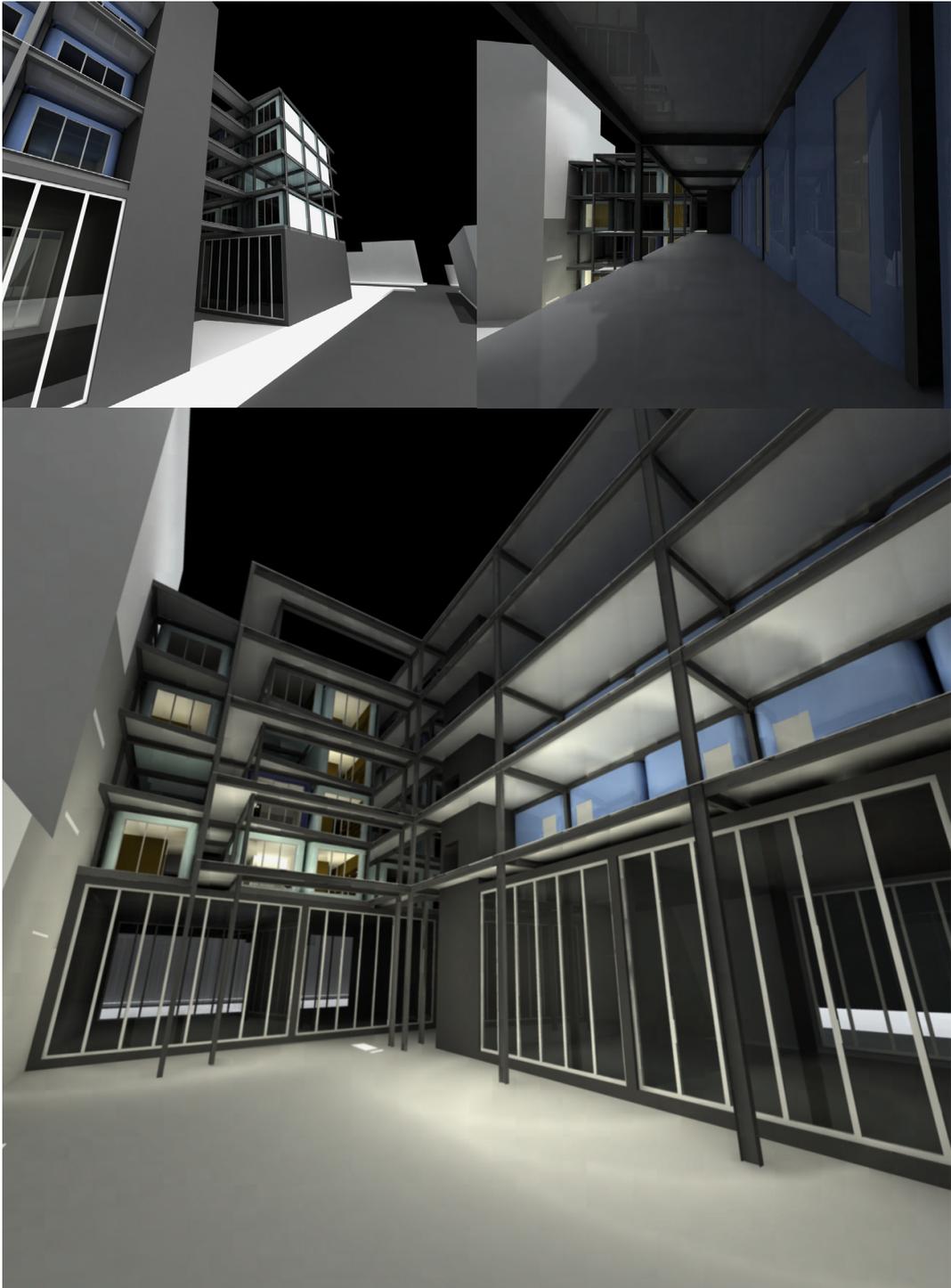
As caixas de acessos verticais e o piso térreo de comércio são de betão marcando claramente o seu carácter de permanência em oposição aos módulos. Os módulos encaixam numa estrutura de ferro, como gavetas, de modo a facilitar a sua colocação e remoção. Assim, se for necessário retirar um módulo do 1º andar não é preciso retirar os que estão sobre ele como sucederia se estivessem simplesmente apoiados uns nos outros. Além disso, o facto de a estrutura dos módulos se inserir numa outra estrutura melhora consideravelmente a insonorização entre apartamentos.

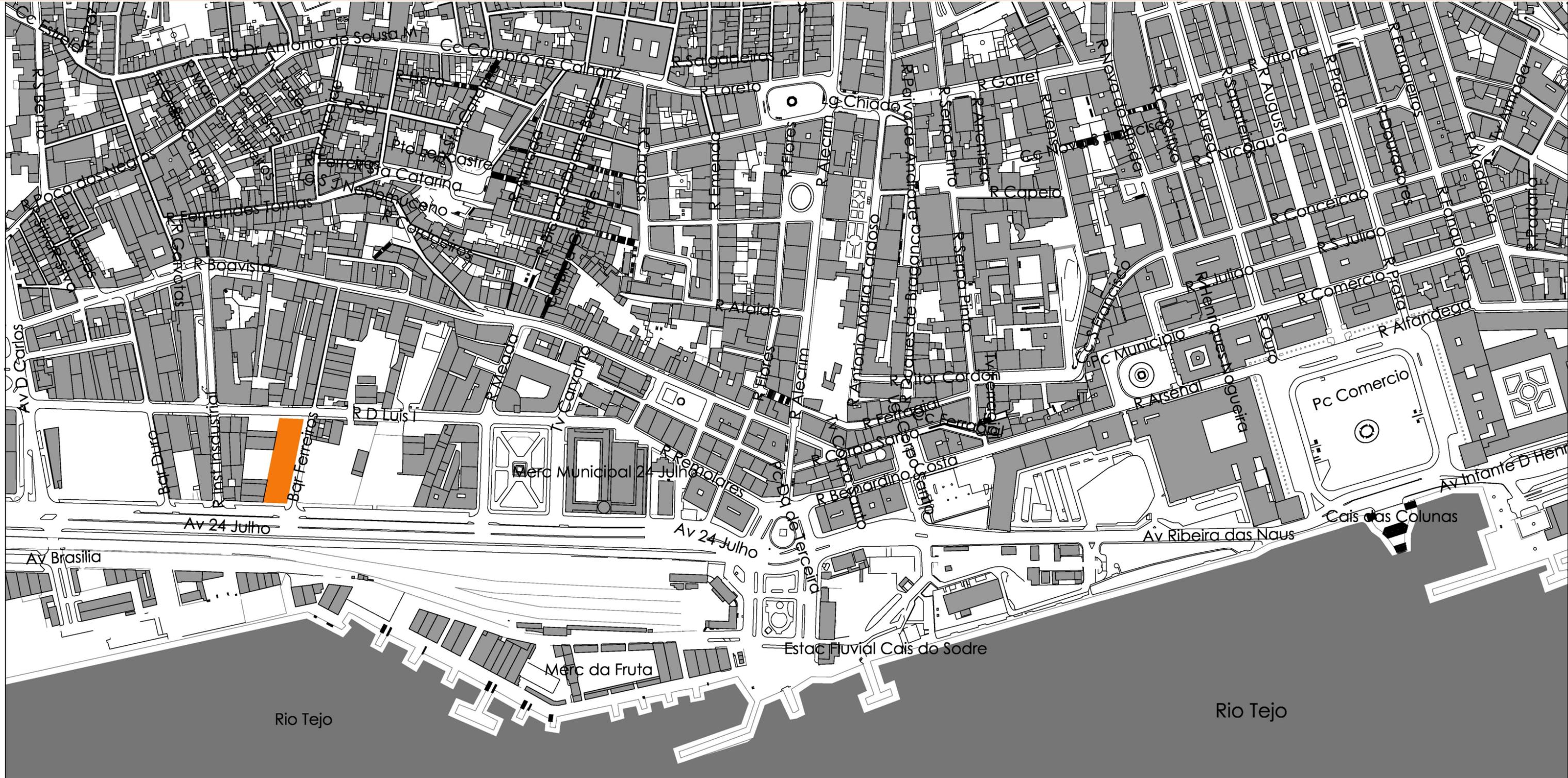
Esta solução permite utilizar todas as tipologias de módulos. Assim nos extremos encontram-se os T_1 s, T_2 s e T_{3+1} , e no corpo lateral, junto à R. Boqueirão de Ferreiros, os T_0 . O facto de poderem assumir variadas cores e as arestas laterais boleadas permitem uma identificação da célula em relação às outras, e conseqüentemente uma identificação com a casa.

Esta pode não ser a solução ideal para todos os tipos de habitantes, ou para a cidade, mas também pode ser. Seria necessário experimentar.

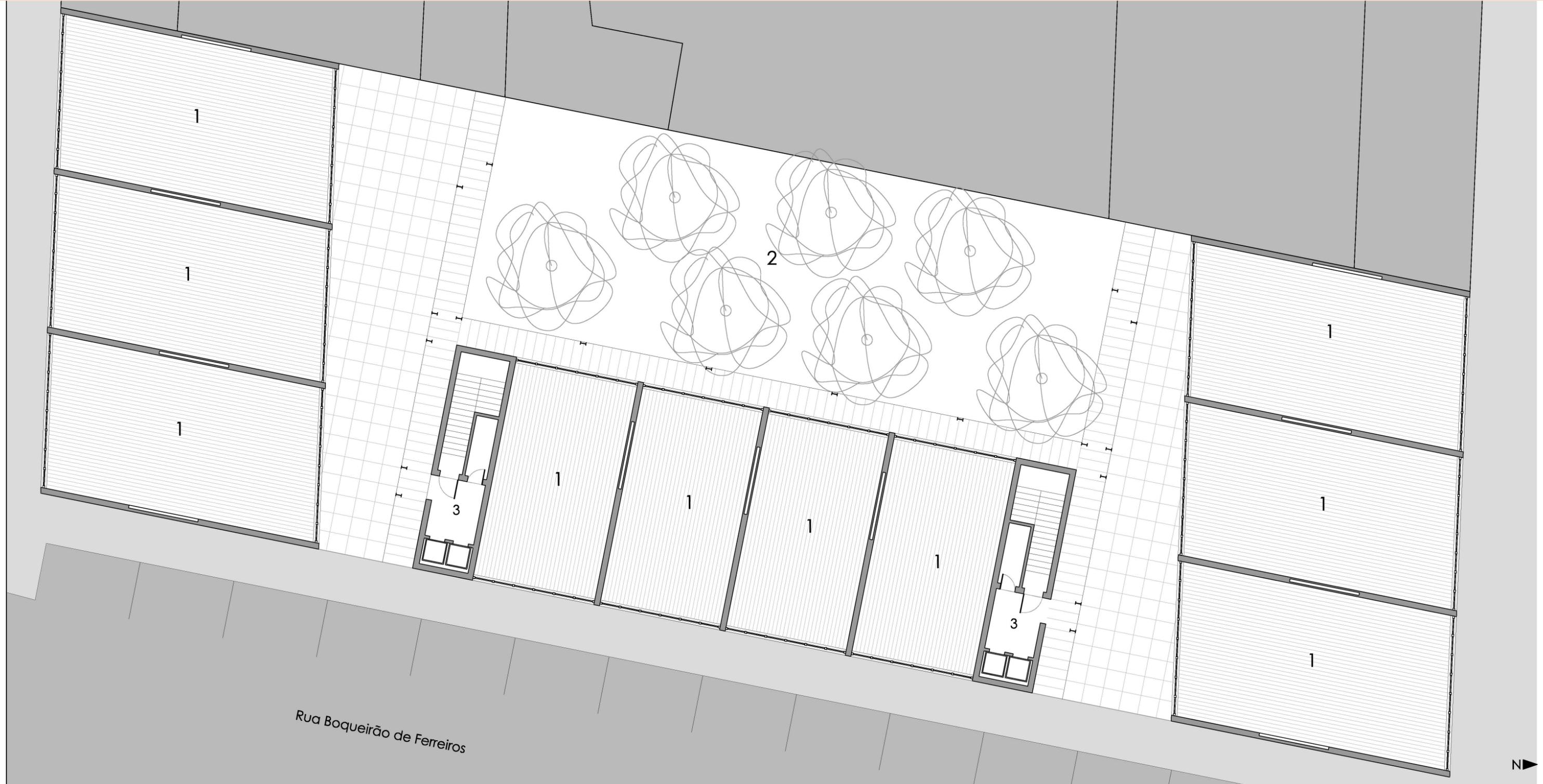


Vista da saída da caixa de elevador





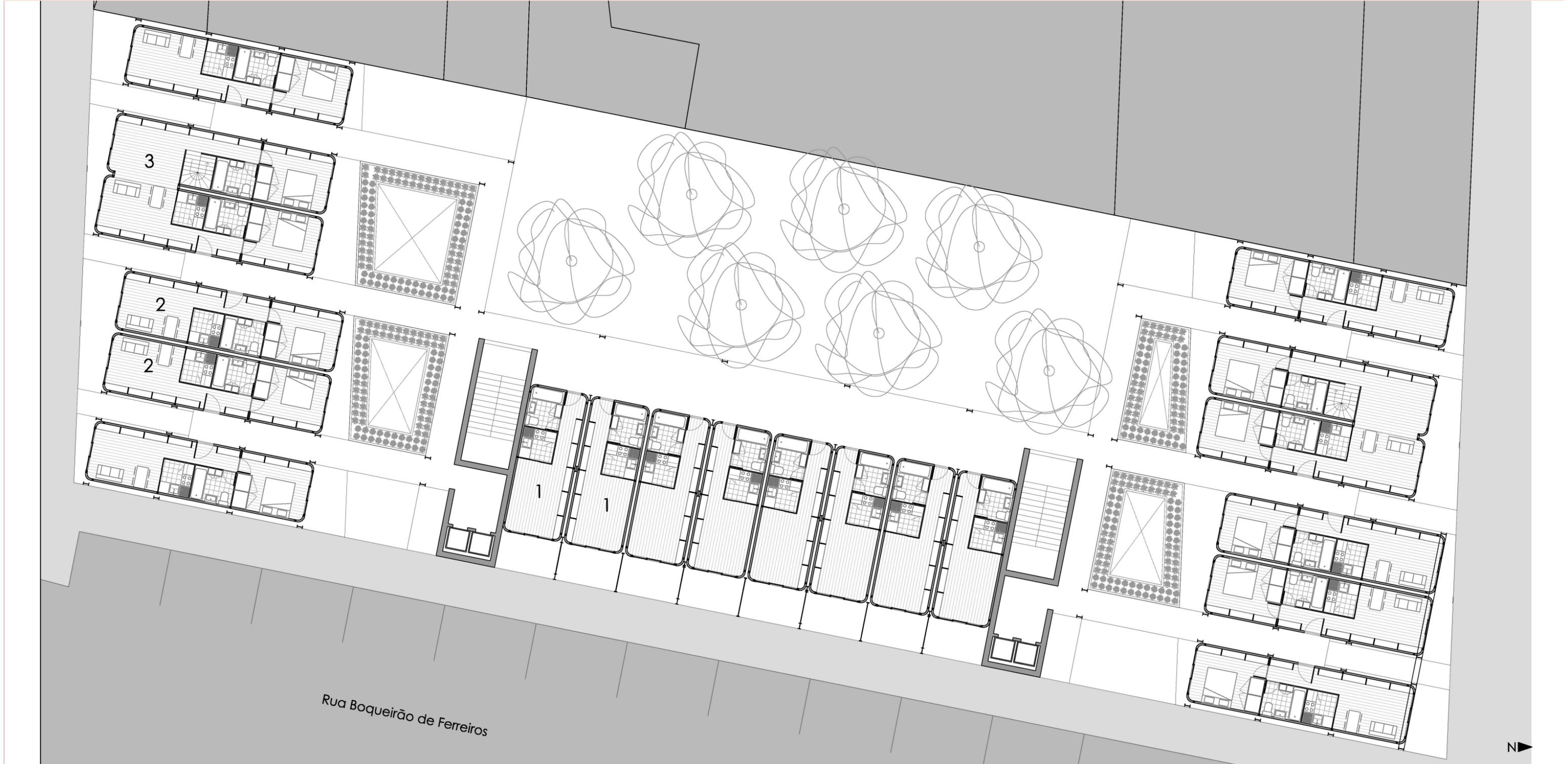
Planta de Localização escala 1:4000



Rua Boqueirão de Ferreiros

1 - Espaços Comerciais 2 - Pomar 3 - Hall de entrada Planta de contacto com o solo escala 1:200





Rua Boqueirão de Ferreiros

1 - Módulo 4

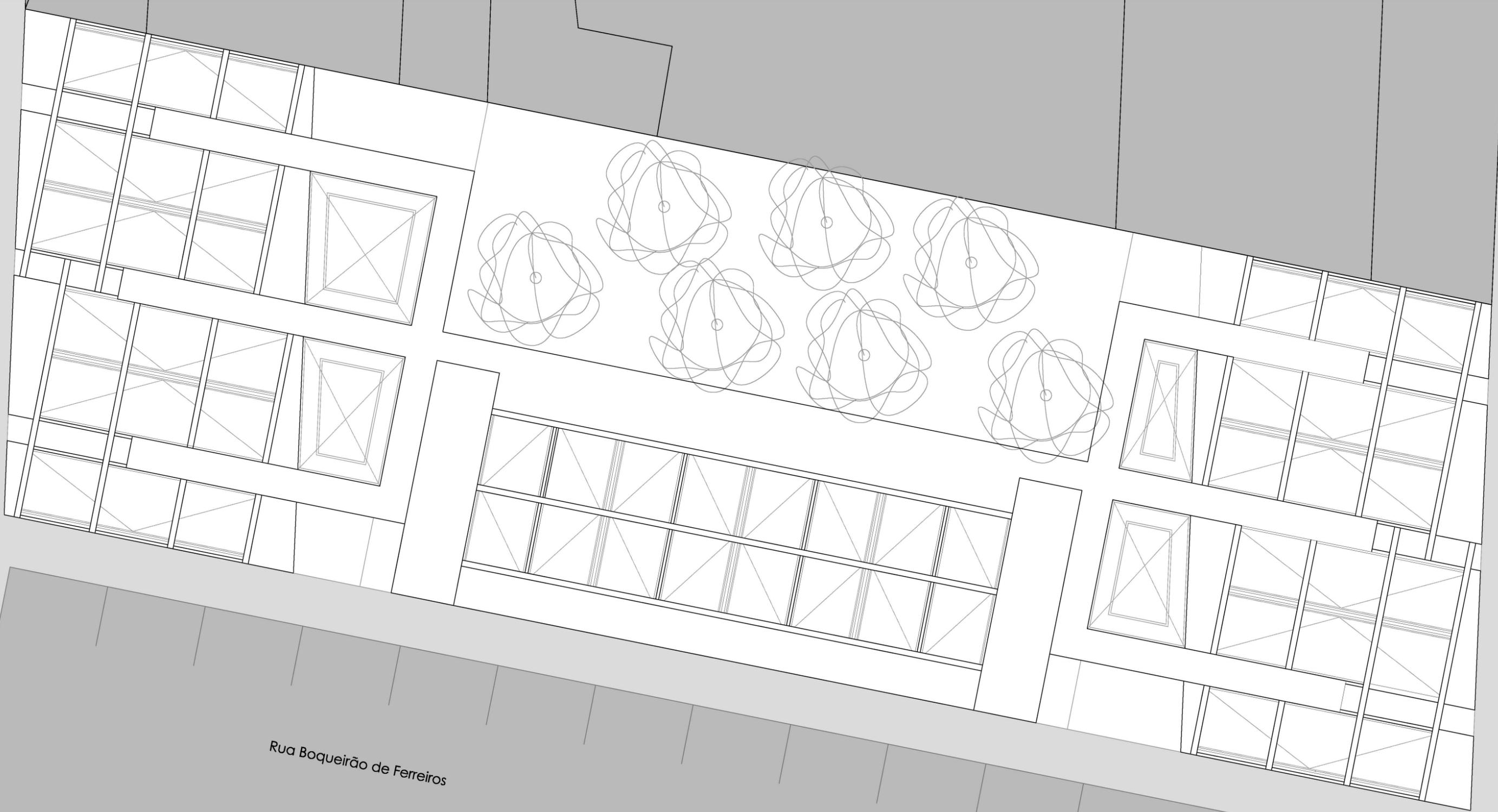
2 - Módulo 1

3 - Módulo 3

Planta Tipo

escala 1:200



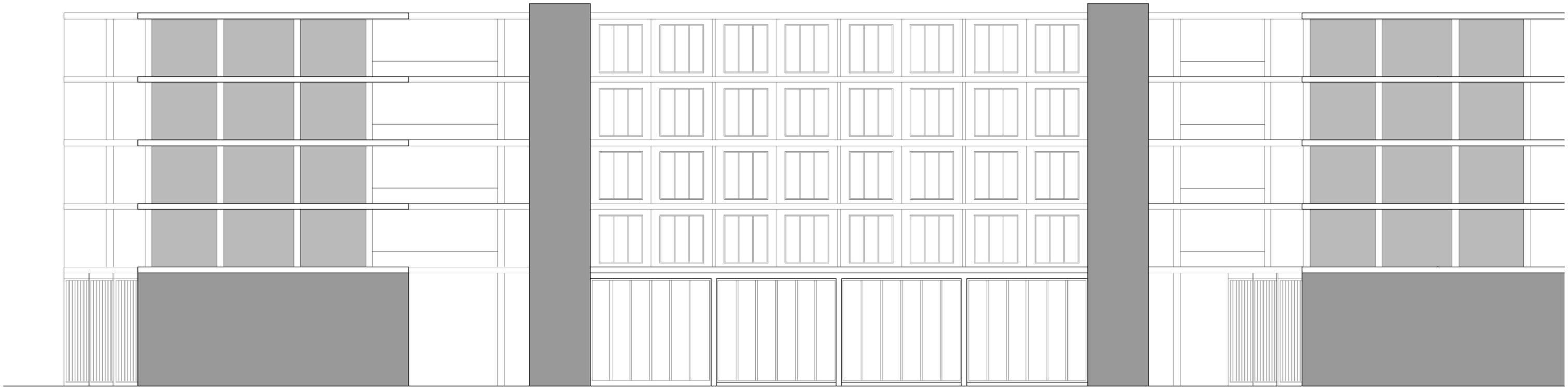


Rua Boqueirão de Ferreiros

Planta de cobertura

escala 1:200



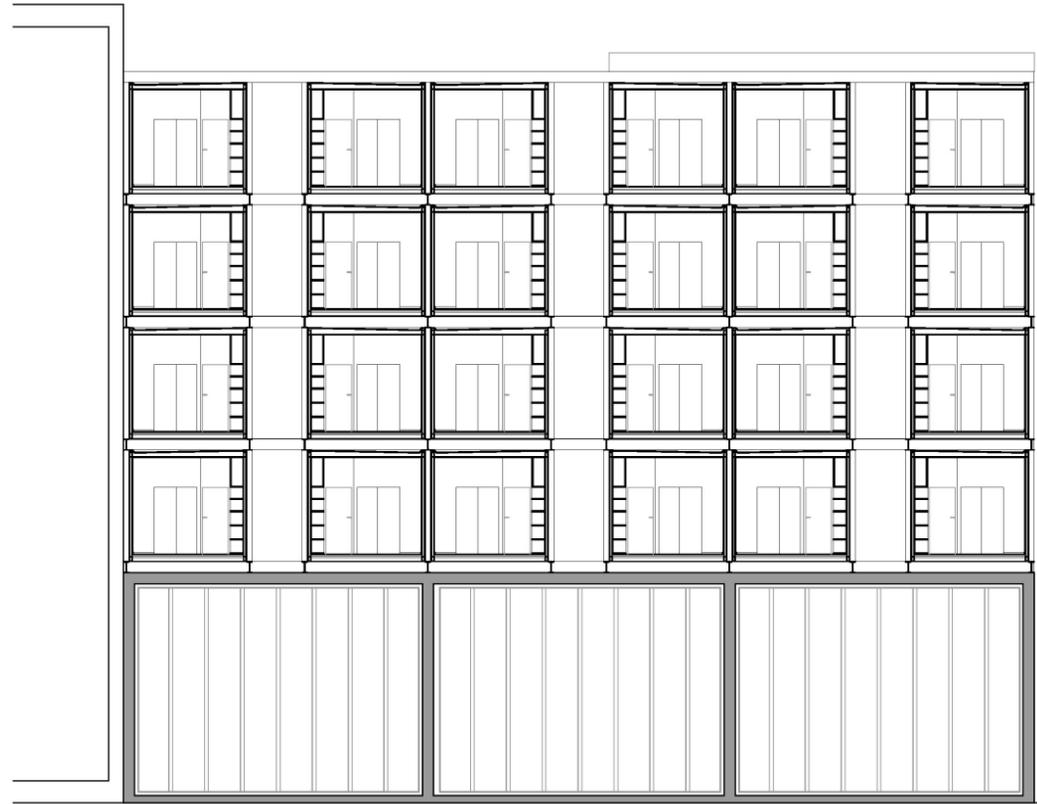


Alçado Lateral

escala 1:200

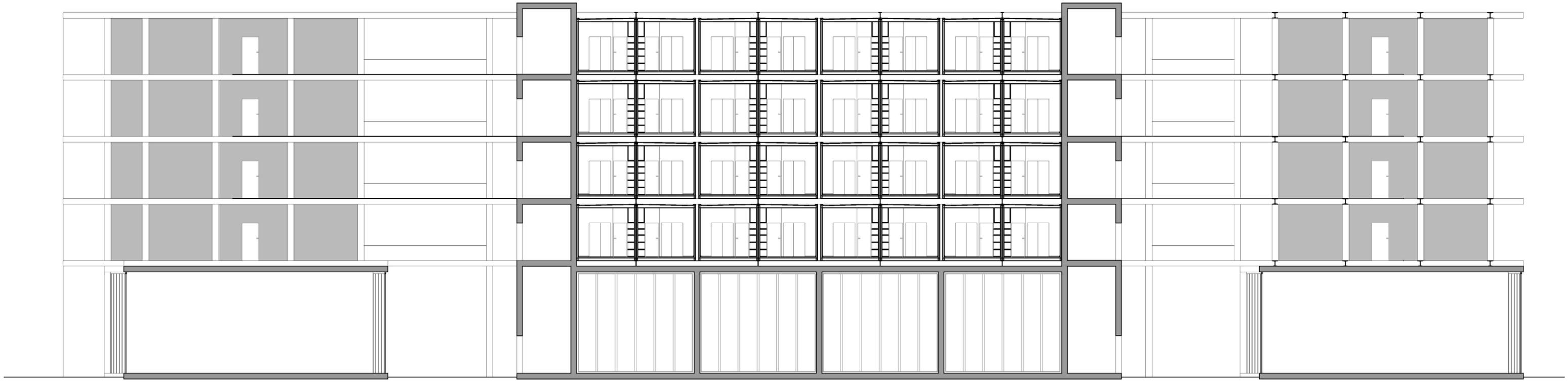


Alçado Principal



Corte Transversal

escala 1:200



Corte Longitudinal

escala 1:200



-
- 1733.** J. Kay inventa o 1o tear, Fly Shuttle
- 1764.** Invenção de nova máquina de fiação (jenny) por Hargreaves
- 1778.** 1a teceadeira mecânica por E. Cartwright
- 1812/1826.** Retoma após as invasões napoleónicas
- 1819.** "Batalha de Peterloo" em Manchester
- 1820.** Revolução Burguesa, devido ao tratado que Portugal negociou com a Inglaterra
- 1822.** Independência do Brasil
- 1825.** Invenção da locomotiva
- 1832/4.** Guerra Civil, que terminou com a vitória da burguesia liberal
- 1834.** Monarquia Constitucional (finda em 1910)
- 1844.** Lord Shaftesbury expõe os 1ºs modelos de casas operárias na *Society for Improving the Dwellings of the Labouring Class*
- 1845.** Publicação do livro de Engels sobre Manchester
- 1848.** Friedrich Engels publica o livro sobre as habitações do proletariado inglês
- 1848.** Manifesto de Marx e Engels
- 1848.** Revolta dos operários em França
- 1851.** Início do período da Regeneração em Portugal
- 1853.** Criação da Société Malhousienne des Cités Ouvrières
- 1863.** Início a construção do metro de Londres
- 1865.** Início da construção de casas populares das fábricas Krupp
- 1890.** Ultimatum Inglês
-

1891. Revolta Republicana

1903. Plano Geral da Cidade de Lisboa, de Ressano Garcia, projectando a expansão da cidade para norte

1906. Nasce Faria da Costa

1910. 5 de Outubro – fim da Monarquia Constitucional e implantação do Regime Republicano

1910/1926. Primeira República

1911. Aprovada a nova Constituição Portuguesa

1911. Eleito o 1º Presidente da Republica, Manuel de Arriaga

1926/1933. Ditadura Militar

1926/1974. Ditadura

1930. Proibição de construção de Vilas

1933. Programa Casas Económicas

1933. Nova Constituição Portuguesa

1938. Duarte Pacheco convida Etienne de Gröer para elaborar o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa

1943. É concluído o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa

1944. É criada a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

1944. Entre 1944 e 1945 tomam-se medidas para tornar obrigatória, a realização de planos de urbanização para as sedes de concelho e para todas as localidades com mais de 2500 habitantes

1944. Frederico Ulrich promulga o decreto que durante os 27 anos seguintes

constitui o diploma fundamental, orientador dos programas urbanísticos do País

1944. Criação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e extinção da Divisão de Urbanização da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

1945. Casas de Renda Económica

1945. É elaborado o Plano de Urbanização de Alvalade

1947. Programa Casas de Renda Limitada

1947. Fundada a FCP-HE (Federação das Caixas de Previdência - Habitações Económicas), no âmbito do Ministério das Corporações

1947. Inicia-se a construção do Bairro de Alvalade

1947. Criação da Lei das Rendas Limitadas

1948. I Congresso Nacional de Arquitectura

1948. O Plano Director da Região de Lisboa, elaborado sob a orientação do urbanista francês E. De Gröer, aplica pela primeira vez os princípios da limitação do desenvolvimento urbano e de zonamento funcional da cidade de Lisboa

1951. É publicado o Regulamento Geral de Edificações Urbanas

1952. Projecto do Bairro de Ramalde, no Porto

1952. Plano Regulador do Porto

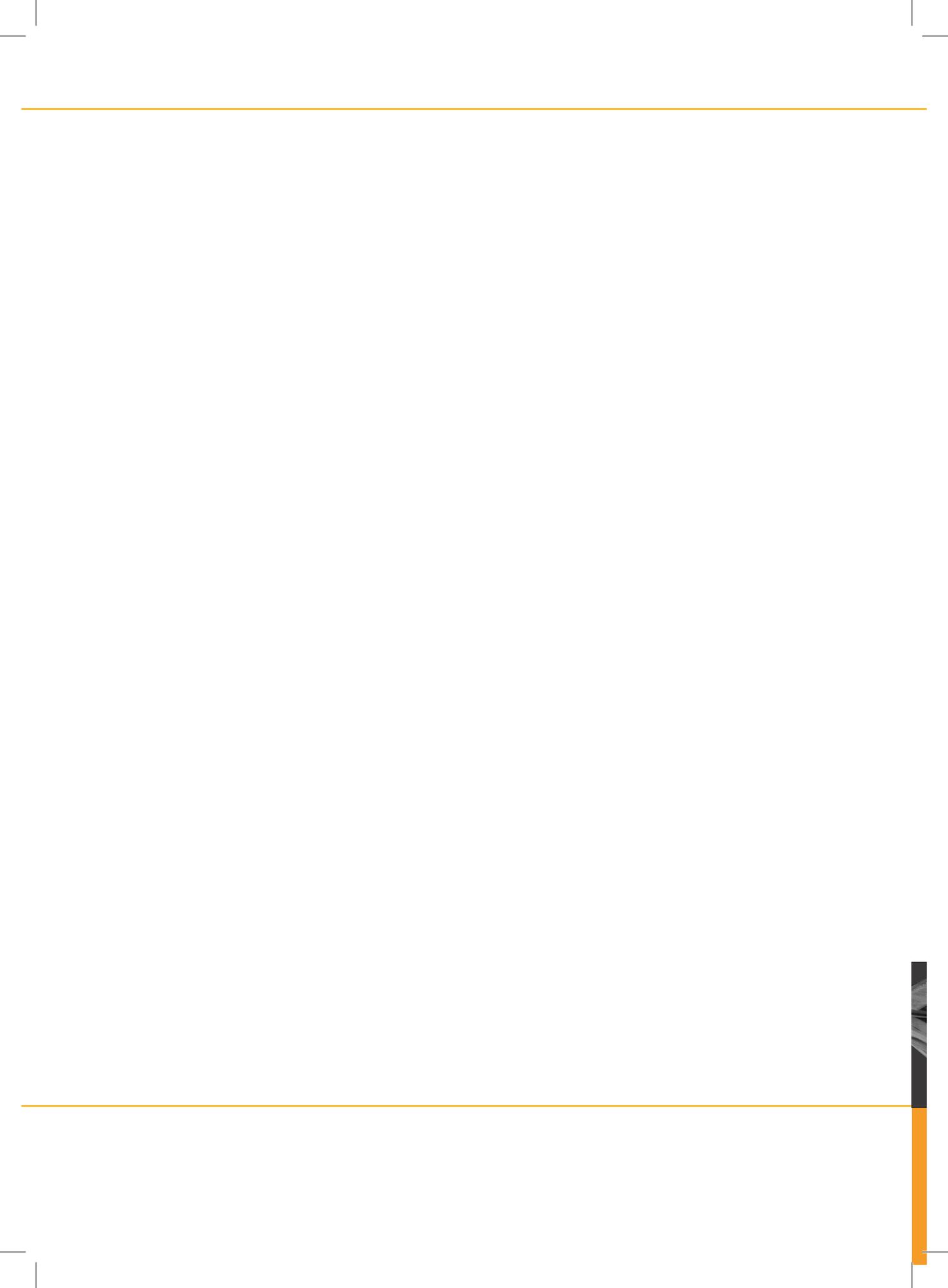
1952.9.22. É inaugurado na Assembleia Nacional, o XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo

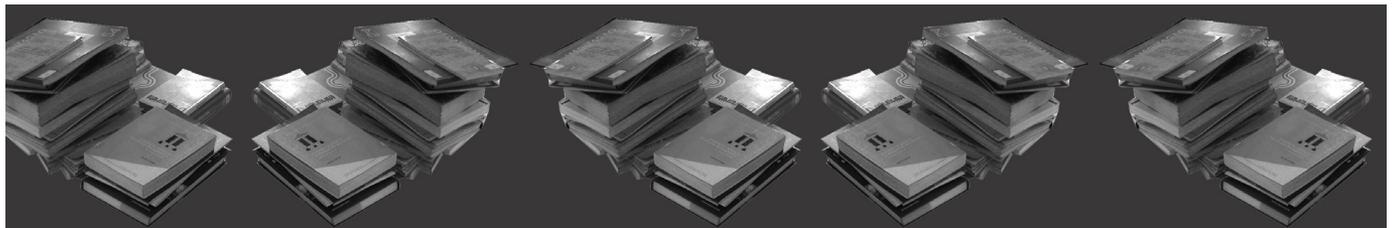
1955. Entre 1955 e 1958 é concebido o Bairro de Olivais Norte

1956. Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto

- 1959.** Inicia-se a construção do Bairro dos Olivais
- 1959.** Aprovadas as bases do Plano Director de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa
- 1959.** Plano de Construção de Novas Habitações em Lisboa, Decreto Lei nº 42 454
- 1960.** Entre 1960 e 1961, é elaborado o Plano de Olivais-Sul
- 1960.** O Gabinete Técnico da Habitação, inicia o estudo da zona de Chelas.
- 1960.** Programa Casas para Funcionários Públicos
- 1960.** São lançados os projectos de construção e expansão de Olivais Norte e Sul
- 1960.** São aprovadas as normas para funcionamento da Comissão do Plano Director da Região de Lisboa
- 1963.** Criação do Centro de Estudos de Urbanização e Habitação, para funcionar junto do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, a que é dado o nome de Engenheiro Duarte Pacheco
- 1964.** É aprovado o Plano de Urbanização da zona de Chelas.
- 1965.** Plano Intercalar de Fomento
1967. São construídos os novos bairros de Chelas
- 1969.** Criado o Fundo de Fomento à Habitação
- 1970.** É promulgada a Lei de Solos
- 1971.** É promulgada a Lei de Instrumentos Urbanísticos
- 1971.** Criação da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL)
- 1972.** Criada a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU)
- 1972.** A EPUL, lança o empreendimento do Alto do Restelo
- 1974.** Programa de Acções Prioritárias
-

-
- 1976.** É criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção
O Ministério do Equipamento Social passa a designar-se das Obras Públicas
- 1982.** Extinção do Fundo de Fomento de Habitação e do Instituto de Apoio à Construção Civil.
- 1984.** Criação do Instituto Nacional de Habitação
- 1987.** Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)
- 1989.** Iniciam-se os estudos do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAMIL)
- 1990.** Definição de novos conteúdos para os Planos Directores Municipais
- 1991.** São criadas as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.
- 1993.** Criação do Programa Especial de Realojamento (PER)
- 1998.** Promulgação da lei que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo.
-





AAVV; A Habitação e a Reinserção Social em Portugal; 1ª edição, Vulgata, 1997;

AAVV; Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920 – 1970; IPPAR, 2004;

AAVV; Cidade e Metrópole, Centralidades e Marginalidades; Celta Editora, 2001;

AAVV; Colóquio: A Política da Habitação, 1997; Conselho Económico e Social, 1997;

AAVV; Lisboa Vista do Céu; Argumentum, 2ª edição, 1995;

Academia Nacional de Belas Artes; Lisboa Oitocentista; Fundação Calouste Gulbenkian, 1976;

Bandeirinha, José António Oliveira; O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974; Coimbra, 2001;

Baptista, Luís; Cidade e Habitação Social; Celta Editora, 1999;

Benévolo, Leonardo; "As Origens da Urbanística Moderna"; Editorial Presença. Lisboa, 1987;

CML; Departamento de Construção de Habitação nº54 (PIMP-PER); edição CML/DCH, 1996;

CML – DMPU; Lisboa: O Desafio da Mobilidade; Colecção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI – 7; CML, 2005;

Coelho, António Baptista; 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social, 1984 - 2004; INH, 2006;

Colóquio Sobre Política da Habitação; Colóquio Sobre Política da Habitação: textos complementares / Ministério das Obras Públicas, Lisboa: M.O.P., 1969;

Costa, João Pedro; Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português, Livros Horizonte, 2002;

DGMN; Caminhos do Património, 1929 – 1999; DGMN, Livros Horizonte, 1999;

Fernandes, José Manuel; Janeiro, Maria de Lurdes; Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925 – 1940: levantamento e classificação de arquitectura modernista na cidade de Lisboa, 1925-1940; Lisboa: Pelouro [da] Cultura, Câmara Municipal, 1991;

Fernandes, José Manuel; Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo; Lisboa, IPPAR, 2003;

Ferreira, Vítor Matias; Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política; Colecção Cidade em Questão 4; Edições Afrontamento, 1975;

Giddens, Anthony; Sociologia; Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 2000;

INH, IGAPHE, CML; Habitação Social, Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP); CML, 2001;

Kronenburg, Robert; Portable Architecture; 2ª edição, Architectural Press, 1999;

LNEC; Gestão Integrada de Parques Habitacionais de Arrendamento Público, guião recomendativo; Lisboa, LNEC 2000;

M. Echavarría, Pilar; Arquitectura Portátil - entornos impredecibles; Structure;

Matos, Fátima Loureiro; A Habitação no Grande Porto, Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio; UPFL, 2001;

Pereira, Nuno Teotónio; Prédios e Vilas de Lisboa; Livros Horizonte, 1995;

Pimenta, Manuel; Ferreira, José António; As "Ilhas" do Porto, Estudo Socioeconómico; CMP, Pelouro da Habitação e Acção Social, 2001;

Portas, Nuno: A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura; edições FAUP, 2004;

Portas, Nuno; Mendes, Manuel; Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta - anos oitenta; Fundação de Serralves, Porto, 1991;

Serra, Nuno; Estado, Território e Estratégias de Habitação; Quarteto Editora, 2002;

Teixeira, Manuel C.: Habitação Popular na Cidade Oitocentista _As Ilhas do Porto; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996;

Tolla, Ada; LOT/EK - Urban Scan; Laurence King;

Tostões, Ana; Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50; FAUP publicações, 2ª edição, 1997;

Zevi, Bruno; História da Arquitectura Moderna; Editora Arcádia, 1970;

Bibliografia Periódicos

Arquitectura: Nº43, 1939, Fev., ano XII;

Nº29, 1949, Fev. – Mar., ano XXII, 2ª série;

Nº30, 1949, Abril – Maio, ano XXII, 2ª série;

Nº31, 1949, Jun. – Jul., ano XXII, 2ª série;

Nº50/51, 1953, Nov. – Dez., ano XXV, 2ª série;

Nº53, 1954, Nov. – Dez., ano XXVI, 2ª série;

Nº61, 1958, 2ª série;

Nº69, 1960, Nov. – Dez., 2ª série;

Nº71, 1961, Julho, 2ª série;

Nº81, 1964, Março, 2ª série;

Arquitectura e Vida: Nº 63, Setembro de 2005;

Nº 68, Fevereiro de 2006;

Nº 69, Março de 2006;

Grupo Amigos de Lisboa: “Olisipo”, II série, nº3, 1996;

Jornal dos Arquitectos: “A Questão do Alojamento 1”; nº 204, Jan. – Fev., 2002;

“A Questão do Alojamento 2”; nº 205, Mar./Abril, 2002;

“Antologia, 1981-2004”; nº 218/219, Jan. a Jun., 2005;

Publica; Das Barracas para o Nada; nº509; 26 de Fevereiro de 2006;

Revista Crítica de Ciências Sociais; nº 18/19/20; Fevereiro, 1986;

Sociedade e Território; nº3, Julho de 1985

Bibliografia Sites de internet

arquivomunicipal.cm-lisboa.pt
(última consulta em 15 de Agosto de 2006)

pt.wikipedia.org/wiki/Cartismo
(consultado em 11 de Abril de 2006);

www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/crp.html
(consultado em 9 de Março de 2006);

www.cm-lisboa.pt
(última consulta em 10 de Abril de 2006);

www.cm-porto.pt
(última consulta em 19 de Maio de 2006);

www.engenharia.com.pt (alterado depois para <http://esxx.innovagency.com>)
(última consulta em 1 de Setembro de 2006);

ww.ine.pt
(última consulta em 1 de Setembro de 2006);

www.inh.pt
(última consulta em 12 de Setembro de 2006);

www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/1910c.html
(consultado em 11 de Abril de 2006);

www.joseadriao.com/paginas/p00_10.html
(consultado em 3 de Julho de 2006);

www.lisboa-abandonada.net
(consultado em 27 Novembro de 2005);

www.portugal-tchat.com/historia-de-portugal-histoire/histoire/6/index.php
(consultado em 25 Novembro de 2005);

<http://noticias.rtp.pt>
(consultado em 16 de Setembro de 2006);

<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2.html>
(consultado em 16 de Setembro de 2006);

<http://www.portugal.gov.pt>
(consultado em 16 de Setembro de 2006);

<http://dn.sapo.pt>
(consultado em 16 de Setembro de 2006);